

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**JUÍZO E REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO MORAL:
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DOS MODELOS
ORGANIZADORES DO PENSAMENTO**

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

SILVIA MARIA PANATTONI MARTINS

ORIENTADOR: PROF. DR. ULISSES FERREIRA DE ARAÚJO.

2003

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**JUÍZO E REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO MORAL:
UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DOS MODELOS
ORGANIZADORES DO PENSAMENTO**

SILVIA MARIA PANATTONI MARTINS

ORIENTADOR: PROF. DR. ULISSES FERREIRA DE ARAÚJO

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação de Mestrado defendida por
Sílvia Maria Panattoni Martins e aprovada
pela Comissão Julgadora.

Data: 31/01/2003

Assinatura: _____

Ulisses

Comissão Julgadora:

Ulisses

[Signature]

[Signature]

UNIDADE	B.E.
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	M366j
V	Ex
TOMBO BC/	55047
PROC.	16-124103
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	07/08/03
Nº CPD	

BIBID 297455

CM00187258-1

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecário: Gildeir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

M366j

Martins, Sílvia Maria Panattoni.
Juízo e representação da ação moral : um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento / Sílvia Maria Panattoni Martins. – Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador : Ulisses Ferreira de Araújo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Moral. 2. Ética. 3. Conflitos interpessoais. 4. Afetividade. I. Araújo, Ulisses Ferreira de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

03-005-BFE

Dedico este trabalho,

Aos meus pais, Dora e João Carlos,

pelo apoio incondicional e por tudo o que representam para mim.

À minha avó,

pelo exemplo de vida e sabedoria...

Aos meus irmãos e aos que depois vieram...

pelo incentivo e pela presença amiga.

Aos meus queridos sobrinhos, Maurício, Cristiane e Tiago,

com quem tenho muito a aprender...

Ao José Fernandes de Souza Filho, companheiro e incentivador,

pela sensibilidade, paciência e pelas palavras sempre otimistas...

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ulisses Ferreira de Araújo, pela orientação, pelas considerações atentas e pelo acompanhamento constante deste trabalho. Pelo apoio, disponibilidade e paciência.

À Profa. Dra. Genoveva Sastre Vilarrasa pela leitura cuidadosa desta pesquisa e pelas valiosas sugestões.

À Profa. Dra. Valéria Amorim Arantes de Araújo, pela disponibilidade e pela orientação tão especial.

Ao Prof. Dr. Walter Matias Lima, pelas leituras e indicações bibliográficas.

À Profa. Dra. Maria Cândida Müller, pelo empenho e pela atenção com que me atendeu.

Aos alunos e alunas que se dispuseram a participar da coleta de dados.

À Olinda e Suselei, pela amizade e carinho com que me encorajaram.

À Cris e ao João Flávio, pelas leituras incansáveis dos meus ensaios.

À Maria Jeanette Letizio Fernandes de Souza e à Ieda Nice Gonçalves, pela presteza com que me ajudaram.

A todas as pessoas, que me apoiaram e incentivaram nesta caminhada.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar o juízo e a representação que as pessoas têm de suas ações, ao serem solicitadas a posicionar-se frente a um conflito de natureza moral. Nossa pesquisa fundamenta-se em algumas teorias no campo da Psicologia Moral, que procuram ampliar o entendimento sobre a complexidade que envolve o funcionamento psíquico, o que afeta o juízo e a ação das pessoas e evidencia o papel da dimensão afetiva em tais processos. Para atender aos objetivos desse estudo, a situação experimental proposta envolve dois contextos diferentes, pessoal e impessoal, para que possamos observar em que medida essa mudança pode afetar a organização do pensamento dos sujeitos. O tratamento dos dados se realiza através da análise dos Modelos Organizadores do Pensamento, aplicados pelos indivíduos investigados, frente às situações apresentadas. Tal análise nos permite verificar como a dimensão afetiva, contemplada pela mudança de contexto, pode afetar significativamente a organização do pensamento, alterando o juízo e a representação que as pessoas têm de suas ações.

ABSTRACT

This paper aims to investigate both the judgement and representation which people have of their own actions when asked to face moral conflicts. Our research is based on theories from the area of moral psychology, which seeks to broaden the understanding of the complexity involving the psychic functioning that affects people's judgement and actions, thus highlighting the role of the affective dimension in this process. According to the objectives of this study, the experimental situation proposed involves two different contexts, personal and impersonal, in order to observe precisely to what extent this change can affect the studied subject's mind organization. The data treatment is accomplished through an analysis of Organizing Models of Thought applied by the researched individuals within the given situations. Such analysis allows us to verify how the affective aspect can significantly interfere in the individual's thought organization whenever changes in the context occur altering the judgement and representation people have of their own actions.

SUMÁRIO

	PÁGINAS
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – QUADRO TEÓRICO.....	03
A PSICOLOGIA MORAL.....	06
JUÍZO E AÇÃO MORAL.....	21
O PAPEL DA AFETIVIDADE E DOS VALORES NO JULGAMENTO E NA AÇÃO DAS PESSOAS	26
SOBRE A COMPLEXIDADE E O FUNCIONAMENTO PSÍQUICO.....	34
OS MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO.....	40
CAPÍTULO II - O PLANO DA INVESTIGAÇÃO.....	45
PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS.....	45
AMOSTRA.....	46
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
TRATAMENTO DOS DADOS.....	52
CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO DOS MODELOS ORGANIZADORES E RESULTADOS.....	57
1 – DESCRIÇÃO DOS MODELOS ORGANIZADORES.....	57

1.1	MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 1 DO CONTEXTO IMPESSOAL.....	58
1.1.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUESTÃO 1 DO CONTEXTO IMPESSOAL.....	63
1.1.1.a	OS MODELOS ORGANIZADORES APLICADOS.....	64
1.2	MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 2 DO CONTEXTO IMPESSOAL.....	67
1.2.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUESTÃO 2 DO CONTEXTO IMPESSOAL.....	72
1.2.1.a	OS MODELOS ORGANIZADORES APLICADOS.....	72
1.3	MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 3 DO CONTEXTO IMPESSOAL.....	76
1.3.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUESTÃO 3 DO CONTEXTO IMPESSOAL.....	82
1.3.1.a	OS MODELOS ORGANIZADORES APLICADOS.....	82
1.4	MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 1 DO CONTEXTO PESSOAL.....	85
1.4.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUESTÃO 1 DO CONTEXTO PESSOAL.....	92
1.4.1.a	OS MODELOS ORGANIZADORES APLICADOS.....	92
1.5	MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 2 DO CONTEXTO PESSOAL.....	96
1.5.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUESTÃO 2 DO CONTEXTO PESSOAL.....	104
1.5.1.a	OS MODELOS ORGANIZADORES APLICADOS.....	104
1.6	MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 3 DO CONTEXTO PESSOAL.....	108

1.6.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA QUESTÃO 3 DO CONTEXTO PESSOAL.....	111
1.6.1.a OS MODELOS ORGANIZADORES APLICADOS.....	112
2 – ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA COMPLEXIDADE E OS MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO.....	115
3 – ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O JUÍZO E A REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO.....	130
4 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CONTEXTOS IMPESSOAL E PESSOAL.....	136
4.1 VARIAÇÃO INTRAPESSOAL DOS MODELOS ORGANIZADORES.....	147
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
CONCLUINDO ... COM INCERTEZAS.....	163
BIBLIOGRAFIA.....	167

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar e discutir os juízos e as ações morais, assim como a correspondência existente entre a maneira como as pessoas julgam e representam suas possíveis ações em determinadas situações, uma vez ser comum observarmos discrepância entre o julgamento e a ação dos indivíduos. Tencionamos buscar teorias que ampliem o entendimento sobre a complexidade do comportamento humano e do funcionamento psíquico, para melhor compreendermos a natureza dos juízos e das ações.

Abordaremos algumas teorias morais que, embora tenham contribuído infinitamente para o avanço nesta área do conhecimento, explicam parcialmente o comportamento humano, atribuindo maior importância a um ou outro aspecto constituinte da natureza psicológica do ser humano. Durante muito tempo, a dimensão cognitiva, ligada à razão e à capacidade de raciocínio moral dos sujeitos, dominou as teorias sobre a moralidade humana, sendo a principal responsável pelo julgamento dos indivíduos. Nas últimas décadas começaram a surgir as teorias morais que procuravam incorporar, em seus modelos teóricos, a afetividade, que até então estava relegada a um segundo plano. O estudo da afetividade passou a considerar o papel dos sentimentos e valores no julgamento e na ação das pessoas.

Teorias mais recentes apontam para outros aspectos que interagem entre si, juntamente com a afetividade e a cognição, e afetam igualmente o funcionamento psíquico e, conseqüentemente, o julgamento e a ação das pessoas. São teorias que buscam integrar, num todo indivisível, que é o ser humano, as dimensões que o constituem, contemplando a complexidade que envolve o funcionamento psíquico e ampliando o entendimento sobre juízo e ação.

É esta a trajetória que pretendemos percorrer neste trabalho, procurando demonstrar, teórica e empiricamente, como o contexto e as relações envolvidas em uma situação podem afetar o juízo e a ação das pessoas, evidenciando o papel da afetividade em tais processos.

CAPÍTULO I - QUADRO TEÓRICO

O estudo da moralidade humana sempre mobilizou o interesse de várias ciências, suscitando enfoques e conceituações diversas, conforme a abordagem teórica e sua respectiva concepção epistemológica. Desta forma, a moralidade está inserida num campo interdisciplinar, recebendo influência da filosofia, sociologia e psicologia.

Dentre as várias concepções de moral e de qual seria seu respectivo objeto de estudo, elegemos, para iniciar a discussão, a definição de Thomas Ransom Giles (1993), norte-americano radicado no Brasil, professor de Filosofia, por representar uma visão clássica de compreensão sobre a moralidade.

Segundo Giles, a moral refere-se à capacidade e ao livre arbítrio do ser humano em orientar-se, conforme regras de conduta julgadas certas ou erradas. Refere-se, ainda, à maneira de comportar-se com relação aos outros em termos do que é justo ou injusto.

Tomando como referência a definição de moral apresentada por Giles, podemos elaborar os seguintes questionamentos: Mas o que orienta a ação e o comportamento das pessoas? Por que é comum observarmos ações divergentes do modo como os indivíduos pensam ou julgam determinado fato ou situação? Quais variáveis interferem no julgamento de um sujeito e na escolha de sua ação?

Não temos a pretensão de responder a todas estas questões. Nosso objetivo concentrar-se-á, apenas, em refletir sobre algumas concepções teóricas que possam ampliar o entendimento sobre o funcionamento psíquico, em seus aspectos conscientes, e a complexidade que envolve os juízos e as ações morais.

A maioria das teorias que tentam explicar esse funcionamento acaba compartimentalizando-o e atribuindo maior ênfase a um dos aspectos constituintes da natureza humana (cognitivo, afetivo, biológico, sociocultural),

mas que, na realidade, são indissociáveis, conforme a abordagem que adotamos.

Para melhor compreendermos o que orienta o julgamento e a ação das pessoas, iniciaremos este quadro teórico, analisando algumas concepções sobre a moralidade humana, já que esta, segundo a definição escolhida, refere-se à maneira de comportar-se em relação aos outros e, em nosso entendimento, à maneira de comportar-se em relação ao mundo.

Foram os gregos da Antigüidade Clássica que trataram de maneira filosófica e não teológica a questão da moralidade, o que os tornou uma importante referência para quase todos os modelos ou sistemas do pensamento subseqüentes.

Dentro do campo filosófico, não podemos deixar de citar a obra do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), que se constitui num dos marcos importantes da filosofia moderna, exercendo influência e fornecendo sustentação para diversas teorias morais.

Como um dos representantes da Ilustração, Kant fundamentou sua teoria moral na razão. Para ele, o juízo e a ação moral são determinados pela razão prática, que se constitui no conhecimento relacionado à conduta moral. Kant concebeu o imperativo categórico como instrumento indispensável da razão prática para fazer uso correto e justo da vontade livre dos homens. O imperativo categórico é ditado por uma faculdade de conhecer, julgar e querer que dispensa a experiência e é anterior a ela.

No imperativo categórico, Kant (1797) faz a seguinte afirmação: "*Age apenas segundo uma máxima tal que possas querer que ela se torne lei universal*" (p.223). Estabelece, ainda, nítida distinção entre máxima e lei. Máxima é definida pelo filósofo como um princípio subjetivo que contém a regra prática que a razão determina, segundo as condições do sujeito. E a lei consiste no princípio objetivo, que prescreve um comportamento a ser seguido por todo ser racional. Kant sustenta que há uma lei moral objetiva que nos obriga a agir ou a nos abster de agir, simplesmente em razão de que a ação é exigida por esta lei, ou proibida por ela.

Para Freitag (1992), a necessidade de agir, de acordo com certas regras, está expressa em Kant, nos imperativos que se dividem em duas grandes categorias: imperativos hipotéticos e imperativos categóricos, tendo somente os últimos valor moral para o filósofo. Já os imperativos hipotéticos se encontram fora do âmbito da moralidade, dividindo-se em imperativos técnicos, que formulam somente regras de ação para lidar com coisas, e imperativos pragmáticos, que formulam regras de ação para lidar com o bem-estar.

Os imperativos hipotéticos compreendem, ainda, ações que envolvem os interesses pessoais, as regras sociais ou as conseqüências destas, sendo fonte de heteronomia - a fonte das regras é externa ao sujeito. Contrariamente, a ação do imperativo categórico, guiada pela vontade própria, julgada racionalmente e baseada em princípios de dever e justiça, constitui-se em fonte de autonomia, isto é, a fonte das regras provém da consciência do próprio sujeito.

Kant (apud Walker, 1999) rejeita as idéias que fazem a moralidade depender de algo exterior a ela mesma: a vontade de Deus, ou o desejo de promover o bem-estar. Rejeita também a idéia de que a moralidade é apenas o desenvolvimento natural de certos sentimentos que pertencem à natureza humana. Isso não seria compatível com seu caráter intrinsecamente racional.

Segundo o filósofo, a moralidade não pode depender de nossos desejos. Ela não deriva seu valor de sua aptidão para promover a felicidade ou qualquer outro objetivo que consideramos atraente. Ela apenas nos diz o que devemos fazer. E dever, de acordo com Kant, é a necessidade de agir por respeito à lei. Tanto que ele estabelece distinção entre ações em conformidade com o dever e ações praticadas por dever. As ações em conformidade com o dever, embora corretas, carecem de valor moral. São lícitas, porém, não virtuosas. A pessoa cuja ação carece de valor moral é motivada unicamente por inclinação e não por dever. Ela é feliz por possuir inclinações socialmente desejáveis, mas está agindo por

inclinação, tanto quanto alguém que explora outrem em proveito próprio. A pessoa que espalha felicidade por senso de dever assim procede porque sabe que é isso o que exige a lei moral. E Kant não pensa que somente pessoas de temperamento frio e indiferente podem agir por dever. Esclarece que nelas a ação por dever seria mais fácil de detectar. Mas uma pessoa propriamente virtuosa é aquela em que existe uma disposição solidamente fundada no cumprimento restrito do seu dever.

Mas seria o senso do dever suficiente para explicar a ação humana e defini-la ou não, como uma ação moral?

Estas são algumas das questões que pretendemos discutir neste trabalho.

Faz-se necessário esclarecer, neste momento, que o nosso campo de estudo será o da psicologia moral. Recorremos rapidamente à filosofia apenas para melhor compreender algumas teorias psicológicas sobre a moralidade humana, que receberam influência do modelo kantiano.

A PSICOLOGIA MORAL

O primeiro autor a ser abordado, no campo da psicologia moral, é o epistemólogo suíço Jean Piaget, que elaborou uma teoria sobre o desenvolvimento do juízo moral infantil, publicada no livro *O juízo moral na criança* (1932).

Piaget afirma a existência de dois tipos de moral: a da heteronomia e a da autonomia. A primeira (heteronomia) segue em direção à segunda (autonomia), através de um processo psicogenético evolutivo de construção da moralidade humana. Logo, para ele, a heteronomia também é uma forma de moral, no sentido de que ela é uma etapa evolutiva anterior na direção da construção da autonomia. Podemos dizer que Piaget parte das

concepções de Kant sobre heteronomia e autonomia, mas difere do referido filósofo, que não considerava morais as ações e pensamentos heterônomos. Nesse sentido, Ramozzi-Chiarottino (1984) considera a teoria de Piaget como um kantismo evolutivo. Existe, porém, uma outra diferença, entre esses autores: Piaget defende a importância das experiências do sujeito na construção da autonomia moral, contrapondo-se às idéias de Kant, que calcava a moralidade exclusivamente na razão.

Para tentar responder como se dá a construção das regras e, portanto, da moralidade, Piaget investigou, através de situações de jogos, como a criança desenvolve o conhecimento e a prática das regras, concluindo existir um caminho psicogenético possível no desenvolvimento do juízo moral infantil. Esse caminho, que se refere à relação da criança com as regras, teria início com os estados de anomia (ausência de regras), passando pelos estados de heteronomia (as regras têm fontes variadas e externas ao sujeito), em direção aos de autonomia (a fonte das regras está na consciência do próprio sujeito).

Araújo, U. (1999) explica o percurso descrito acima, enfatizando que os estados de anomia se encontram prioritariamente nos primeiros meses de vida da criança, caracterizando-se pelo egocentrismo e adualismo que impossibilitam a percepção da existência dos outros e o conhecimento das regras de convívio social. Em tal processo, constrói-se os estados de heteronomia, quando, através da convivência com as pessoas, a criança começa a perceber a existência de regras que permeiam as relações sociais, percebendo, também, que a fonte dessas regras lhe é externa, provém dos mais velhos, dos adultos.

A heteronomia se dá quando a criança, apesar de não compreender a necessidade das regras para o convívio social, obedece o que é determinado. Aí se estabelece um tipo de relação de sentido único, ou seja, da criança para o adulto, que Piaget chama de respeito unilateral, característico na primeira infância.

Puig (1998a) explicita muito bem o pensamento de Piaget em relação à moral heterônoma:

“As relações de pressão mantidas com os adultos favorecem a moral heterônoma. Nela se dá uma relação de respeito unilateral baseado na desigualdade entre o adulto e a criança, e essa relação conduz ao sentimento do dever e da obrigação. Um dever essencialmente heterônomo, porque é resultado da coação do adulto sobre a criança. As regras são impostas pelos adultos mediante ordens e prescrições obrigatórias, e as crianças as aceitam apenas pelo sentimento de afeto e de temor que têm em relação aos adultos. No entanto, as crianças não as vivem como próprias, porque não são reconhecidas como necessárias” (p. 50).

Com a intensificação do processo de socialização, a criança passa a conviver com maior número de sujeitos em situações cada vez mais complexas, o que provoca grandes mudanças no aspecto cognitivo e possibilita o aparecimento do processo de cooperação. Este processo contempla um outro tipo de relação: o respeito mútuo, que não se baseia fundamentalmente na obediência como o respeito unilateral, mas também na reciprocidade. As relações de reciprocidade, segundo Piaget, implicam o desaparecimento progressivo do medo que intervém no respeito unilateral, cedendo espaço a um medo essencialmente moral de decair aos olhos da pessoa respeitada. A necessidade, de respeitar e ser respeitado, se equilibra, resultando em um tipo de relação capaz de eliminar qualquer elemento de coação.

Assim sendo, o respeito mútuo poderá substituir a imposição pela cooperação e a autoridade pela legalidade. Para Piaget, são as relações de cooperação, reciprocidade e respeito mútuo que geram a moral autônoma.

Araújo, U. (1999) explica claramente esse aspecto da teoria piagetiana:

“Assim, do ponto de vista moral, a cooperação pode conduzir a uma ética de solidariedade e de reciprocidade nas relações que resultará no surgimento de uma autonomia progressiva da consciência. Essa autonomia tenderá a prevalecer sobre a heteronomia característica do sujeito egocêntrico. A autonomia, portanto, pode ser compreendida como resultante de um processo de socialização que leva o indivíduo a sair do seu egocentrismo, característico do estado de heteronomia, para cooperar com os outros e submeter-se ou não, conscientemente, às regras sociais. Isso será possível a partir dos tipos de relações estabelecidas pelo sujeito com os outros.” (p. 34).

Piaget afirma, portanto, que as relações de coação dão origem à moral do dever, e as relações de cooperação possibilitam o surgimento da moral do bem.

Para Araújo, U. (1999), Piaget

“(...) reconhece a importância da moral do dever apenas como ponto de partida psicogenético para o desenvolvimento moral, mas não sendo suficiente para explicar o aparecimento da moral do bem (...) A autonomia moral piagetiana é, portanto, resultado de um processo psicogenético de construção em que o sujeito não mais se obriga a obedecer às regras da sociedade por um dever que lhe é imposto, mas respeita essas regras quando as reconhece e as aceita como boas.” (p. 35 e 36).

Ainda que tenha tentado romper com uma concepção de moralidade baseada somente no princípio do dever, Piaget mantém-se preso ao conceito de que a moral está vinculada às regras e à forma com que as pessoas se relacionam com elas. Como evidencia Araújo, U. (1999), basta observarmos o sufixo *nomia* (do grego *nomos*), que significa “regras”,

presente em todos os estados morais propostos por Piaget (anomia, heteronomia e autonomia).

Um outro aspecto central na teoria piagetiana é a relação entre desenvolvimento moral e desenvolvimento cognitivo. Para Piaget, o desenvolvimento moral resulta não só do tipo de relação que o sujeito estabelece com o meio, como também do desenvolvimento cognitivo. Defende a existência de um paralelismo entre lógica e moral, fornecendo o pensamento lógico a base para o desenvolvimento moral.

Embora o trabalho de Piaget se constitua numa importante referência no campo da psicologia moral, algumas críticas lhe foram dirigidas, apontando lacunas no seu modelo teórico. Primeiramente, pela ênfase excessiva dada aos fatores cognitivos em detrimento dos fatores afetivos, seguindo os pressupostos do modelo kantiano de uma moral calcada essencialmente na razão humana e nos princípios do dever e da justiça.

Voltamos novamente ao nosso questionamento: seriam os fatores cognitivos, com base nos princípios de dever e justiça, suficientes para explicar os julgamentos e as ações humanas?

Araújo, V. (2000), considera que, para Piaget, “ *o desenvolvimento moral está baseado numa organização formal do pensamento, que parece distanciar-se dos aspectos funcionais do sujeito psicológico e seus componentes afetivos*” (p. 18).

Indiscutivelmente, a obra de Piaget abriu caminhos valiosos que foram percorridos por vários cientistas no mundo todo. Continuaremos analisando algumas teorias sobre a moralidade humana que receberam influência do modelo piagetiano. Dentre elas, a do psicólogo norte-americano Lawrence Kohlberg, que abordaremos, a seguir.

Kohlberg segue os princípios do paradigma piagetiano, cognitivo-evolutivo-construtivista, centrando suas investigações no desenvolvimento do juízo moral e afirmando que a teoria dos estágios de desenvolvimento cognitivo elaborada por Piaget¹ aplica-se igualmente à dimensão moral.

¹ Sensorio-motor, pré-operatório, operatório concreto e hipotético dedutivo.

Conforme a teoria piagetiana, os estágios delimitam períodos de equilíbrio e de ruptura das estruturas da organização mental, que obedecem a uma seqüência invariante e universal, levando a uma reequilibração em níveis hierárquicos superiores, o que não foi defendido pelo próprio Piaget no campo da moral.

Tentando comprovar sua hipótese, Kohlberg utilizou, em suas investigações, o método clínico de Piaget, realizando entrevistas nas quais se apresentavam dilemas morais hipotéticos, que deveriam ser analisados e julgados pelos sujeitos investigados. Desta maneira, Kohlberg pretendia compreender o raciocínio dos sujeitos em situações que envolviam dilemas morais. Piaget realizou seus estudos com sujeitos de até 12 anos e Kohlberg estendeu suas pesquisas até a idade adulta, incluindo sujeitos de diferentes nacionalidades e culturas.

Dentre os objetivos dos trabalhos de Kohlberg, podemos destacar a intenção de verificar a relação entre cognição e moralidade, as relações entre juízo e ação moral e a universalidade dos processos de raciocínio moral. Para Kohlberg, o desenvolvimento moral segue os mesmos princípios do desenvolvimento cognitivo, defendido por Piaget, *“ em que aquisições cognitivas mais complexas se constroem necessariamente a partir de aquisições cognitivas mais simples”* (apud Araújo, U., 1999, p.38). Desta forma, Kohlberg acreditava que estágios morais mais complexos se constroem a partir de estágios morais mais simples. No tocante às relações entre juízo e ação moral, alega ser o juízo anterior à ação, dando sentido a ela; e, através das investigações interculturais, constatou a existência de alguns padrões morais que independiam da língua ou da cultura dos sujeitos, postulando, assim, um caráter universal para o desenvolvimento do juízo moral, expresso em seis estágios, reunidos de dois em dois, em três níveis:

“Nível A: Nível preconvencional

Estadio 1: Estadio de castigo y obediencia: la conducta correcta es la que se atiene literalmente a la norma y a la autoridad, evitando el castigo.

Estadio 2: Estadio de designio e intercambio individual instrumental: lo correcto consiste en atender a las necesidades propias y a las de los demás como individuos, efectuando tratos imparciales de intercambio concreto.

Nivel B: Nivel convencional

Estadio 3: Estadio de expectativas, relaciones y conformidad mutuas interpersonales: lo correcto consiste en interesarse por los demás, manteniendo la lealtad y respetando las reglas y las expectativas.

Estadio 4: Estadio de mantenimiento del sistema social y de conciencia: lo correcto consiste en cumplir los deberes para con la sociedad, manteniendo el orden social y el bienestar de la colectividad.

Nivel B/C: Nivel transicional

Como su nombre indica, inicia el tránsito hacia el nivel postconvencional, pero todavía no es de principios. No se expresa en un estadio propio.

Nivel C: Nivel postconvencional y de principios

Estadio 5: Estadio de derechos prioritarios y contrato social o utilidad: lo correcto consiste en atenerse a los derechos, valores y contratos básicos de una sociedad, aun cuando entren en conflicto con los intereses propios o con las reglas del grupo de pertenencia.

Estadio 6: Estadio de principios éticos universales: lo correcto es guiarse por principios éticos universales, válidos para toda la humanidad; son principios universales de justicia: la igualdad de los

derechos humanos y el respeto por la dignidad del individuo humano.” (Kohlberg apud Carracedo, 2000, p. 77 e 78).

Uma das críticas à teoria de Kohlberg, como também a outras teorias referentes ao estudo do juízo moral, é que um juízo moral mais autônomo não garante uma ação correspondente. Isto é, embora um juízo mais evoluído possa levar a uma conduta social mais coerente, não há garantia alguma de que isso ocorra.

Uma outra crítica à teoria kohlberguiana enfatiza que os raciocínios explicitados pelos sujeitos referem-se a dilemas morais hipotéticos, distantes, pois, das realidades contextuais e da complexidade das situações reais.

Ainda dentre as críticas formuladas ao trabalho de Kohlberg, consta a ênfase dada ao princípio de justiça em detrimento dos aspectos sociais e afetivos presentes nos conflitos interpessoais e uma leitura cognitiva das respostas dos sujeitos investigados.

Estas críticas surgiram de trabalhos como os de Robert Selman, Carol Gilligan e Eliot Turiel, colaboradores de Kohlberg, que tentaram incluir componentes sociais e afetivos ao seu modelo de desenvolvimento moral.

Selman (apud Araújo, U. 1999) estudou a capacidade de adoção de perspectivas pelos sujeitos, conceituando-a *“como uma forma de conhecimento social em um lugar intermediário entre o pensamento lógico e o pensamento moral”* (p. 42).

De acordo com Araújo, V. (2000), Selman mantém sua crença no paradigma cognitivo-evolutivo-estrutural, considerando o desenvolvimento cognitivo como condição necessária e anterior ao desenvolvimento da capacidade de adoção de perspectivas.

Selman afirma, ainda, que Kohlberg não considerou, em suas análises, outros aspectos presentes nos conflitos morais e que, além do princípio de justiça, estão presentes na resolução de conflitos as representações de valores sociais, que incorporam aspectos cognitivos e afetivos. Assim sendo,

Selman (apud Trevisol, 2002) elabora um modelo em que os referidos aspectos façam parte tanto do nível de raciocínio do sujeito, quanto de sua conduta social.

Para ele, a adoção de perspectivas une o funcionamento cognitivo ao funcionamento moral e emocional, sendo que adotar a perspectiva do outro significa compreender seus sentimentos e emoções, assim como os motivos e razões de sua conduta. O estágio em que se considera as demandas ou os direitos morais pessoais e alheios se constrói sobre o estágio estruturalmente paralelo de adoção de perspectivas, estágio em que o sujeito compreende a relação entre a própria perspectiva e a do outro. Se o sujeito não tiver atingido um determinado estágio na adoção de perspectivas, não poderá aplicar este mesmo estágio de conhecimento social ao domínio moral. Desta forma, Selman acredita que o pensamento moral depende da capacidade de adoção de perspectivas. As situações que possibilitam situar-se em relação ao ponto de vista do outro, são as que o sujeito experimenta um conflito entre suas ações e avaliações e as ações e avaliações dos outros. A inclusão, em seus estudos, de dilemas morais envolvendo contextos específicos, que representam a realidade da qual o sujeito faz parte, contrariamente aos dilemas hipotéticos utilizados por Kohlberg, são mais apropriados para suscitar a reflexão e a adoção de perspectiva do outro.

Selman defende uma evolução psicogenética hierárquica para a capacidade de adotar perspectivas, em que estágios mais evoluídos são construídos a partir de estágios anteriores. Os estágios propostos pelo autor objetivam contemplar as mudanças que se produzem nas interações sociais humanas, nas quais o sujeito vai levando em consideração, paulatinamente, diferentes pontos de vista, tornando-se evidente, à cada novo estágio, uma influência recíproca progressiva das mútuas antecipações de pensamentos e sentimentos.

Embora Selman tenha procurado integrar em sua teoria os aspectos cognitivos, sociais e afetivos, para explicar a complexidade que envolve o

juízo e a ação moral, parece ter se mantido em um campo no qual o aspecto cognitivo predomina sobre os outros.

Gilligan, assim como Selman, também procurou integrar em sua teoria moral a representação de valores sociais e o aspecto afetivo dos sujeitos. Mas seu foco principal recaiu sobre a questão de gênero.

Gilligan questiona a teoria de Kohlberg que incluiu somente sujeitos do sexo masculino em seus primeiros estudos. As mulheres, quando submetidas às provas de juízo moral aplicadas por Kohlberg, apresentavam juízos menos desenvolvidos, considerando a hierarquia dos estágios por ele estabelecida. Gilligan defende que as mulheres seguem um modelo moral diferente dos homens, alegando a existência de duas fontes que orientam a moralidade humana: a justiça, mais presente nos juízos masculinos, e a responsabilidade e o cuidado para com os outros, mais explícitos nos juízos femininos.

“(...) no se trataba solamente de matices significativos, sino de una diferente evaluación moral: las mujeres evalúan moralmente en un ‘insistente relativismo contextual’. No es una diferencia de énfasis, sino de enfoque: mientras que los varones se atienen a soluciones morales objetivas y universalizables, las mujeres se guían primordialmente por sus vínculos de responsabilidad y de cuidado” (Gilligan, apud Carracedo, 2000, p.51).

Em um de seus estudos acerca da fidelidade aos amigos, Gilligan (apud Silva, 2002) observou diferenças entre os argumentos expostos por meninos e meninas. O dilema apresentado referia-se ao fato de terem presenciado o ato de um amigo, que pegou um livro pertencente a outro. As respostas comprovam que os meninos centralizam suas reflexões na perda da integridade pessoal, caso, ao agirem por amizade, não contassem quem fora o autor do roubo. As meninas demonstraram preocupação com o fato de que, ao afirmar suas convicções, pudessem prejudicar o amigo

roubado. Gilligan conclui que enquanto os homens procuram estabelecer prioridades, solucionando os conflitos através do estabelecimento de uma hierarquia de valores, as mulheres centralizam suas preocupações naqueles que serão excluídos, através de uma possível ruptura no relacionamento. A autora esclarece que a forma como ambos vêem os dilemas não são opostas e sim, complementares.

Nesse sentido, Gilligan nos traz reflexões importantes, relacionadas à própria redefinição do paradigma da moralidade, ao afirmar que ao lado da ética da justiça, deve-se considerar igualmente a ética do cuidado ou da responsabilidade.

Ampliando as idéias de Gilligan, Sastre e Moreno Marimon (2000), explicam que a ética da justiça se baseia na perspectiva do “outro generalizado”, que atribui a todos os indivíduos os mesmos direitos e deveres, abstraindo assim, a individualidade e a identidade concreta. Seu foco recai sobre o que todos os seres humanos têm em comum. Na ética da justiça, a idéia predominante se concentra no respeito aos direitos e deveres das pessoas, deixando suas necessidades e diferenças em um plano secundário, já que não seria lícito estabelecer distinção dentro de uma perspectiva em que a justiça é considerada igual para todos. Contrariamente, a ética do cuidado e da responsabilidade, considera o “outro concreto”, reconhecendo os seres humanos como pessoas portadoras de uma identidade, uma história e uma constituição afetiva e emocional específicas. Esta perspectiva contempla o que os seres humanos tem em comum, incluindo também a singularidade de cada indivíduo, que é o que o diferencia dos demais. É preciso compreender as necessidades individuais, suas motivações, aspirações e desejos. Ao invés de fazer prevalecer os direitos de uma pessoa sobre as necessidades de outra, a ética do cuidado e da responsabilidade se guia pelos princípios de equidade e de reciprocidade, regulada por normas que se baseiam na amizade, no amor e no cuidado.

Concordamos com a análise de Sastre e Moreno Marimon em relação aos trabalhos de Gilligan, ao afirmarem que a ética do cuidado e da responsabilidade requer uma maior complexidade de pensamento, já que comporta um maior número de variáveis que se inter-relacionam, descartando a simplicidade de um único modelo.

Os estudos de Gilligan evidenciam o caráter reducionista da teoria androcêntrica de Kohlberg, que considerava apenas a ética da justiça, envolvendo somente um âmbito social: o público. O âmbito privado, que é o que comporta a maior parte das interações afetivas entre os indivíduos foi ignorado na perspectiva kolberguiana.

Outras teorias como a de Seyla Benhabib (apud Sastre e Moreno Marimon, 2000) têm concluído que não se trata de confrontar o “outro concreto” com o “outro generalizado” e sim de construir uma teoria moral que permita reconhecer a dignidade do “outro generalizado” mediante o reconhecimento da identidade moral do “outro concreto”.

A visão de Benhabib vem ampliar a de Gilligan, sintetizando pontos de vista e complexificando-os, ao considerar as peculiaridades do pensamento feminino, sem contudo, excluir o pensamento masculino.

Podemos destacar alguns aspectos dos trabalhos desenvolvidos por Gilligan, que aprofundaremos mais adiante com outros autores e que se constituem em referencial teórico para o que pretendemos estudar:

- a complexidade e a diversidade de raciocínios frente a um dilema moral
- o papel do aspecto afetivo na organização do pensamento, evidenciado pela ética do cuidado e da responsabilidade

Uma outra teoria moral, elaborada por Eliot Turiel, ex-orientando de Kohlberg, e por Larry Nucci, é a teoria dos domínios.

Turiel (1989) afirma que as pessoas costumam interpretar a moralidade como um conjunto de normas de condutas certas e erradas. Qual, porém, o significado de certo e errado, moralmente falando, e quais critérios são usados para fazer o julgamento das condutas?

Turiel esclarece que a diversidade da opinião pública resulta da heterogeneidade das estruturas dos conceitos sociais no indivíduo.

Para os indivíduos, os conceitos de certo e errado sociais são organizados dentro de diferentes referenciais conceituais. Algumas formas de pensamento são consideradas pelos indivíduos como juízos morais universais. Outras formas de pensamento estão sujeitas a determinações culturais ou normas sociais. E há, ainda, os pensamentos que são considerados como uma questão de escolha pessoal.

Desta forma, o autor pressupõe a existência de três tipos de domínios, sob os quais podem ser enquadrados os raciocínios humanos: o domínio pessoal, o domínio moral e o domínio convencional.

O domínio pessoal, como já se mencionou, diz respeito às condutas que envolvem uma escolha pessoal e não afetam os direitos dos indivíduos.

O domínio moral compreende as questões e as ações que envolvem a justiça, o bem-estar e os direitos das pessoas.

Já o domínio convencional engloba as convenções sociais e os padrões de conduta consensualmente determinados pelos grupos sociais.

A distinção entre o domínio moral e o domínio convencional tem sido sustentada por vários estudos, como os de Nucci, que indicam que:

“(...) crianças, adolescentes e adultos tratam violações da moralidade, tais como causar mal a outra pessoa, como erradas independente de haver ou não uma regra estabelecida, e generalizam tais julgamentos para membros de outras culturas ou grupos que podem não ter normas a respeito de tais ações. Convenções, por outro lado, são vistas como eficazes apenas dentro do contexto de uma norma social existente, e só para membros participantes de um determinado grupo social. Embora haja controvérsias se a distinção entre moralidade e convenção é feita por membros de todos os grupos culturais, vários estudos têm demonstrado que sujeitos pertencentes a uma ampla

variedade de culturas no mundo de fato diferenciam entre assuntos de moralidade e convenções” (Nucci, 2000, p.75).

Mas, apesar de muitas situações cotidianas envolverem claramente questões pertencentes ao domínio moral ou convencional, conforme Nucci, há aquelas que incluem aspectos de mais de um domínio.

Sendo assim, há possibilidade de divergências entre as pessoas, dependendo da informação que possam ter a respeito da situação. E, ainda, o peso que possam atribuir a um ou outro aspecto do assunto em questão.

Para Nucci (2000), há duas formas básicas de sobreposição entre moralidade e convenção. Uma denominada mistura de domínios e a outra, eventos morais de segunda ordem.

A primeira (mistura de domínios) envolve situações nas quais as

“(...) normas convencionais que sustentam uma estrutura organizacional específica estão em harmonia ou estão em conflito com o que seria visto objetivamente como preocupações com justiça ou direitos. Exemplos de tal imbricação seriam as convenções como a de se fazer fila para comprar ingressos ou as de gênero, que proíbem áreas nas quais homens ou mulheres podem participar. No primeiro caso, a convenção (fazer fila), sendo um modo moralmente neutro e arbitrário de organizar as pessoas, poderia estar a serviço de uma justiça distributiva (cada um aguardando a sua vez), de acordo com a qual ‘furar a fila’ tornar-se-ia, então, injusto. No segundo caso, a convenção (de gênero) pode estar em conflito com o senso de justiça se a convenção impedir que membros de um gênero possam usufruir de oportunidades disponíveis ao outro” (p.77).

No segundo tipo de sobreposição entre moralidade e convenção, denominada “eventos morais de segunda ordem”, estão incluídas as

situações nas quais a transgressão de uma convenção estabelecida acarreta sofrimento ou dano psicológico às pessoas que sustentam tal convenção, não se podendo considerar esta violação somente como um exemplo de conduta não convencional.

Diante das questões que envolvem elementos de mais de um domínio, é possível tanto subordiná-las a uma única dimensão, reduzindo-as ao domínio moral ou convencional, quanto procurar coordenar a natureza multifacetada de tais questões, considerando tanto os aspectos morais como os não-morais em uma determinada situação.

“Tais respostas à sobreposição, no plano individual, ajudam a explicar as inconsistências que observamos nas pessoas quando elas respondem às situações em diferentes contextos. Elas também ajudam a explicar como grupos ou subgrupos culturais chegam a diferentes leituras de questões sociais que eles consideram ser moralmente neutras ou carregadas de significado moral” (Nucci, 2000, p. 77).

A sobreposição de domínios, apontada por Nucci, parece-nos uma tentativa de flexibilizar os limites entre cada domínio, buscando aproximar-se das situações reais e da complexidade que envolve o juízo e a ação das pessoas. No entanto, ao propor o enquadramento dos raciocínios humanos em três domínios pré-determinados, a teoria de Turiel e Nucci apóia-se nos pressupostos kantianos, de uma moral baseada na razão humana e nos princípios de dever e justiça que, a nosso ver, mostram-se insuficientes para explicar o pensamento e a ação das pessoas.

É o que discutiremos, a seguir: as relações entre juízo e ação.

JUÍZO E AÇÃO MORAL

A diversidade encontrada nos juízos e nas ações morais vem despertando o interesse de estudiosos, perpassando as discussões em várias teorias morais, mas ainda apresentando lacunas e interpretações parciais, que não dão conta de explicar a complexidade que a envolve.

Como se disse anteriormente, é esta discussão que pretendemos abordar no presente trabalho: os juízos e as ações, envolvendo conteúdos morais. Nosso foco de investigação centrar-se-á nos aspectos conscientes que interferem no funcionamento psíquico humano e afetam o julgamento e a ação das pessoas em diferentes contextos.

Assim sendo, nosso objeto de estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: Por que as pessoas freqüentemente apresentam mudanças na maneira de julgar e agir?

Vários autores têm levantado questões sobre este tema.

Em relação à ação moral, o próprio Piaget, consciente da dificuldade em estudá-la, faz uma ressalva em seu livro *“O Julgamento Moral na Criança”* (1932/77), alertando o seguinte:

“Podemos fazer uma criança raciocinar a respeito de um problema físico ou lógico. Estamos assim em presença não por certo do pensamento espontâneo da criança, mas de um pensamento em ação. Não podemos, ao contrário, proceder com a criança como se fosse num laboratório, com o fim de dissecar sua conduta moral. Um problema moral submetido à criança está muito mais afastado de sua prática moral que um problema intelectual de sua prática lógica (...) Decidamos, e procuremos estudar não o ato, mas simplesmente o julgamento do valor moral. Em outras palavras, analisemos não as decisões da criança nem mesmo as lembranças de suas ações, mas a maneira pela qual ela avalia esta ou aquela conduta” (p. 98).

Assim, parece que Piaget optou claramente por estudar somente o juízo moral e não as ações ou suas possíveis relações com os juízos.

Segundo La Taille (1992), apesar de ter diferenciado o ato de julgar e a ação propriamente dita, Piaget não mantém a mesma distinção entre juízo e ação nas conclusões gerais apresentadas em seu livro (*O Julgamento Moral na Criança*). Para ele, o sujeito autônomo tem uma necessidade de agir de acordo com a moral do bem. Embora ele tenha se restringido a coletar discursos morais, elaborou uma teoria que contempla a ação moral.

Desta maneira, La Taille (1992) apresenta a seguinte indagação a respeito da teoria piagetiana sobre o desenvolvimento do juízo moral, com base no jogo de regras:

“(...) será que o menino de 12 anos que nos faz um belo e coerente discurso sobre as noções de igualdade e reciprocidade, que coloca a justiça como ideal querido, que prega o respeito mútuo, será que este menino realmente age seguindo os preceitos por ele defendidos? A rigor, atendo-nos aos dados apresentados, nada podemos responder com certeza sobre essa questão. E nossa suspeita pode agravar-se ainda mais se olharmos em nosso redor e repararmos que algumas pessoas de comportamento claramente desonesto são capazes dos mais comovedores discursos sobre justiça social, democracia, etc.” (p.63).

Segundo Wright (apud Araújo, U.,1999), a teoria de Piaget apresenta uma relação entre juízo e ação mais próxima da realidade, partindo de situações reais, vivenciadas pelas crianças. Com isso, ele dirige uma crítica a Kohlberg, que utilizou, em suas pesquisas, dilemas morais hipotéticos, distantes das realidades contextuais e da complexidade das situações reais. Sendo assim, Wright afirma estar a teoria piagetiana centrada em uma

moralidade prática, enquanto a teoria kohlberguiana está centrada em uma moralidade teórica.

Kohlberg discorda desta afirmação, respondendo que, se a ação moral é orientada por um juízo moral coerente, sua teoria não está centrada em uma moralidade teórica. Para ele, juízo e ação são indissociáveis.

E ainda, diante da crítica de que um juízo mais evoluído não garante uma conduta social mais coerente, Kohlberg reconhece a complexidade que envolve a relação entre juízo e ação moral, defendendo, entretanto, que o juízo é anterior à ação, dando sentido a ela, mesmo que não a garanta.

Em relação ao modelo teórico de explicação para o juízo moral elaborado por Selman, podemos afirmar que, embora o referido autor tenha incluído os aspectos cognitivos, afetivos e sociais no seu modelo, de acordo com Trevisol (2002), o enfoque evolutivo-estrutural não prediz ações ou condutas específicas, apenas descreve a forma geral de pensamento que, com maior probabilidade, subjaz a maioria dos juízos que emite um indivíduo sobre um tema particular ou em relação a temas de diferentes domínios. Contudo, não existe uma correspondência direta entre ação e estrutura, sendo que a análise do raciocínio é condição necessária para a compreensão da conduta social.

Desta forma, segundo Araújo, V. (2000), a integração dos aspectos afetivos e sociais no modelo elaborado por Selman não se efetivou, ficando eles fortemente atrelados ao aspecto cognitivo.

A teoria dos domínios, de Turiel e Nucci, também aborda a questão do juízo e ação, apontando “inconsistências” no comportamento das pessoas. Se bem que as possíveis divergências entre o juízo e a ação dos indivíduos sejam reconhecidas na perspectiva desses autores, parecem ser consideradas mais como desvios de conduta do que como próprias do funcionamento psíquico humano. O próprio termo “inconsistente”, utilizado por Nucci (2000, p.77) para adjetivar os juízos das pessoas, quando elas

respondem às situações em diferentes contextos, pode ser traduzido como algo sem fundamento, sem firmeza ou estabilidade.

O norte-americano Michael Lewis (1999), autor de vários livros a respeito do desenvolvimento psíquico humano, também faz referência ao estudo sobre o juízo e a ação das pessoas, enfatizando a complexidade do comportamento humano e seus possíveis significados. Ressalta a dificuldade de mensuração do comportamento, da atribuição de significados ao comportamento manifesto e, ainda, a discrepância entre comportamento e seu respectivo significado.

Lewis afirma que o comportamento humano é, em sua maior parte, um sistema de símbolos e não, necessariamente, uma representação acurada daquilo a que se refere. Exemplifica que:

“Nosso comportamento poderia ter evoluído de tal maneira que puxar o lóbulo da orelha significaria ‘Sim, quero almoçar’. Mas, em vez disso, desenvolvemos um sistema simbólico abstrato. Quando alguém pergunta se você está com vontade de almoçar, você pode responder que sim e, na verdade, não estar falando sério, ou poderia de fato dizer não quando queria dizer sim. A partir desse sistema simbólico, seria impossível saber com exatidão o que você tinha em mente. Até mesmo você poderia não saber o que está se passando na sua cabeça (...) Mesmo sem a linguagem, podemos observar a discrepância entre comportamento e significado. Se eu sorri depois que você contou uma piada, você provavelmente achou que eu me diverti quando, na verdade, posso não ter achado a menor graça; posso só ter me comportado como se tivesse achado graça” (p.122 e 123).

Tais idéias de Lewis apontam, mais uma vez, para a complexidade que envolve pensamentos e ações.

Araújo, U. (1999) também aborda a questão da relação entre juízo e ação:

“Como explicar a distância que encontramos entre os raciocínios dos sujeitos e sua ação cotidiana? Como explicar que as pessoas utilizam sua razão para discernir entre o certo e o errado, mas que não necessariamente suas ações acompanham seu juízo? É comum encontrar nos seres humanos uma dissociação entre o que pensam, o julgamento que fazem das situações dilemáticas cotidianas com que defrontam e seu comportamento quando têm que intervir diretamente nessas situações” (p. 53 e 54).

Araújo, U. defende a necessidade de modelos teóricos que consigam romper a dicotomia entre “mente e corpo”, “razão e emoção”, “juízo e ação”, através da busca de novos paradigmas nas investigações sobre moralidade. Não acredita numa cisão radical entre juízo e ação, quando se trata de um mesmo sujeito que pensa e age sobre o mundo. Enfatiza, porém, que os aspectos psicológicos desse sujeito devam integrar as teorias sobre moralidade, incluindo os sentimentos e as emoções que também regulam a relação deste sujeito com o mundo.

Assim, Araújo, U. (1999) afirma que:

“Os estudos sobre a afetividade e os sentimentos, sua relação com os aspectos cognitivos da razão humana e a integração desses elementos na identidade dos sujeitos psicológicos podem ser um caminho promissor para compreender a moralidade e a motivação que leva os sujeitos a agir em concordância ou não com seus juízos” (p.53).

Partindo das idéias dos autores citados, entendemos que o estudo sobre o papel que exerce a dimensão afetiva da natureza humana no

funcionamento psicológico, é fundamental para a compreensão do juízo e da ação, e é isso que abordaremos a seguir.

O PAPEL DA AFETIVIDADE E DOS VALORES NO JULGAMENTO E NA AÇÃO DAS PESSOAS

O debate sobre esta temática pode ser encontrada em Araújo, U. (1999), quando analisa os trabalhos de Piaget, Brown, Blasi, Eisenberg e Damon. É a partir da discussão de Araújo, U., portanto, que os referidos autores serão abordados.

Segundo Araújo, U. (1999), embora Piaget não tenha aprofundado as investigações sobre as relações entre a afetividade e a razão, deixou um trabalho pouco divulgado fora do meio piagetiano, resultado de anotações de um curso ministrado na Universidade de Sorbonne (Paris), no ano acadêmico de 1953/54.

Neste trabalho, Piaget defende que afetividade e cognição são indissociáveis e estão presentes em todas as ações, ainda que sejam de naturezas distintas. O aspecto cognitivo é representado pelas estruturas mentais e o aspecto afetivo é representado por uma energia, denominada energética, por Piaget. Para ele, todo juízo e ação comportam um aspecto cognitivo e um aspecto afetivo, não existindo estados afetivos sem elementos cognitivos, assim como não existem comportamentos puramente cognitivos. Ao discutir os papéis da assimilação e da acomodação, Piaget ressalta os aspectos cognitivos e afetivos presentes nesses processos de adaptação: na assimilação, o aspecto cognitivo é a compreensão e o afetivo é o interesse em assimilar o objeto ao self; na acomodação, o aspecto cognitivo está presente no ajuste dos esquemas de pensamento ao fenômeno e o afetivo, no interesse pelo objeto novo.

Apesar de considerar indissociáveis os aspectos afetivo e cognitivo, Piaget não acredita que a afetividade crie novas estruturas cognitivas e nem que as estruturas cognitivas dependam da afetividade. Atribui à afetividade um papel funcional na inteligência, sendo a fonte de energia de que a cognição se utiliza para seu funcionamento. O referido autor utiliza uma metáfora para melhor explicar o papel funcional da energia da afetividade, associando-o à gasolina que ativa o motor de um carro, embora não modifique sua estrutura. A energética é responsável pelo interesse do sujeito, na sua relação com objetos, pessoas ou consigo mesmo, direcionando-o para uma situação ou outra. Assim, o funcionamento mental é direcionado pela energética e por uma ação cognitiva correspondente. Piaget afirma ser o interesse e, portanto, a afetividade que faz uma criança decidir seriar objetos e quais objetos seriar. Esse interesse acaba sendo fonte da motivação para a ação do sujeito.

Para explicar a energética da ação, Piaget incorpora a essa discussão um outro componente: os valores.

Araújo, U. (1999) sintetiza as idéias de Piaget, afirmando que:

“Ao falar de valores, Piaget está se referindo a uma troca afetiva que o sujeito realiza com o exterior, com objetos ou pessoas. Inicialmente os valores surgem da projeção dos sentimentos sobre os objetos. Mais tarde, com as trocas interpessoais e a intelectualização dos sentimentos, os valores são cognitivamente organizados a partir de julgamentos de valor sobre os objetos, pessoas e relações. Piaget define, então, os valores e as avaliações como pertencentes à dimensão geral da afetividade” (p.56).

Os valores surgem a partir do sistema de regulações energéticas que se estabelece entre o sujeito e o mundo externo, desde o nascimento, através de suas relações com objetos, pessoas e consigo mesmo. Inicialmente, os interesses da criança estão relacionados às suas

necessidades orgânicas mas, à medida que ela cresce, seus interesses, intelectualizados pelas novas estruturas cognitivas que vão sendo construídas, organizam-se de maneira mais estável, constituindo escalas ou sistemas de valores. Os sentimentos interpessoais (referentes às pessoas) e os sentimentos morais (como obediência e respeito) aparecem quando o sistema de valores se desenvolve nas trocas presentes nas relações interpessoais e se conserva cognitivamente, possibilitando valorações mais estáveis. Essas valorações permitirão que os sujeitos definam normas de ação que serão organizadas em escalas normativas de valores, forçando, de certa forma, a consciência a agir em concordância com esses valores.

Para Piaget (1968), é o sujeito psicológico que realiza esse processo, sendo o depositário dos valores subjetivos. A figura do sujeito psicológico está vinculada, segundo ele, ao conceito de *self*, que não se confunde com personalidade. O *self* constitui-se com o processo de socialização da criança, quando ela vai se diferenciando dos objetos e dos outros, pois no nascimento ela se encontra indiferenciada em relação ao mundo. Com o processo de socialização, as estruturas cognitivas vão sendo construídas e a criança vai constituindo-se em um sujeito individualizado que interage com o mundo. Para Piaget, é o sujeito psicológico, ou o *self*, que regula internamente o funcionamento dessas estruturas e as relações com o mundo.

Retomando o papel que os valores têm na vida dos sujeitos, Piaget acredita estarem os valores relacionados à motivação das ações e vinculados à personalidade do indivíduo, desempenhando a função de regular as trocas sociais e interpessoais. De acordo com Brown, Piaget defende, ainda, que a valoração é uma função do sistema afetivo, que a construção de escalas de valores determina as normas do comportamento e que a tomada de consciência das atividades valorativas aparece por meio dos sentimentos.

Araújo afirma que Brown concorda com Piaget, quanto à intelectualização dos interesses e sentimentos levar à construção de

sistemas de valores, mas discorda em relação ao papel secundário atribuído à afetividade, de mera energética da cognição. Conforme a perspectiva piagetiana, a estruturação cognitiva não depende desta energética e a afetividade não intervém na construção das estruturas cognitivas.

Segundo Brown, ao afirmar que a intelectualização dos sentimentos constrói sistemas de valores, Piaget aproximou-se da resposta sobre o papel da afetividade no desenvolvimento da inteligência, mas não integrou esse sistema de valores (incluindo a própria afetividade), em um sistema heurístico que não relegasse a afetividade a um plano secundário, de simples energia da ação. Para Brown, a afetividade é uma forma específica de conhecimento que se organiza em estruturas e esquemas, compondo um sistema afetivo que exerce um papel decisivo no processo de equilíbrio, ou seja, um sistema em que o conjunto de valores do sujeito afeta decisivamente seu funcionamento cognitivo.

Araújo concorda com as afirmações de Brown, defendendo que a afetividade, juntamente com a cognição, exercem papéis igualmente efetivos dentro de um modelo de funcionamento complexo, que inclui outros sistemas que interagem entre si, constituindo o sujeito psicológico e afetando o funcionamento psíquico.

Carretero (in Piaget, 2001), como Brown e Araújo, também faz as mesmas ressalvas às idéias de Piaget, criticando a subordinação do aspecto afetivo ao cognitivo.

“Así, volviendo de nuevo a la lúcida e intuitiva metáfora del motor y la gasolina, Piaget defiende que la combustión de esta última, es decir los aspectos energéticos del comportamiento, no puede llegar a cambiar la estructura del conocimiento, aunque pueda afectar a su realización o inhibición. Sin duda, hasta este punto estaríamos de acuerdo con Piaget, pero el problema surge si planteamos que lo energético no es sólo un factor impulsor de la actividad, sino que también tiene una estructura, la cual no presenta

el mayor interés en ser estudiada por el psicólogo de Ginebra. En definitiva, creemos que la posición de Piaget tiene a su favor el monismo mencionado, pero adolece de un cierto racionalismo según el cual pareciera que la afectividad es simplemente la gasolina, y quizás sea interesante pensar que ambos, conocimiento y deseo, poseen estructura, funcionamiento y energética, los dos tienen motor y gasolina.” (p.12)

Acreditamos que o estudo do papel que o sistema de valores exerce sobre o funcionamento psicológico pode ampliar o entendimento sobre o juízo e a ação moral, embora, isoladamente, esse sistema seja insuficiente para explicar tais relações.

Augusto Blasi é um outro autor citado por Araújo, U. (1999), que criou um modelo pessoal de comportamento moral, baseado em três hipóteses:

- a) a existência de maior probabilidade de que a compreensão moral dê lugar à ação moral, se for traduzida como um juízo de responsabilidade pessoal;
- b) a responsabilidade moral resulta da integração da moralidade na identidade ou *self* do sujeito;
- c) a necessidade psicológica de agir de maneira coerente com os próprios ideais deriva da identidade moral.

Blasi acredita ser a ação moral motivada pela identidade moral e autocoerência. Entende serem a identidade e o autoconceito do sujeito construídos com base nos valores que estão integrados em sistemas motivacionais e emocionais. Desse modo, o sujeito poderá vivenciar determinados sentimentos como culpa, tristeza ou vergonha, ao agir contra seus valores. A ausência dos referidos sentimentos é considerada por Blasi, um indicativo de que a compreensão moral está isolada do resto da personalidade do sujeito.

Parece-nos que Blasi interpreta este fato mais como um desvio do que algo comum, próprio do funcionamento psicológico do ser humano.

Uma outra autora que buscou integrar o juízo e a ação moral é Nancy Eisenberg, com sua teoria de moralidade pró-social.

Segundo Araújo, U. (1999), Eisenberg pressupõe a incorporação de metas, valores, processos internos e a personalidade dos sujeitos num mesmo modelo, para a compreensão dos comportamentos morais. O desenvolvimento da identidade moral está vinculado à aquisição de valores e metas, que se dá através da indução a determinados comportamentos e da exposição da criança a modelos morais adultos.

Ainda que consideremos de suma importância a busca de integração dos valores e metas à identidade dos sujeitos psicológicos, discordamos do modelo teórico de Eisenberg, por sua concepção epistemológica que enfatiza um conhecimento adquirido, essencialmente, por indução externa.

William Damon é um outro autor mencionado por Araújo, U. (1999), que também discute a ação moral, através do processo de desenvolvimento do *self* e sua relação com a moralidade.

“Ele mostra que, na primeira infância, o self é compreendido como uma coleção de características superficiais separadas e sem relação umas com as outras. Depois, durante a infância, ele é compreendido em comparação com os outros, e a criança começa a tomar consciência do que é certo e do que é errado. As crianças mais velhas começam a entender como podem afetar as outras pessoas e, nessa idade, começam a compreender que uma pessoa deve se sentir mal quando viola um princípio moral. Para Damon, tal fato pode ser explicado por uma mudança no desenvolvimento infantil que leva a criança a começar a tomar consciência das conexões entre o self e a moralidade. Finalmente, na adolescência, o sujeito organiza seu self em torno de projetos e filosofias pessoais e isso pode levá-lo a refletir sobre os propósitos morais de sua vida.

O desenvolvimento do self pode, no entanto, tomar várias direções e não necessariamente se vincular aos valores morais” (p. 60 e 61).

Damon enfatiza, ainda, que os valores morais podem ser centrais ou periféricos na representação que o sujeito tem de si mesmo. Ou seja, as pessoas cujos valores morais são centrais em sua identidade, provavelmente buscarão agir em concordância com esses valores ou, segundo Araújo, U. (1999), experimentarão sentimentos de culpa ou vergonha ao transgredi-los. Inversamente, as pessoas cujos valores morais são periféricos em sua identidade, possivelmente não terão sentimentos negativos em relação ao que pensam de si ao contrariarem princípios morais.

No entanto, como esclarece Araújo, U. (1999), o modelo sugerido por Damon não é estático. Aliás, abre um caminho importante para a compreensão das regulações intrapsíquicas do ser humano, ao considerar que um mesmo valor pode ser central ou periférico na identidade de um sujeito, dependendo do contexto, isto é, do conteúdo, das pessoas, das relações e dos sentimentos envolvidos no juízo e na ação dos sujeitos.

Por fim, gostaríamos de introduzir mais um autor, Antonio Damásio (apud Sastre e Moreno Marimon, 2002), que também realizou vários trabalhos, a partir dos quais desenvolveu uma teoria que reflete a complexidade das interações entre cognição e emoção, segundo a qual ambas estão reciprocamente envolvidas nos processos de pensamento, assim como o corpo e o cérebro estão indissociavelmente integrados mediante circuitos bioquímicos e neurais, que se conectam mutuamente de tal maneira que tudo o que ocorre no corpo repercute no cérebro e vice-versa.

As emoções, segundo Damásio, são um conjunto de mudanças que se produzem no estado corporal de uma pessoa, provocadas por terminais nervosos, situados em diferentes órgãos do corpo e que são controlados

por determinadas áreas do sistema cerebral, e que, por sua vez, emitem respostas ao conteúdo dos pensamentos do sujeito.

De acordo com este autor, a alegria ou a tristeza são sentimentos provenientes da percepção dos estados corporais experimentados por um sujeito e os pensamentos que se associam a estes estados. Assim, pensamentos e emoções estão intimamente ligados, sendo que o conteúdo dos pensamentos repercute no corpo. A tristeza ou depressão, por exemplo, pode conduzir à debilidade do sistema imunológico, tornando as pessoas mais propensas à contração de algumas doenças. Ou ainda, diferentes emoções podem produzir mudanças perceptíveis em distintas regiões do corpo como “nó” na garganta, dor de estômago, aceleração dos batimentos cardíacos, etc.

Desta forma, os estados corporais afetam significativamente o funcionamento do cérebro. Um estado corporal negativo, induzido por uma emoção desagradável pode tornar o raciocínio ineficiente, assim como estados corporais positivos, podem, contrariamente, torná-lo mais rápido ou eficiente.

“La influencia de los sentimientos sobre el funcionamiento cerebral es inmensa, según Damasio, puesto que su presencia en el cerebro constituye el marco de referencia en el que se elabora el pensamiento y de esta manera los sentimientos tienen la última palabra en lo que se refiere a la manera en que el resto del cerebro y la cognición se ocupan de sus asuntos.

La separación entre cognición y afectividad, sostenida por los antiguos pensadores y arraigada en el saber popular, queda totalmente obsoleta a la luz de los recientes estudios en neuropsicología. No existe ninguna razón científica para mantener esta creencia ni tampoco para actuar apoyándonos en sus presupuestos implícitos.” (Sastre e Moreno Marimon, 2002, p.24)

Nesse sentido, Sastre e Moreno enfatizam que se o século passado foi, para a psicologia, dedicado ao estudo dos aspectos afetivos e cognitivos separados, o século presente será, certamente, o do estudo conjunto dos referidos aspectos, conduzindo a mudanças muito importantes tanto no campo da teoria, como também, no das relações cotidianas.

Portanto, para melhor compreendermos o juízo e a ação das pessoas, há necessidade de modelos teóricos que integrem aspectos cognitivos e afetivos ao funcionamento psíquico do ser humano, incorporem o papel dos valores na construção da identidade, e contemplem a complexidade deste funcionamento, quando o sujeito pensa e age sobre conteúdos de natureza moral.

É o que trataremos, a seguir: a questão da complexidade, da diversidade e da imprevisibilidade resultantes do funcionamento psíquico humano e que repercutem no julgamento e na ação das pessoas.

SOBRE A COMPLEXIDADE E O FUNCIONAMENTO PSÍQUICO

O estudioso francês, Edgar Morin, escreveu vários livros abordando a questão da complexidade e alertando sobre a necessidade de ampliarmos nossa visão e nossas concepções a respeito dos fenômenos que nos rodeiam. Explica ele que um paradigma é aquilo que orienta os discursos teóricos e está presente nos princípios de construção das teorias. Para este autor, o paradigma que norteou a ciência clássica é o paradigma de simplificação, tendo como objetivo dissipar a complexidade dos fenômenos, a fim de revelar a ordem simples que os mesmos obedecem. O paradigma de simplificação prima pela disjunção, redução e abstração. Tal paradigma estabelece um tipo de pensamento disjuntivo que separa o objeto do seu meio, o físico do biológico, o biológico do humano, separa as categorias,

as disciplinas, etc. Esse pensamento disjuntivo resulta numa outra simplificação: a redução do complexo ao simples; reduz o humano ao biológico, o biológico ao físico. Através do princípio de redução, chega-se a uma unificação abstrata que desconsidera a diversidade. Segundo Morin (2001):

“O princípio de redução comporta duas ramificações. A primeira é a da redução do conhecimento do todo ao conhecimento adicional de seus elementos. Hoje em dia, admite-se cada vez mais que, como indica a já citada frase de Pascal², o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo, como o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes. Por isso, em várias frentes do conhecimento, nasce uma concepção sistêmica, onde o todo não é redutível às partes. A segunda ramificação do princípio de redução tende a limitar o conhecimento ao que é mensurável, quantificável, formulável, segundo o axioma de Galileu: os fenômenos só devem ser descritos com a ajuda de quantidades mensuráveis. Desde então, a redução ao quantificável condena todo conceito que não seja traduzido por uma medida. Ora, nem o ser, nem a existência, nem o sujeito podem ser expressos matematicamente ou por meio de fórmulas” (p. 87 e 88).

Morin (2001) defende a necessidade de um pensamento:

“ - que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;

² “Como todas as coisas são causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas são sustentadas por um elo natural e imperceptível, que liga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes.” (Morin, 2001, p.88)

- *que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões;*
- *que reconheça e trate as realidades, que são, concomitantemente solidárias e conflituosas;*
- *que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade.*

É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo complexus: o que é tecido junto” (p. 88 e 89).

A palavra complexidade é definida por Morin (1996, 1997), como algo complicado, difícil de explicar, que não pode se reduzir a uma lei ou a uma idéia simples. A complexidade é um fenômeno que envolve uma quantidade extrema de interações e interferências entre um grande número de unidades, que desafiam nossas possibilidades de cálculo. Há complexidade onde quer que se produza um emaranhado de ações, interações e retroações, que nem um computador seria capaz de captar todos os processos em curso. Deste modo, a complexidade compreende não só grandes quantidades de unidades e interações, como também incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios.

A reforma do pensamento, segundo Morin, vai dar origem ao pensamento do contexto e do complexo; um pensamento que une e enfrenta a incerteza; um pensamento capaz de conceber “*o conhecimento da integração das partes em um todo, através do reconhecimento da integração do todo no interior das partes*” (Morin, 2001, p.93). Ou seja, um todo surge a partir da integração entre seus elementos constitutivos, e o todo que se constituiu retroage sobre as partes que o constituem. Morin (2000) define a complexidade como a união entre a unidade e a multiplicidade. Afirma, ainda, que o ser humano pode ser definido como uma unidade complexa, que é multidimensional, isto é, o ser humano comporta ao mesmo tempo as dimensões biológica, psíquica, social, afetiva e racional.

Qualquer conhecimento que não reconheça esse caráter multidimensional e a constante inter-relação dessas dimensões humanas, se constituirá num pensamento reducionista e parcial.

Araújo, U. (1999), assim como Morin, também enfatiza os aspectos multidimensionais constituintes da natureza psicológica do ser humano, afirmando que toda atividade humana, como ser, pensar, agir, sentir, valorar, é resultado da coordenação de várias dimensões que constituem uma totalidade. O ser humano é, pois, para esse autor, constituído pelas dimensões biológica, afetiva, cognitiva e social simultaneamente, não estando nenhum desses aspectos subordinado ao outro, e sim em constante relação entre si. Todos têm o mesmo grau de importância e, se entendermos o ser humano como um sistema, qualquer alteração que ocorra em cada uma dessas dimensões ou subsistemas, afetará o funcionamento do sistema inteiro.

“Em outras palavras, para melhor compreender esse ser psicológico complexo, podemos estudar separadamente seus aspectos cognitivos, afetivos, socioculturais e biológicos e suas relações com o mundo físico, interpessoal e sociocultural à sua volta. Não se deve, porém, perder a perspectiva de totalidade e de coordenação interna e externa desses sistemas, porque as diferenças que encontramos nas ações e nos juízos dos sujeitos psicológicos são resultantes de determinadas coordenações desses sistemas que se manifestam no momento da experiência com o mundo externo e interno” (p. 68 e 69).

O sujeito psicológico não é, então, essencialmente cognitivo, ou afetivo, ou sociocultural, ou biológico, mas sim o resultado da coordenação contínua e dialética de todas estas dimensões, o que lhe possibilita organizar e interpretar suas relações com o mundo.

Cada dimensão constituinte do sujeito psicológico é aberta e fechada ao mesmo tempo. Fechada por possuir um funcionamento com leis próprias,

e aberta por manter-se em interação constante com as demais dimensões. Essa interação é mediada por reguladores que, segundo Araújo, U., (1999) podem ser definidos como vários elementos “funcionais” que são utilizados pelo sujeito psicológico em seu funcionamento psíquico.

Araújo, U. explica que a dimensão biológica possui seus reguladores, que interferem no funcionamento afetivo, cognitivo e social do sujeito, usando como exemplo os neurotransmissores, como a serotonina.

“Dentro do sistema nervoso (que integra o sistema biológico), os neurotransmissores têm a função específica de transmitir as informações de um neurônio a outro dentro das sinapses. A presença ou não desse neurotransmissor, porém, em condições mais ou menos adequadas, pode alterar o funcionamento psíquico do sujeito, podendo levá-lo a sentir-se deprimido e/ou agressivo, com conseqüências claras nas relações afetivas que o sujeito estabelece com as outras pessoas, nas suas relações com a sociedade, ou mesmo para o funcionamento de seu intelecto. Na mesma direção, um comprometimento no funcionamento neurológico em decorrência da ausência ou baixa quantidade de serotonina também pode influenciar as relações e as ações do sujeito sobre os mundos físico, interpessoal e sociocultural, externos a ele” (1999, p.75).

Araújo, U. esclarece, ainda, que o papel da linguagem também pode ser entendido como um dos reguladores da dimensão sociocultural:

“O desenvolvimento mais ou menos adequado da capacidade lingüística de uma pessoa pode influenciar seu funcionamento cognitivo. Uma capacidade lingüística qualitativamente pobre pode também bloquear a tomada de consciência dos próprios sentimentos e valores do sujeito. O comprometimento lingüístico de um sujeito pode ter influências na própria construção das sinapses, na

construção das redes neuronais do cérebro. E, é claro, a linguagem possui um grande papel regulador nas relações do sujeito com o mundo externo” (1999, p.75).

Os esquemas de ação descritos pela teoria piagetiana também são considerados por Araújo, U. como reguladores que pertencem à dimensão cognitiva.

“Um determinado esquema de ação, como o de sucção, possui uma interdependência com os demais sistemas. Por exemplo, seu funcionamento no momento de a criança mamar tem uma íntima relação com o sistema afetivo, no tipo de atribuição valorativa que a criança dá ao seio. Seu funcionamento também permite a alimentação, essencial ao bom desenvolvimento orgânico do sujeito. Sua generalização adequada permitirá à criança uma melhor adaptação ao mundo sociocultural em que está inserida e a construção de experiências como a de descobrir que alimentos podem ser sugados ou não. Ao mesmo tempo, esse funcionamento dos esquemas de ação ocorre sobre o mundo externo, permitindo à criança conhecer algumas de suas características físicas, interpessoais e socioculturais” (1999, p.75).

Os reguladores do funcionamento psíquico são apenas exemplos de elementos que integram uma das dimensões constituintes do sujeito psicológico, e existem em relação de interdependência com todas as demais dimensões.

Acreditamos que as idéias de complexidade de Morin, juntamente com os estudos desenvolvidos por Araújo, U., Damásio, Sastre e Moreno Marimon apontam novos elementos capazes de realmente ampliar o entendimento sobre o funcionamento psíquico, ao integrar os aspectos constituintes da natureza psicológica do ser humano, reconhecendo e

legitimando a dialeticidade entre as partes e o todo, e a complexidade deste funcionamento, e isso pode trazer novas perspectivas para o estudo sobre os juízos e as ações morais.

OS MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO

Gostaríamos, por fim, de introduzir uma outra teoria, que nos parece coerente e complementar às idéias apresentadas até o momento, e que pode enriquecer nosso estudo.

Elaborada por Moreno Marimón, Sastre, Leal e Bovet (2000), a teoria dos “Modelos Organizadores do Pensamento” tem origem nos pressupostos da teoria de Jean Piaget, buscando integrar em um mesmo modelo teórico elementos da epistemologia genética e das ciências cognitivas, procurando, com isso, explicar o raciocínio humano através dos aspectos estruturais internos ao sujeito e os aspectos externos a ele, que consistem nos conteúdos presentes na realidade.

Piaget, de acordo com as autoras, deteve-se, em seus estudos, na investigação dos aspectos estruturais da ação intelectual, observando regularidades e descobrindo constantes no funcionamento cognitivo. Entretanto, o estudo sobre o papel dos conteúdos nesses processos foi relegado a um plano secundário dentro da perspectiva piagetiana.

A teoria dos “Modelos Organizadores do Pensamento” atribui fundamental importância à natureza dos conteúdos, admitindo ser somente a construção das estruturas mentais insuficiente para explicar a complexidade do pensamento humano.

Os “Modelos Organizadores do Pensamento” são definidos como:

“El conjunto de representaciones que un sujeto realiza a partir de una situación determinada, constituido por los datos de la misma que abstrae como significativo de entre todos los posibles, aquellos que imagina o infiere como necesarios, los significados y las implicaciones que les atribuye y las relaciones que establece entre todos ellos. Los modelos organizadores constituyen aquello que es tenido por cada sujeto como ‘la realidad’ a partir de la cual elabora pautas de conducta, explicaciones, o incluso teorías” (Sastre, Moreno, Fernandez, 1994, p.19).

Sendo assim, a teoria dos “Modelos Organizadores do Pensamento” refere-se ao resultado de diversas atividades cognitivas, que consistem em uma maneira particular de organização dos dados abstraídos a partir de uma determinada realidade, aos quais o sujeito atribui significado e extrai implicações.

“Tais dados procedem das percepções, das ações (tanto físicas como mentais) e do conhecimento em geral que o sujeito possui sobre uma certa situação, assim como das inferências que a partir de tudo isso realiza. O conjunto resultante é organizado por um sistema de relações que lhe confere uma coerência interna, a qual produz, no sujeito que o elaborou, a idéia de que mantém também uma coerência externa, ou seja, uma coerência com a situação do mundo real que representa” (Moreno, 2000, p.78).

Tal fato, porém, não significa que tudo o que está nos “Modelos Organizadores do Pensamento” esteja na realidade, como também nem tudo o que está na realidade esteja nos “Modelos Organizadores do Pensamento”.

Nem todos os elementos de uma determinada situação ou fenômeno são retidos pelo sujeito que os observa, mas somente aqueles que, por motivos variados, são mais significativos para o referido sujeito.

“Nem todos e cada um dos fatos observáveis que acontecem ao seu redor dão lugar à constituição de um modelo, (...) mas somente aqueles que resultam de interesse para o sujeito. O restante passa-lhe despercebido (...). Está claro que existe uma seleção das situações registradas que implica a exclusão de outras, mas nem todas as pessoas fazem isso da mesma forma, já que os dados que são considerados importantes ou significativos nem sempre são os mesmos para todos os sujeitos” (Moreno, 2000, p.81).

Um mesmo fato pode ter várias interpretações, havendo possibilidade de mudança de um sujeito para outro, o que implica, conseqüentemente, a diversidade de modelos.

Assim sendo, tanto os dados selecionados de uma determinada situação, como o significado atribuído a eles, podem variar de um indivíduo para outro, ou ainda num mesmo indivíduo em momentos diferentes.

De acordo com a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento:

“Distinguir uma propriedade ou abstrair um dado de um objeto ou de uma situação é diferenciá-lo do conjunto das demais propriedades ou dados presentes e essa diferenciação traz implícita uma atribuição de significado em virtude da qual se diferencia do conjunto. A atribuição de significados é, pois, um ato inerente à toda abstração de dados (como o é a toda percepção) e determina a função ou papel que se atribui a um dado dentro do modelo.” (Moreno, 2000, p.91)

Já as implicações surgem do significado outorgado ao dado abstraído, consistindo nas conseqüências concretas em uma determinada situação.

“ A atribuição de significado, condição imprescindível para que um dado seja considerado pertinente em um modelo organizador, sofre uma série de conseqüências ou implicações que se originam do significado que lhe é outorgado (...) Um mesmo dado abstraído dos mesmos fatos observáveis pode ter diferentes significados que desencadeiam séries muito variadas de implicações” (Moreno, 2000, p.92).

A teoria dos “Modelos Organizadores do Pensamento” refere-se, então, ao funcionamento mental, buscando explicar a diversidade do raciocínio humano, através da coordenação dos aspectos internos e externos do sujeito psicológico. Esta teoria considera, ainda, a importância que os aspectos estruturais da cognição e os conteúdos presentes na realidade desempenham na organização do pensamento. Enfatiza, também, que a abstração de dados e a atribuição de significados e implicações decorrem da percepção e interpretação do sujeito envolvido. A realidade é, pois, uma reconstrução que se dá através da interpretação do sujeito, com toda sua subjetividade.

Os “Modelos Organizadores do Pensamento” possibilitam a inclusão de elementos como a imaginação e a fantasia, na explicação sobre o funcionamento mental. Como nem todos os dados presentes na realidade aparecem nos modelos e nem todos os dados que aparecem nos modelos estão presentes na realidade, isso nos abre caminho para a compreensão de outros aspectos de natureza não lógica, como sentimentos, desejos e valores, que atuam na organização mental.

Como se disse anteriormente, o modelo que busca explicar o funcionamento psicológico elaborado por Araújo, U. inclui, além dos aspectos cognitivo e afetivo, os aspectos biológico e sociocultural, como dimensões

constitutivas do psiquismo humano, que afetam a organização e a interpretação pelo sujeito, de suas relações com o mundo. É através da coordenação dessas dimensões (biológica, afetiva, cognitiva e sociocultural), que um sujeito abstrai determinados dados da realidade, atribuindo-lhes significado e extraindo implicações. Qualquer alteração que ocorra em uma das referidas dimensões pode fazer com que o mesmo sujeito abstraia outros dados de uma mesma realidade, ou atribua significados diferentes aos dados abstraídos anteriormente, ou ainda estabeleça outras implicações. Aí estão presentes a complexidade e o princípio da incerteza. Ainda que a teoria dos “Modelos Organizadores do Pensamento” defenda a universalidade do funcionamento psíquico através da abstração de dados, atribuição de significados e extração de implicações, o resultado desse funcionamento é imprevisível, dependendo do contexto e do conteúdo envolvido.

Assim, seus pressupostos apoiam-se nos novos paradigmas, que se fundamentam na complexidade dos sistemas do mundo que nos cerca, sendo que a multiplicidade e a integração de diversos pontos de vista é que a tornam possível.

Desta forma, acreditamos que os referenciais teóricos apresentados estão intimamente relacionados, trazendo visões que se complementam e nos auxiliam na composição de um quadro complexo que pode ampliar o entendimento sobre o juízo e a ação moral, fornecendo sustentação teórica para o que pretendemos investigar.

CAPÍTULO II - O PLANO DA INVESTIGAÇÃO

1- PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

O presente trabalho tenciona investigar, como já se mencionou anteriormente, o juízo e a ação das pessoas, buscando ampliar o entendimento sobre a complexidade do funcionamento psíquico, já que, em nossa opinião, aspectos isolados, como a cognição ou a afetividade, são insuficientes para explicar este funcionamento e suas implicações nas atitudes do ser humano.

Temos consciência das limitações metodológicas encontradas na realização de pesquisas no campo da moralidade, compreendendo a dificuldade de se estudar diretamente a ação moral, uma vez não ser possível produzir uma situação na qual se possa comparar o juízo emitido pelo sujeito à sua ação, isto é, se o que o sujeito pensa sobre moral tem relação direta com o que faz concretamente.

Assim, este estudo se dará por meio de investigações indiretas que buscam um entendimento próximo, o quanto possível, da realidade, analisando o funcionamento psicológico demonstrado nos juízos morais e nas representações que os sujeitos têm de suas ações.

Pretendemos identificar e analisar os julgamentos e as representações das ações, através dos "modelos organizadores" aplicados pelos sujeitos na resolução de um conflito moral, e também comparar os juízos emitidos pelos referidos sujeitos em diferentes contextos. Para isso, a mesma situação-problema será apresentada de maneiras diferentes, envolvendo um contexto impessoal e um contexto pessoal, para que os sujeitos possam analisá-la sob perspectivas distintas.

Desta forma, nossa investigação pretende analisar:

- 1. A complexidade presente nos julgamentos, na atribuição de sentimentos e na representação das ações dos sujeitos, através**

dos modelos organizadores por eles aplicados, na resolução de um conflito moral em diferentes contextos.

- 2. As relações entre o juízo e a representação da ação moral.**
- 3. Os julgamentos, a atribuição de sentimentos e as representações que as pessoas têm de suas ações se modificam ou se mantêm com a mudança de contexto.**

2 – AMOSTRA

Nossa investigação se realizou com 33 sujeitos de aproximadamente dezesseis anos, alunos do 2º ano do Ensino Médio de uma escola pública, na cidade de Campinas.

Desses 33 sujeitos, nem todos responderam por completo às questões, tendo sido voluntária a participação. Assim, nossa amostra final se compôs de 20 sujeitos que apresentaram respostas mais completas, sendo 15 do sexo feminino e 5 do sexo masculino.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os sujeitos da amostra tiveram que se posicionar em relação a uma situação envolvendo o tema “drogas”, por tratar-se de um tema de grande relevância social, bastante presente, direta ou indiretamente, na vida dos jovens.

A partir desta temática, cada sujeito respondeu por escrito, anonimamente, a um questionário contendo oito questões, que foram apresentadas uma a uma. Quatro das oito perguntas correspondiam ao que

nomeamos “Contexto Impessoal” e quatro ao que denominamos “Contexto Pessoal”. 50% da amostra iniciaram o questionário respondendo primeiramente às perguntas envolvendo o Contexto Impessoal e 50% começaram respondendo às questões referentes ao Contexto Pessoal. Fizemos esta opção com o objetivo de neutralizar uma possível interferência, do contexto pelo qual os sujeitos iniciaram o questionário, nos resultados.

Outro detalhe importante na metodologia utilizada é que por terem as perguntas seguido uma organização do conteúdo a ser analisado, evitou-se que os sujeitos tivessem acesso às questões posteriores enquanto respondiam à questão anterior. Para isso, a investigadora entregou uma questão por vez para cada aluno ou aluna, contendo um número de identificação do sujeito. Desta maneira, os sujeitos somente receberam a segunda pergunta, após terem entregado a primeira, respondida; a terceira, depois de devolverem a segunda respondida e, assim, sucessivamente. Durante toda a aplicação do questionário, a pesquisadora esteve presente na sala, a fim de garantir que as respostas fossem individuais. Ao final do questionário, o conjunto das oito questões respondidas, por um aluno ou aluna, pôde ser reunido através do número de identificação do sujeito e submetido aos procedimentos de análise.

As perguntas foram formuladas segundo o sexo de quem a respondeu o que, embora não fosse nosso objetivo neste trabalho, nos permitiu controlar a variável gênero. Assim, para atender às nossas intenções, as perguntas obedeceram a duas seqüências diferentes, considerando os dois contextos, apresentando cada uma das seqüências duas versões: uma elaborada para os sujeitos do sexo masculino e outra para os do sexo feminino.

Portanto, como veremos, a seguir, são quatro versões diferentes:

Questões apresentadas aos sujeitos do sexo masculino que iniciaram o questionário pelo Contexto Impessoal:

Sujeito número _____

1- Um aluno entra no banheiro da escola e vê um outro aluno fumando maconha. O que você acha disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

2- O que você acha que o sujeito que viu um aluno fumando maconha no banheiro da escola **sentiu** ao ver isto? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

3- O que você acha que o sujeito que viu um aluno fumando maconha no banheiro da escola **deveria fazer**? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

4- Em seguida, entra um professor no banheiro da escola e também vê o aluno fumando maconha. O que você acha que o professor deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

5- Você entra no banheiro da escola e vê seu melhor amigo fumando maconha. O que você ia achar disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

6- O que você **sentiria** ao ver seu melhor amigo fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

7- O que você **faria** ao ver seu melhor amigo fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

8- Em seguida, entra um professor no banheiro da escola e também vê seu melhor amigo fumando maconha. O que você acha que o professor deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Questões apresentadas aos sujeitos do sexo feminino que iniciaram o questionário pelo Contexto Impessoal:

Sujeito número _____

1- Uma aluna entra no banheiro da escola e vê uma outra aluna fumando maconha. O que você acha disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

2- O que você acha que a aluna que viu a outra aluna fumando maconha no banheiro da escola **sentiu** ao ver isto? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

3- O que você acha que a aluna que viu a outra aluna fumando maconha no banheiro da escola **deveria fazer**? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

4- Em seguida, entra uma professora no banheiro da escola e também vê a aluna fumando maconha. O que você acha que a professora deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

5- Você entra no banheiro da escola e vê sua melhor amiga fumando maconha. O que você ia achar disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

6- O que você **sentiria** ao ver sua melhor amiga fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

7- O que você **faria** ao ver sua melhor amiga fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

8- Em seguida, entra uma professora no banheiro da escola e também vê sua melhor amiga fumando maconha. O que você acha que a professora deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Questões apresentadas aos sujeitos do sexo masculino que iniciaram o questionário pelo Contexto Pessoal:

Sujeito número _____

1- Você entra no banheiro da escola e vê seu melhor amigo fumando maconha. O que você ia achar disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

2-O que você **sentiria** ao ver seu melhor amigo fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

3- O que você **faria** ao ver seu melhor amigo fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

4-Em seguida, entra um professor no banheiro da escola e também vê seu melhor amigo fumando maconha. O que você acha que o professor deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

5-Um aluno entra no banheiro da escola e vê um outro aluno fumando maconha. O que você acha disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

6-O que você acha que o sujeito que viu um aluno fumando maconha no banheiro da escola **sentiu** ao ver isto? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

7-O que você acha que o sujeito que viu um aluno fumando maconha no banheiro da escola **deveria fazer**? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

8- Em seguida, entra um professor no banheiro da escola e também vê o aluno fumando maconha. O que você acha que o professor deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Questões apresentadas aos sujeitos do sexo feminino que iniciaram o questionário pelo Contexto Pessoal:

Sujeito número _____

1-Você entra no banheiro da escola e vê sua melhor amiga fumando maconha. O que você ia achar disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

2-O que você **sentiria** ao ver sua melhor amiga fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

3-O que você **faria** ao ver sua melhor amiga fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

4- Em seguida, entra uma professora no banheiro da escola e também vê sua melhor amiga fumando maconha. O que você acha que a professora deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

5- Uma aluna entra no banheiro da escola e vê uma outra aluna fumando maconha. O que você acha disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

6-O que você acha que a aluna que viu a outra aluna fumando maconha no banheiro da escola **sentiu** ao ver isto? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

7-O que você acha que a aluna que viu a outra aluna fumando maconha no banheiro da escola **deveria fazer**? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

Sujeito número _____

8-Em seguida, entra uma professora no banheiro da escola e também vê a aluna fumando maconha. O que você acha que a professora deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

As questões foram numeradas de 1 a 8 para facilitar a organização e aplicação das mesmas. As quatro primeiras correspondem a um contexto e as quatro seguintes a outro. Desta forma, as perguntas 1 e 5 solicitam um julgamento em diferentes contextos (O que você acha disso?). As questões 2 e 6 indagam sobre atribuição de sentimentos nos dois contextos; a 3 e a 7 perguntam sobre a representação da ação e a 4 e 8 questionam sobre o papel social de uma autoridade, todas elas envolvendo o Contexto Impessoal e o Contexto Pessoal.

Na apresentação da análise das questões não utilizaremos a numeração de 1 a 8. Referir-nos-emos a elas da seguinte forma:

- 1ª questão do Contexto Impessoal
- 2ª questão do Contexto Impessoal
- 3ª questão do Contexto Impessoal
- 4ª questão do Contexto Impessoal
- 1ª questão do Contexto Pessoal
- 2ª questão do Contexto Pessoal
- 3ª questão do Contexto Pessoal
- 4ª questão do Contexto Pessoal

Explicando melhor, adotaremos a mesma numeração para as perguntas que indagam sobre o mesmo conteúdo, localizando apenas o contexto ao qual pertencem.

4- TRATAMENTO DOS DADOS

A narrativa elaborada para tentar responder aos objetivos desta investigação, como já mencionamos, acontece dentro de um contexto que nomeamos Impessoal, que corresponde, na visão de Benhabib, ao “outro generalizado”, em que se abstrai a individualidade e a identidade concreta

das pessoas. Também envolve um contexto, por nós designado Pessoal, que se associa à idéia do “outro concreto”, a partir da qual os seres humanos são considerados como indivíduos portadores de uma identidade, uma história e uma constituição afetiva e emocional específicas.

Pretendemos comparar a maneira de os sujeitos organizarem o pensamento, com base na teoria dos “Modelos Organizadores do Pensamento”, observando quais dados abstraem, os significados que atribuem e as implicações que estabelecem na resolução de um conflito moral. Acreditamos que a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, com seus pressupostos teóricos e metodológicos, corresponde a um de nossos objetivos, permitindo demonstrar a complexidade e a diversidade presentes na organização do pensamento humano.

Gostaríamos de esclarecer, neste momento, que das oito perguntas propostas, apenas seis foram escolhidas para serem analisadas. A última pergunta dos dois contextos, que envolve o papel social de uma autoridade no conflito apresentado, através da figura do professor, foi por nós descartada, por não ser este nosso objetivo no presente trabalho. Assim, utilizaremos seis questões, três do Contexto Impessoal e três do Contexto Pessoal, para demonstrar a complexidade presente nos julgamentos, na atribuição de sentimentos e na representação das ações dos sujeitos, através dos modelos organizadores por eles aplicados, na resolução de um conflito moral.

Buscamos analisar, também, as possíveis relações entre o juízo e a representação da ação. Para isso, procederemos à comparação entre as questões 1 e 3 nos dois Contextos, Impessoal e Pessoal. Nossa escolha se deve ao fato de que a questão 1 indaga sobre um julgamento a respeito de uma determinada situação e a questão 3, pergunta sobre a ação do sujeito na mesma situação. Acreditamos, portanto, que as referidas questões podem fornecer dados importantes para o que pretendemos analisar.

Tencionamos ainda, verificar se os julgamentos, a atribuição de sentimentos e a representação das ações se modificam ou se mantêm com a mudança de contexto. Ou seja, se há possibilidade de mudança nos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na resolução de um conflito de natureza moral, dependendo do seu envolvimento na situação em questão, ou da sua ligação com as pessoas envolvidas.

A perspectiva do “outro generalizado”, de Benhabib, coincide, como já se mencionou no capítulo anterior, com a ética da justiça, de Gilligan, assim como a perspectiva do “outro concreto” corresponde à ética do cuidado e da responsabilidade.

A esse respeito, Sastre e Moreno Marimon (2000) esclarecem que:

“Si se presenta un dilema moral que enfatiza los aspectos relacionados con la ética de la justicia, prevalecerá este punto de vista sobre cualquier otro y lo contrario ocurrirá si se enfatizan los aspectos relacionados con la ética del cuidado y de la responsabilidad.” (p.129)

Assim, as autoras alertam sobre a importância de se encontrar uma situação experimental mais complexa, que não limite o posicionamento dos sujeitos a um só tipo de orientação, mas que permita que se manifestem sob os dois pontos de vista mencionados. Acreditamos que a situação proposta na presente investigação é compatível com tais idéias, uma vez que o conflito apresentado, em diferentes contextos, pode solicitar juízos relacionados à justiça e ao cuidado.

Sabemos que as técnicas de pesquisa não são neutras, cabendo, neste momento, uma pequena ressalva em relação a alguns dos referenciais teóricos adotados, para que não pareçamos incoerentes com a nossa proposta de investigação.

Apesar de termos enfatizado os aspectos multidimensionais constituintes da natureza psicológica do ser humano, defendendo que o funcionamento

psíquico é resultante da coordenação contínua e dialética das dimensões biológica, afetiva, cognitiva e sociocultural, esclarecemos que a situação experimental por nós escolhida e elaborada, evidencia mais as relações entre os aspectos afetivo e cognitivo. Não estamos negando absolutamente a inter-relação dos aspectos biológico e sociocultural, juntamente com o afetivo e cognitivo; estamos apenas assumindo que os recursos metodológicos adotados não contemplam o controle das variáveis que permitem demonstrar como os aspectos biológico e sociocultural também podem afetar o julgamento e a representação da ação das pessoas, assim como o inconsciente, que é uma outra dimensão inerente ao sujeito psicológico e interfere igualmente no funcionamento psíquico. Mas este seria um desafio muito interessante e tema para uma outra pesquisa.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO DOS MODELOS ORGANIZADORES E RESULTADOS

Apresentaremos, a seguir, os resultados obtidos nesta investigação, descrevendo, primeiramente, os “Modelos Organizadores” aplicados pelos sujeitos ao responderem a cada uma das três questões referentes ao Contexto Impessoal. Posteriormente, serão descritos os “Modelos Organizadores” aplicados pelos sujeitos nas três perguntas que envolvem o Contexto Pessoal.

Em cada uma das seis questões, serão apresentadas tabelas sintetizando o número de sujeitos que empregaram cada modelo organizador e gráficos contendo os mesmos resultados em porcentagem, seguidos de uma primeira análise dos dados obtidos.

Dando prosseguimento à análise, aprofundaremos alguns aspectos que nos interessam, tentando responder às questões que nos propusemos nesta investigação. A análise dos referidos aspectos será dividida em três itens. Desta forma, o Capítulo III apresentará a seguinte organização:

1. Descrição dos Modelos Organizadores
2. Análise sobre a Teoria da Complexidade e os Modelos Organizadores
3. Análise sobre as relações entre o juízo e a representação da ação
4. Análise comparativa entre os Contextos Impessoal e Pessoal

1- DESCRIÇÃO DOS MODELOS ORGANIZADORES:

Ao analisar os protocolos dos alunos e alunas que participaram deste estudo, observamos diferentes “modelos organizadores” aplicados por eles, ao responderem a cada uma das seis perguntas propostas e detectamos também, alguns sub-modelos, dentro dos referidos modelos. Para exemplificá-los, apresentaremos cada um deles, assim como a transcrição de algumas respostas extraídas dos protocolos.

1.1 MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 1 DO CONTEXTO IMPESSOAL:

P.1 – Um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha. O que você acha disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta).

Esta é uma pergunta aberta e teve o objetivo de obter, de cada sujeito, os dados abstraídos diante da situação apresentada, os significados atribuídos aos mesmos, e as implicações estabelecidas entre eles.

Encontramos, nas respostas, quatro modelos organizadores diferentes, que descreveremos, a seguir.

A) Modelo 1:

Os sujeitos que aplicaram este modelo organizaram suas explicações em torno de um argumento que revela certa neutralidade/ indiferença em relação ao comportamento do(a) fumante, ressaltando que o uso de drogas é uma opção pessoal. Se bem que esses dois dados (comportamento do(a) fumante e opção pessoal) tenham sido abstraídos por todos os sujeitos que aplicaram este modelo, encontramos algumas diferenças nos significados atribuídos aos mesmos, o que deu origem a dois sub-modelos:

Sub-modelo 1a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Opção pessoal.
Opção do(a) fumante	• É de responsabilidade do(a) usuário(a).
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O uso de drogas é opção e responsabilidade de cada um.	

Como podemos observar no quadro acima, os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 1a, atribuem ao comportamento do(a) fumante o significado de opção pessoal. Abstraem um outro dado que é a opção do(a) fumante,

ao qual atribuem o significado de ser responsabilidade do(a) usuário(a). Ao estabelecerem relações entre dados e significados, os sujeitos afirmam que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha não deve fazer nada, pois o uso de drogas é opção e responsabilidade de cada um.

Para exemplificar, transcrevemos duas respostas próprias deste sub-modelo:

- *“Não acho nada, fico na minha. Não sou contra nem a favor, acho que cada um sabe o que é certo e errado, o que faz mal ou não. Isso vai da consciência de cada um.”* (S23M)

- *“Esta aluna que entrou no banheiro não deve fazer nada e imediatamente sair do banheiro, eu acho que drogas é opção de cada um.”* (S15F)

Embora os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 1b tenham abstraído os mesmos dados do sub-modelo 1a, encontramos um aspecto que o diferencia do mesmo.

Podemos notar que, neste sub-modelo, os sujeitos atribuem uma valoração negativa em relação ao comportamento do(a) fumante, o que não aparece no sub-modelo anterior.

Sub-modelo 1b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Negativo; opção pessoal.
Opção do(a) fumante	• É de responsabilidade do(a) usuário(a).
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: Apesar de ser uma conduta negativa, a opção do(a) usuário(a) é de responsabilidade dele(a).	

Desta maneira, temos como dados abstraídos neste sub-modelo, o comportamento do(a) fumante que, além de significar uma opção pessoal, é considerado negativo pelos sujeitos e, igualmente ao sub-modelo anterior, temos o dado opção do(a) fumante, ao qual atribuem o significado de responsabilidade do(a) usuário(a). Portanto, ao estabelecerem relações entre dados e significados, os sujeitos alegam que, apesar de ser uma conduta negativa, a opção do(a) usuário(a) é de responsabilidade dele(a).

Seguem duas respostas que representam este sub-modelo:

-"Acho horrível, mas ela está se matando e não eu." (S13F)

-"Na minha opinião se eu ver outra pessoa fumando maconha, eu acho que eu não faria nada porque cada pessoa sabe o que faz da vida. Eu sou totalmente contra fumar maconha, mas hoje em dia isto é mais que normal." (S34F)

B) Modelo 2:

Diferentemente do modelo 1, o modelo 2 não contém sub-modelos. Nele, os sujeitos abstraem um dado que não aparece no modelo 1 e atribuem outro significado ao comportamento do(a) aluno(a) fumante, considerando-o inadequado por causar influência a outras pessoas.

Modelo 2

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Inadequado; causa influência.
Demais pessoas e alunos	• Passíveis de influência.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) fumante é inadequado, porque influencia/prejudica as demais pessoas.	

Além do comportamento do(a) fumante, o novo dado que aparece é: demais pessoas e alunos. Os sujeitos atribuem a este dado o significado de serem passíveis de influência.

Nas relações que estabelecem entre dados e significados, consideram, portanto, que o comportamento do(a) fumante é inadequado porque pode influenciar outras pessoas, levando-as ao consumo de drogas.

Vejamos um exemplo que ilustra este modelo:

-"Ruim, porque isso é uma influência para as pessoas começarem a usar também." (S10F)

C) Modelo 3:

Neste modelo, como nos anteriores, os sujeitos também abstraem o dado comportamento do(a) fumante, embora atribuam outro significado, considerando-o destrutivo e problemático. Manifestam preocupação com a saúde do(a) fumante, que pode ser prejudicada pelo seu comportamento. Alguns sujeitos que aplicaram este modelo mencionam que a saúde de outras pessoas também pode sofrer prejuízo.

Modelo 3

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do (a) fumante	● Problemático; destrutivo.
Saúde do fumante e de outras pessoas*	● Pode ser prejudicada.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados:	
O comportamento do (a) fumante prejudica a saúde dele e de outras pessoas.	

*Nem todos os sujeitos que aplicaram este modelo, referem-se à saúde de outras pessoas.

Assim, abstraem como dado relevante o comportamento do(a) fumante, atribuindo ao mesmo o significado de problemático e destrutivo. Abstraem também um novo dado, não contemplado nos modelos anteriores,

que é a saúde do(a) fumante e de outras pessoas, ao qual atribuem o significado de que pode ser prejudicada. Estabelecem como implicações, que o comportamento do(a) fumante prejudica a saúde dele(a) e de outras pessoas, tendo somente alguns sujeitos feito referência a esta última. O que configura a mudança do modelo 2 para o 3 é a preocupação com o(a) fumante, fato que não aparece nos modelos anteriores.

Transcrevemos dois exemplos que representam este modelo:

-“Eu acharia que a garota está desrespeitando a saúde dela e principalmente a das outras pessoas que entrarem no banheiro.” (S14F)

-“Eu acho que ele está estragando sua vida, e muitas vezes estraga a vida dos outros pela fumaça e incentivo.” (S21M)

D) Modelo 4:

O que caracteriza o modelo 4 é a atitude de ajuda manifestada pelos sujeitos. Eles abstraem um dado relevante, não contemplado nos modelos anteriores, que é o papel de quem viu, dos pais e da direção da escola. Todos têm o papel de ajudar o(a) aluno(a). Como no modelo 3, consideram o comportamento do(a) fumante destrutivo, mas diferentemente do referido modelo, ressaltam que tal comportamento é passível de ajuda.

Modelo 4

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Negativo, destrutivo, passível de ajuda.
Papel de quem viu	• Ajudar ou solicitar ajuda (dos pais ou direção).
Papel dos pais e direção*	• Ajudar o(a) fumante (conversar, aconselhar, promover palestras).
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados:	
O comportamento do(a) fumante é destrutivo, sendo passível de ajuda. Assim, o sujeito deve ajudá-lo(a) e/ou solicitar a ajuda dos pais e direção.	

* Somente um dos sujeitos faz referência à direção.

Os sujeitos que aplicaram o modelo 4 abstraem maior número de dados do que os apresentados nos modelos anteriores, considerando como relevantes: o comportamento do(a) fumante, o papel de quem viu e o papel dos pais e direção, ainda que somente um dos sujeitos tenha feito referência à esta última. Significam o comportamento do(a) fumante como negativo, destrutivo e que solicita ajuda e atribuem ao papel de quem viu o significado de ajudar e/ou solicitar ajuda dos pais e direção. Em relação ao dado “papel dos pais e direção”, atribuem o significado de ajudar o(a) fumante, conversando, aconselhando e promovendo palestras.

Estabelecem como implicações que o comportamento do(a) fumante é destrutivo e solicita ajuda. Assim, o sujeito que viu deve ajudá-lo(a) e/ou solicitar ajuda dos pais e direção.

Portanto, o que diferencia o modelo 3 do 4 é que, embora nos dois modelos os sujeitos demonstrem preocupação com o(a) fumante, apenas neste último aparece uma ação concreta de ajuda.

Seguem duas respostas que caracterizam este modelo:

–“Primeiramente acho errado. Depois este aluno, se conhecesse a família desse aluno, deveria relatar aos pais o que está acontecendo, para que eles tomem providências, com muita cautela. O aluno que encontrou o outro fumando maconha, não de imediato, deveria conversar com ele e tentar explicar que a droga apenas o destrói, e sempre procurar dar bons conselhos, envolvê-lo em atividades diversas para que ele não tente fumar maconha.” (S24M)

–“Acho um absurdo. Todos nós sabemos como a droga faz um estrago na nossa vida. Portanto se eu vejo uma menina no banheiro utilizando drogas, saio do banheiro, falo com a diretora para que ela tome providências não só com a menina, mas que ela possa orientar a escola inteira (dando palestra, explicando sobre o assunto). E alertando o perigo. E é claro que os pais desta aluna deveriam ser chamados para saber como sua filha anda se comportando.” (S32F)

1.1.1 Apresentação dos resultados da questão 1 do Contexto Impessoal:

Faremos, a seguir, um breve comentário sobre a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos de nossa amostra, ao responderem sobre o que acham da situação apresentada, na qual um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha.

A distribuição dos modelos organizadores será apresentada, primeiramente, em números absolutos e, depois, em um gráfico ilustrativo dos resultados em porcentagem.

1.1.1.a Os Modelos Organizadores aplicados:

Tabela 1: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 1 do Contexto Impessoal:

	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	TOTAL
	Σ	1a	1b	Σ	Σ	Σ	
Distribuição dos Modelos	07	04	03	02	05	03	17*

*Obs.: Dos 20 sujeitos que totalizam a amostra, três não emitiram respostas que fornecessem dados suficientes para que pudéssemos analisar e obter um modelo de organização do pensamento. Desta forma, esses três sujeitos foram excluídos da análise da questão 1 do Contexto Impessoal.

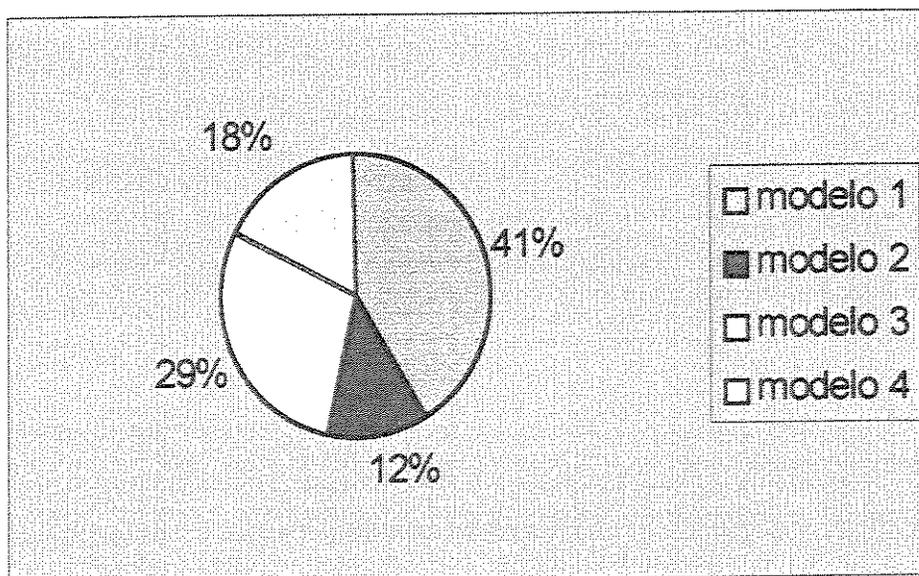
Observando este quadro com a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos 17 sujeitos que responderam à primeira questão do Contexto Impessoal, encontramos o seguinte:

- sete sujeitos (41% do total da amostra) aplicaram o modelo 1, organizando suas explicações em torno do raciocínio que alega ser, o uso de drogas, uma opção pessoal. Dentre esses sujeitos, quatro (57%)

aplicaram o sub-modelo 1a e três (43%) o sub-modelo 1b, que se diferencia do anterior por apresentar uma valoração negativa em relação ao comportamento do(a) fumante.

- O modelo 2 foi aplicado por apenas dois sujeitos (12% de toda a amostra). O raciocínio presente neste modelo está centrado no fato de o comportamento do(a) fumante influenciar outras pessoas e alunos, podendo levá-los ao consumo de drogas.
- cinco sujeitos (29% do total da amostra) aplicaram o modelo 3, no qual aparece a preocupação com a saúde do(a) fumante e também com a de outras pessoas.
- No modelo 4, que se caracteriza pela presença de uma ação de ajuda, encontramos três sujeitos (18% do total da amostra).

Gráfico 1: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 1 do Contexto Impessoal:



Numa análise inicial dos quatro modelos organizadores aplicados em resposta à questão 1 do Contexto Impessoal, percebemos que, nos

modelos 1, 2 e 3, os sujeitos emitem julgamentos em relação ao comportamento do(a) fumante, sendo que apenas no quarto modelo os sujeitos respondem ao conflito com uma ação. Assim, temos 14 sujeitos (82% do total da amostra) que falam sobre o comportamento do(a) fumante, contra três (18% de toda a amostra) que falam de ação.

Também notamos que nos modelos 1 e 2, os sujeitos não demonstram preocupação com o(a) fumante, contrariamente aos modelos 3 e 4, nos quais podemos depreender a preocupação com o(a) mesmo(a). Desta forma, se agruparmos o modelo 1 e 2, obtemos nove sujeitos (53% do total da amostra) que não demonstram preocupação com o(a) fumante, contra oito sujeitos (47% de toda a amostra) que aplicaram os modelos 3 e 4 e que se preocupam com o(a) fumante.

Analisando os modelos organizadores empregados, sob a perspectiva da ausência ou manifestação de preocupação com o(a) fumante, os dados se apresentam de maneira mais equilibrada, apesar de a porcentagem de sujeitos que não demonstram preocupação ser um pouco superior à porcentagem dos que se preocupam.

Todavia, se analisarmos os mesmos modelos organizadores sob o ponto de vista da ação, temos 18% dos sujeitos investigados que manifestam intenção de se envolver em uma atitude de ajuda, contra 82% que só emitem juízo a respeito do comportamento do(a) fumante. Aprofundaremos, mais adiante, a discussão desses dados.

1.2 MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 2 DO CONTEXTO IMPESSOAL:

P.2 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola sentiu ao ver isto? (Explique ao máximo possível a sua resposta).

O objetivo desta pergunta foi o de identificar os modelos organizadores subjacentes à atribuição de sentimentos vividos pelo sujeito, protagonista do conflito, ao ver um(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola.

Verificamos quatro modelos organizadores diferentes, aplicados pelos sujeitos da amostra, na resolução desta questão:

A) Modelo 1:

O modelo organizador empregado pelos sujeitos está centrado nos sentimentos que o comportamento do(a) fumante pode causar no(a) aluno(a) que presenciou a situação. Encontramos, aqui, significados diferentes atribuídos a esse comportamento e aos sentimentos de quem viu, o que deu origem a dois sub-modelos. Mas ambos seguem o mesmo princípio, revelando certa neutralidade em relação ao comportamento do(a) fumante.

Sub-modelo 1a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • Pode causar sentimentos negativos no sujeito.
Sentimentos de quem viu	<ul style="list-style-type: none"> • Estão condicionados ao fato de o sujeito estar acostumado a fumar, ou a ver alguém fumando.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) fumante pode causar sentimentos negativos no sujeito que viu, dependendo do fato de ele estar acostumado a fumar ou a ver alguém fumando maconha.	

Na elaboração deste sub-modelo, são retidos como dados significativos o comportamento do(a) fumante e os sentimentos de quem viu. O significado atribuído ao primeiro é que este pode causar sentimentos negativos no sujeito que viu. Em relação ao segundo dado (sentimentos de quem viu), o significado atribuído condiciona os sentimentos do sujeito ao fato de ele estar ou não acostumado a fumar ou a ver alguém fumando maconha. Assim, estabelecem como implicações que o comportamento do(a) fumante pode causar sentimentos negativos no sujeito, dependendo do fato de ele estar acostumado a fumar ou a ver alguém fumando maconha

Seguem exemplos que caracterizam este sub-modelo:

-“É como eu já disse se ela está acostumada ela não sentiu nada, mas se ela não está, ela ficou mal!” (S12F)

-“Acho que ela se sentiu horrível porque nunca viu isso, agora se ela já fumou uns, a coisa muda de figura.” (S13F)

No sub-modelo 1b, os sujeitos abstraem os mesmos dados do sub-modelo anterior, embora atribuam outros significados, centrando suas explicações em torno do “desejo” que o comportamento do(a) fumante pode causar no sujeito que viu, despertando nele, a vontade de fumar também.

Sub-modelo 1b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Pode causar identificação com o comportamento do próprio sujeito.
Pensamentos e sentimentos de quem viu	• Ambivalência; pode desejar fumar.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) fumante pode despertar, no sujeito que viu, sentimentos ambivalentes e a vontade de fumar também.	

Ao dado “comportamento do(a) fumante”, atribuem o significado de poder causar identificação com o comportamento do próprio sujeito. E, em

relação ao dado “pensamentos e sentimentos de quem viu”, significam como ambivalentes e podendo desejar fumar também. Como implicações estabelecidas, temos que o comportamento do(a) fumante pode despertar, no sujeito que viu, sentimentos de ambivalência e a vontade de fumar também.

Apresentamos um exemplo que ilustra este sub-modelo:

“Com certeza ela ficou confusa. Pois pela sua cabeça deve ter passado vários pensamentos (será que é bom, posso experimentar?). Deve ser ruim, deve deixar a gente louca. São tantos pensamentos que com certeza na hora a menina que viu, ficou em uma situação de dúvida e risco. Pois, com dúvida ela poderia escolher a opção de seguir o mesmo embalo.” (S32F)

B) Modelo 2:

No modelo 2, os sujeitos da amostra atribuem ao(à) aluno(a) que presenciou a situação, sentimentos como raiva, medo e vergonha, causados pelo comportamento do(a) fumante. Podemos observar, nas relações que estabelecem entre dados e significados, que os sentimentos negativos explicitados por eles estão centrados no sujeito que viu e não no(a) fumante.

Modelo 2

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Causa sentimentos negativos no sujeito que viu.
Sentimentos de quem viu	• (Raiva, ódio, medo, constrangimento, vergonha)*
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.	

*Cada sujeito manifestou um ou alguns desses sentimentos.

Temos como dados abstraídos, neste sub-modelo, o comportamento do(a) fumante e os sentimentos de quem viu. Ao primeiro dado é atribuído

o significado de causar sentimentos negativos no sujeito e, ao segundo, atribuem o significado de raiva, ódio, medo, constrangimento e vergonha. Desta forma, as implicações estabelecidas revelam que o comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.

Vejamos exemplos que caracterizam o segundo modelo:

–“Eu acho que ela ficaria muito constrangida e tentaria sair o mais rápido possível dali, porque ela iria sentir medo e vergonha.” (S29F)

–“Sentiu raiva, ódio, porque não poderia fazer nada, teria que ficar na sua porque se não ela ia se ferrar.” (S35F)

C) Modelo 3:

O modelo 3 se organiza em torno do argumento “denúncia e punição”. Assim, nas implicações estabelecidas entre dados e significados, os sujeitos da amostra defendem que o(a) protagonista que presenciou a situação deveria tomar uma atitude punitiva, já que o comportamento do(a) fumante demanda tal ação.

Modelo 3

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Demanda punição; causa sentimentos negativos no sujeito.
Sentimentos de quem viu	• Sentiu-se assustado.
Papel de quem viu	• Punir.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito e faz com que o mesmo tome uma atitude punitiva.	

Neste modelo, os sujeitos da amostra abstraem três dados: o comportamento do(a) fumante, os sentimentos de quem viu e o papel de quem viu. O primeiro dado, os referidos sujeitos significam como um comportamento que demanda punição, além de causar sentimentos negativos

no sujeito. Atribuem ao segundo dado o significado de sentir-se assustado e, finalmente, significam o papel de quem viu como devendo adotar uma ação punitiva. Assim, temos como implicações estabelecidas que o comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, fazendo com que o mesmo tome uma atitude punitiva.

Transcrevemos uma resposta, para exemplificar este modelo:

-"Sentiu-se assustado. E deve ter pensado, porque ele está fazendo isso? A que isso pode levar? Depois não é comum ver isso em escolas onde os alunos denunciam este tipo de fato. Deve-se sempre denunciar isto, por mais que a pessoa sofra é o melhor a fazer."

(S24M)

D) Modelo 4:

Embora no quarto modelo os sujeitos da amostra tenham abstraído os mesmos dados dos modelos 1 e 2, os significados atribuídos são diferentes. Neste modelo, contrariamente aos modelos 1 e 2, os sentimentos manifestados estão centrados no(a) fumante e não no sujeito que viu.

Modelo 4

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Causa sentimentos negativos no sujeito que viu; preocupação com o (a) fumante.
Sentimentos de quem viu	• (Dó, tristeza, estranheza, preocupação, espanto, abalo, pena)*
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do (a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito e preocupação com o(a) mesmo(a).	

* Cada um dos sujeitos manifestou um ou alguns desses sentimentos.

Obs.: Dois sujeitos da amostra atribuem os próprios sentimentos ao sujeito que viu o(a) fumante.

Os dados abstraídos são: comportamento do(a) fumante e sentimentos de quem viu. Ao comportamento do(a) fumante atribuem o significado de

causar sentimentos negativos no sujeito e preocupação com o(a) fumante. Em relação ao dado “sentimentos de quem viu”, atribuem o significado de dó, tristeza, estranheza, preocupação, espanto, abalo e pena. Estabelecem como implicações que o comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito e preocupação com o(a) mesmo(a).

Vejamos alguns exemplos:

-“Muitas vezes sentiu dó, tristeza, por estar estragando sua vida.”
(S21M)

-“Se fosse eu que tivesse visto eu ficaria muito abalada, sentida, com pena da pessoa, eu jamais esqueceria desta pessoa.”
(S28F)

1.2.1 Apresentação dos resultados da questão 2 do Contexto Impessoal:

Analisaremos, neste momento, a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos, ao atribuírem sentimentos ao(à) aluno(a) que viu um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola, que corresponde à segunda pergunta do Contexto Impessoal.

Seguiremos os mesmos procedimentos utilizados na análise da pergunta anterior, apresentando a distribuição dos modelos em números absolutos e, posteriormente, em um gráfico representativo dos resultados em porcentagem.

1.2.1.a Os Modelos Organizadores aplicados:

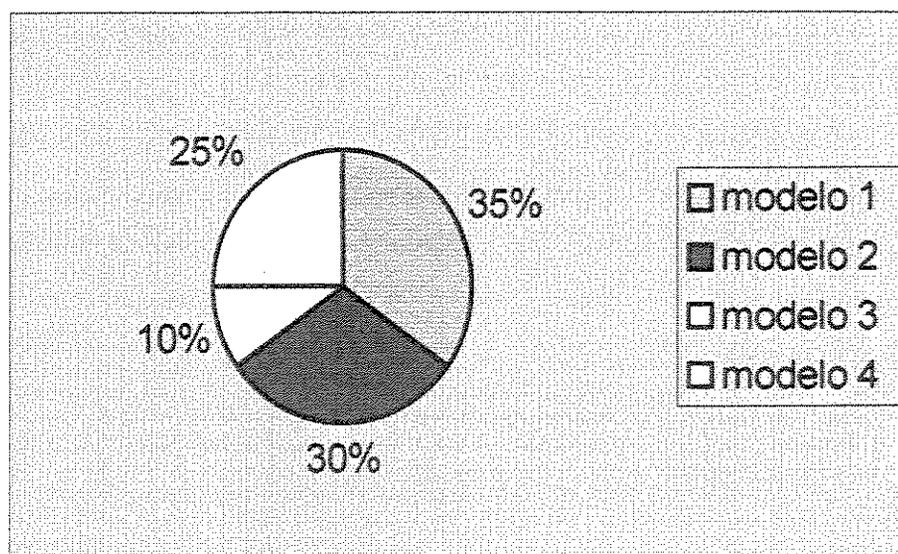
Tabela 2: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 2 do Contexto Impessoal:

	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	TOTAL
	Σ	1a	1b	Σ	Σ	Σ	
Distribuição dos Modelos	07	05	02	06	02	05	20

Analisando a distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos 20 sujeitos investigados, ao responderem à segunda questão do Contexto Impessoal, encontramos:

- Dos 20 sujeitos, sete (35% do total da amostra) aplicaram o modelo 1. Neste modelo, as explicações aparecem centradas nos sentimentos que o comportamento do(a) fumante pode causar no sujeito que presenciou a situação. Dos 7 sujeitos que aplicaram o modelo 1, cinco (71%) empregaram o sub-modelo 1a, no qual condicionam os sentimentos provocados pelo comportamento do(a) fumante, ao fato de o sujeito que viu a situação estar acostumado ou não a fumar ou a ver alguém fumando maconha. Os outros dois sujeitos (29%) argumentam sobre o desejo de fumar que tal comportamento pode despertar no sujeito que viu, o que configura o sub-modelo 1b.
- O modelo 2, aplicado por seis sujeitos (30% de toda a amostra), apresenta sentimentos negativos centrados no sujeito que viu e não no(a) fumante.
- Dois sujeitos (10% do total da amostra) empregaram o modelo 3. Este modelo se caracteriza pela denúncia e punição, no qual os sujeitos defendem que o(a) protagonista que presenciou a situação deve tomar uma atitude punitiva, denunciando o(a) fumante. Também manifestam sentimentos negativos centrados no sujeito que viu e não no(a) fumante.
- No modelo 4, cinco dos 20 sujeitos investigados (25% do total da amostra), manifestam sentimentos de preocupação com o(a) fumante, contrariamente aos modelos 1, 2 e 3, nos quais os sentimentos estão centrados no sujeito que viu.

Gráfico 2: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 2 do Contexto Impessoal:



Analisando os quatro modelos organizadores aplicados em resposta à segunda questão do Contexto Impessoal, podemos notar, como já dissemos, que nos modelos 1, 2 e 3, os sentimentos manifestados referem-se ao sujeito que viu e não ao(a) fumante. O modelo 3 inclui, ainda, uma ação punitiva em resposta a uma pergunta que indaga somente sobre sentimentos. Assim, verificamos que nos modelos 1, 2 e 3 não aparece a preocupação com o (a) fumante, o que reúne 15 sujeitos (75% do total da amostra). Somente no modelo 4, cinco sujeitos (25% de toda a amostra) explicitam sentimentos referenciados no(a) fumante, demonstrando preocupação com o(a) mesmo(a).

Interessa-nos particularmente, nesta questão, analisar os sentimentos manifestados, já que acreditamos na complexidade das interações entre cognição e emoção, que estão reciprocamente envolvidas nos processos de pensamento. Verifiquemos, então, os significados atribuídos ao dado "sentimentos de quem viu", nos quatro modelos organizadores aplicados.

No modelo 1, como já mencionamos, os sentimentos atribuídos ao protagonista do conflito em relação ao(a) fumante, estão condicionados às suas experiências pessoais com drogas ou com usuários de drogas. No

segundo modelo, os sujeitos investigados atribuem sentimentos como raiva, ódio, medo, constrangimento e vergonha, ao protagonista do conflito ao ver o(a) fumante no banheiro da escola. No modelo 3, o sentimento explicitado é de susto. Já no quarto modelo, os sentimentos atribuídos ao protagonista do conflito são os seguintes: dó, tristeza, estranheza, preocupação, espanto, abalo e pena. Comparando os modelos 2 e 4, que compreendem maior variedade de sentimentos, podemos observar algumas diferenças entre eles. Primeiramente, como já se disse antes, notamos que os sentimentos que aparecem no modelo 2 estão centrados no sujeito que viu o(a) fumante, enquanto no modelo 4 os sentimentos manifestados se referem ao(à) próprio(a) fumante. Parece-nos que no modelo 4 os sentimentos expressos implicam uma troca afetiva, na qual os sujeitos projetam sentimentos sobre o(a) fumante, os quais se vinculam ao seu sistema de valores, entendendo este último como pertencente ao sistema afetivo. Pensamos, então, poder nomear os sentimentos manifestados no quarto modelo, por 25% dos sujeitos investigados, como sentimentos morais. Contrariamente, os sentimentos do modelo 2, explicitados por 30% dos sujeitos da amostra, parecem expressar mais um estado corporal negativo, induzido por uma emoção desagradável, do que serem resultantes de uma projeção afetiva sobre o(a) fumante e, desta forma, são por nós considerados sentimentos não morais.

Talvez possamos dizer que os sujeitos que aplicaram o modelo 4 seguem um tipo de orientação baseado na ética do cuidado e da responsabilidade, atribuindo ao protagonista do conflito, sentimentos de preocupação com o(a) fumante.

1.3 MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 3 DO CONTEXTO IMPESSOAL:

P.3 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola deveria fazer? (Explique ao máximo possível a sua resposta).

A questão 3 indaga sobre ação, buscando levantar informações sobre as representações que os alunos e alunas investigados têm sobre qual deveria ser a conduta do sujeito.

Como nas questões anteriores, ao analisarmos as respostas referentes a esta questão, também detectamos quatro modelos organizadores diferentes:

A) Modelo 1:

Os sujeitos que aplicaram este modelo centram suas explicações em um argumento, segundo o qual o uso de drogas é uma opção pessoal. Embora todos os sujeitos que empregaram este modelo tenham se baseado neste mesmo princípio – opção pessoal –, encontramos dois sub-modelos que compreendem algumas diferenças entre si.

Sub-modelo 1a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Opção pessoal.
Opção do(a) fumante	• Merecedora de respeito.
Papel do sujeito que viu	• Respeitar o(a) fumante.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados:	
O uso de drogas é uma opção pessoal e deve ser respeitada.	

No sub-modelo 1a, os sujeitos abstraem como dado relevante o comportamento do(a) fumante, atribuindo ao mesmo o significado de opção pessoal. Podemos observar que “opção do(a) fumante” é um outro dado abstraído, ao qual atribuem o significado de ser merecedora de

respeito. E o terceiro dado abstraído no sub-modelo 1a é o papel do sujeito que viu, o qual significam como devendo respeitar o(a) fumante.

Desta forma, nas relações estabelecidas entre dados e significados, os sujeitos alegam ser o uso de drogas uma opção pessoal que deve ser respeitada.

Seguem os exemplos que integram este modelo:

–“Não sei, afinal se a pessoa fuma maconha, deve estar ciente do que está fazendo, como eu estava e acho que se intrometer, dedar, seria uma traição, afinal foi a pessoa que escolheu viver assim.” (S31F)

–“Na minha opinião não deveria fazer nada, porque isso é a opinião dessa pessoa. Se talvez ela tentar ajudar essa pessoa, poderá sair mal.” (S33F)

Sub-modelo 1b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Opção pessoal; pode provocar identificação com o comportamento do próprio sujeito.
Comportamento do sujeito que viu	• Está condicionado ao fato de ele gostar ou não de fumar maconha.
Papel do sujeito que viu	• Ficar quieto.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito pode se identificar com o comportamento do(a) fumante e querer fumar também. Mas se não gosta de maconha, ficaria quieto.	

O sub-modelo 1b se diferencia do anterior pela abstração de um novo dado, que é o comportamento de quem viu, atribuindo ao mesmo o significado que condiciona a conduta do sujeito ao fato de ele gostar ou não de fumar maconha. Um outro dado abstraído como relevante é o comportamento do(a) fumante que, além de ser significado, pelos sujeitos investigados, como uma opção pessoal, igualmente ao que aparece no sub-modelo 1a, recebe também o significado de poder provocar identificação com o comportamento do sujeito que viu, despertando nele a vontade de

fumar. Neste sub-modelo, aparece ainda, como dado abstraído, o papel de quem viu, ao qual se atribui o significado de ficar quieto.

Portanto, nas implicações estabelecidas entre dados e significados aparece que o sujeito pode se identificar com o comportamento do(a) fumante e querer fumar também. Mas, se não gosta de maconha, ficaria quieto.

Apresentamos um exemplo do sub-modelo 1b:

-“Não sei se ele gosta ou não da maconha, se ele gosta ele iria querer e se ele não gosta, ficaria quieto.” (S3M)

B) Modelo 2:

Os sujeitos que empregaram este modelo organizador centram suas explicações em torno de um dado que não aparece explicitamente no conflito, que é o papel da direção da escola. Embora tenhamos questionado sobre a conduta do sujeito que viu o(a) fumante, os alunos e alunas investigados transferem a responsabilidade para a direção da escola.

Modelo 2

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Passível de denúncia.
Papel do sujeito que viu	• Comunicar à direção da escola.
Papel da direção da escola	• Manter a ordem social.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito comunica à direção da escola sobre o comportamento do(a) fumante para que esta tome as providências cabíveis.	

Como podemos observar, os sujeitos que aplicaram este modelo, abstraem como significativos três dados: o comportamento do(a) fumante, o papel do sujeito que viu e o papel da direção da escola. Ao primeiro dado abstraído - comportamento do(a) fumante - atribuem o significado de ser passível de denúncia; em relação ao segundo dado - papel do sujeito que

viu - o significado atribuído é o de comunicar à direção da escola; e ao terceiro dado - papel da direção da escola - atribuem o significado de manter a ordem social. Assim, estabelecem como implicações que o sujeito deve comunicar à direção da escola sobre o comportamento do(a) fumante, para que esta tome as providências cabíveis.

Parece que a preocupação central neste modelo é com a ordem social e não com o(a) fumante.

Transcrevemos algumas respostas próprias do modelo 2:

-"Com certeza ela deveria contar para a diretora da escola e pediria para proibir de fumar no banheiro." (S14F)

-"Comunicar a direção da escola, pois escola é lugar de estudar e não de drogas." (S15F)

C) Modelo 3:

O terceiro modelo encontrado nas respostas sobre qual deveria ser a conduta do sujeito que presenciou a situação, apresenta um tipo de raciocínio que defende a atuação do mesmo, aconselhando o(a) fumante, já que tal comportamento é passível de conselhos. Condiciona, porém, a ação de aconselhar ao fato de o sujeito ser amigo(a) do(a) fumante.

Modelo 3

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Passível de conselhos.
Papel do sujeito que viu	• Aconselhar.
Ação do sujeito que viu	• Está condicionada ao fato de ser ou não amigo do(a) fumante.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito deve aconselhar o(a) fumante somente se for amigo do(a) mesmo(a).	

Os dados abstraídos neste modelo são: o comportamento do fumante, que é significado como sendo passível de conselhos; o papel do sujeito que viu, ao qual atribuem o significado de aconselhar e a ação do sujeito que viu, cujo significado atribuído é o de estar condicionada ao fato do referido sujeito ser ou não amigo do(a) fumante.

Portanto, nas relações estabelecidas entre dados e significados, concluem que o sujeito deve aconselhar o(a) fumante somente se for seu(sua) amigo(a).

Vejamos um exemplo que ilustra o modelo 3:

“Depende, se a pessoa que está fumando é amiga da outra, ela deveria aconselhar a parar com isto. Mas se não for, ela deveria ir embora e deixar para trás.” (S34F)

D) Modelo 4:

Os sujeitos que aplicaram o modelo 4 diante da questão apresentada, defendem a idéia de que o sujeito que viu deve ajudar o(a) fumante, orientando-o (a) e aconselhando-o(a). Os dados abstraídos e retidos como relevantes já apareceram nos modelos anteriores, mas a combinação entre eles, com seus respectivos significados, nos possibilitou identificar dois sub-modelos:

Sub-modelo 4a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Passível de conselhos.
Papel do sujeito que viu	• Aconselhar.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito deveria aconselhar o(a) fumante.	

No sub-modelo 4a, os sujeitos abstraem como relevantes apenas dois dados: o comportamento do(a) fumante e o papel do sujeito que viu.

O primeiro é significado como sendo passível de conselhos e ao segundo é atribuído o significado de aconselhar. Assim, as implicações estabelecidas entre dados e significados alegam que o sujeito deve aconselhar o(a) fumante.

Segue um exemplo deste modelo:

-“Deveria dar conselhos, ser gentil!” (S12F)

Os alunos e alunas que empregaram o sub-modelo 4b entendem que, além de orientar, o sujeito deveria comunicar a direção da escola e os pais do(a) fumante. Desta forma, o que difere este sub-modelo do anterior é a inclusão de um novo significado atribuído ao papel do sujeito que viu. No entanto, o princípio subjacente aos dois sub-modelos é o mesmo: orientar o(a) fumante.

Sub-modelo 4b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) fumante	• Passível de orientação.
Papel do sujeito que viu	• Orientar; comunicar os pais do(a) fumante e/ou a direção da escola.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito deve orientar o(a) fumante e, comunicar à direção da escola e/ou os pais do(a) mesmo(a).	

Os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 4b abstraem os mesmos dados do sub-modelo 4a: comportamento do(a) fumante e papel do sujeito que viu. Atribuem, porém, diferentes significados aos mesmos, sendo o primeiro dado significado como um comportamento passível de orientação, e o segundo, como sendo papel de quem viu, orientar e comunicar os pais do(a) fumante e/ou a direção da escola. Temos, pois, como implicações estabelecidas entre dados e significados, que o sujeito deve orientar o(a) fumante e comunicar a direção da escola e/ou os pais do(a) mesmo(a).

Apresentamos alguns exemplos representativos do sub-modelo 4b:

-“Como eu já disse, conversar com ela, se não adiantar, chamar a diretora e se não adiantar, chamar os pais dela.” (S10F)

-“Acho que deveria comunicar a diretora e os pais da menina. Mas antes disso: tentar orientar a menina e dizer que isto não é nada bom.” (S32F)

1.3.1 Apresentação dos resultados da questão 3 do Contexto Impessoal:

As respostas emitidas pelos sujeitos, a respeito da conduta do(a) aluno(a) que viu um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola, também foram tabuladas, considerando os modelos organizadores aplicados, que serão apresentados em números absolutos e, a seguir, em gráfico ilustrativo, contendo os resultados em porcentagem.

1.3.1.a Os Modelos Organizadores aplicados:

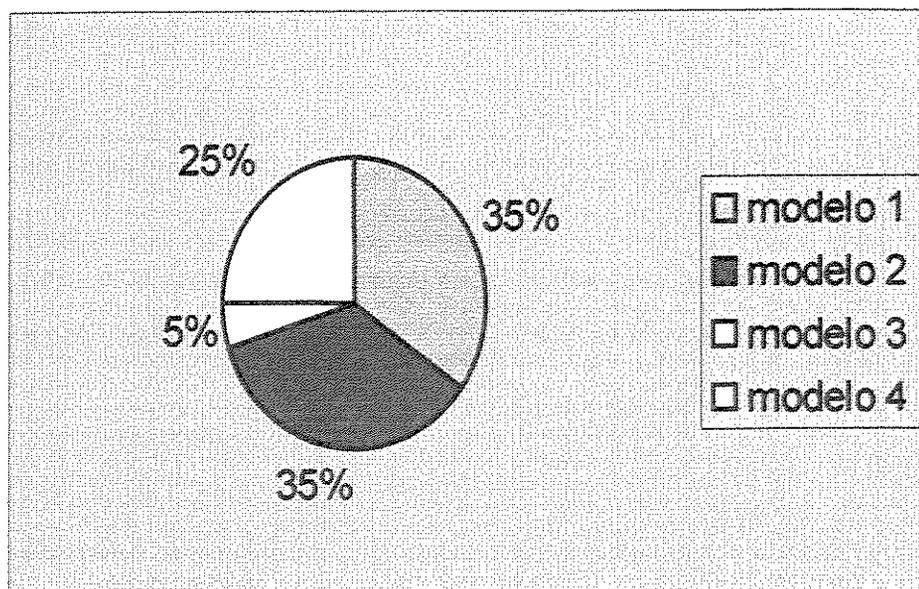
Tabela 3: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 3 do Contexto Impessoal:

	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4			TOTAL
	Σ	1a	1b	Σ	Σ	Σ	4a	4b	
Distribuição dos Modelos	07	06	01	07	01	05	01	04	20

A leitura desta tabela mostra que:

- Dos 20 sujeitos investigados, sete (35% do total da amostra) aplicaram o modelo 1 que se caracteriza pelo argumento, segundo o qual o uso de drogas é uma opção pessoal. Dos sete sujeitos, seis (86%) empregaram o sub-modelo 1a, fundamentando suas respostas na idéia de que o(a) aluno(a) que viu o(a) fumante não deve fazer nada, porque o uso de drogas é uma opção pessoal. Apenas um sujeito (14%) aplicou o sub-modelo 1b, usando o mesmo argumento defendido no sub-modelo 1a, mas também abstraindo, do conflito apresentado, a possibilidade do comportamento do(a) fumante provocar identificação com o comportamento do(a) aluno(a) que viu, despertando nele(a) a vontade de fumar.
- O modelo organizador 2, que propõe o encaminhamento do caso à direção, foi aplicado por sete sujeitos (35% de toda a amostra). Como no modelo 1, os sujeitos que empregaram o modelo 2 também não são favoráveis à participação direta do(a) aluno(a) que presenciou a situação-problema, alegando que o(a) mesmo(a) deveria denunciar o(a) fumante à direção da escola.
- Somente um sujeito (5% do total da amostra) aplicou o modelo 3. Neste modelo, o sujeito faz referência à ação do(a) aluno(a), com o objetivo de ajudar o(a) fumante, mas somente se for amigo(a) do(a) mesmo(a).
- Cinco sujeitos (25% de toda a amostra) resolveram a questão aplicando o modelo 4. Relembrando o princípio básico deste modelo, tais sujeitos acreditam que para a solução da situação-problema, o(a) aluno(a) deve agir para ajudar o(a) fumante. Dos cinco sujeitos, apenas um (20%) afirma que o(a) aluno(a) deveria atuar diretamente no caso, aconselhando o(a) fumante, conforme as implicações estabelecidas no sub-modelo 4a; os outros quatro sujeitos (80%) recorreram ao sub-modelo 4b, atribuindo ao(à) aluno(a), além do papel de orientar o(a) fumante, o papel de comunicar os pais e/ou a direção da escola.

Gráfico 3: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 3 do Contexto Impessoal:



Fazendo uma breve análise da distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos nesta questão, encontramos um percentual maior de respostas concentradas nos modelos 1 e 2 (70% do total). Recordemos que nos referidos modelos os sujeitos não são favoráveis à participação direta do(a) aluno(a) na situação presenciada, sendo que podemos depreender, dos argumentos expostos, a ausência de preocupação com o(a) fumante. Contrariamente, os seis sujeitos (30% de toda a amostra) que aplicaram os modelos 3 e 4, defendem a participação do(a) aluno(a) no conflito, atribuindo ao(à) mesmo(a) o papel de aconselhar/ orientar o(a) fumante.

Temos, então, 70% dos sujeitos que parecem não demonstrar preocupação com o(a) fumante, contra apenas 30% que explicitam alguma preocupação.

Mas cabe ressaltar que o sujeito que empregou o modelo 3, atribui o papel de ajuda ao(à) aluno(a), somente se este(a) for amigo(a) do(a) fumante. Neste caso, talvez possamos inferir a influência do sistema de valores do sujeito investigado, em sua resposta, da qual podemos

depreender que não seria admissível omitir-se ou negar ajuda a um amigo. Inversamente, isso não teria problema caso o(a) fumante fosse um(a) estranho(a) ou desconhecido(a). Podemos notar claramente, no modelo 3, o papel da afetividade afetando a organização do pensamento e a ação atribuída ao protagonista do conflito. Voltaremos a estas questões mais adiante, aprofundando a discussão.

1.4 MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 1 DO CONTEXTO PESSOAL:

P. 1 - Você entra no banheiro da escola e vê seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha. O que você ia achar disso? (Explique ao máximo possível a sua resposta).

Esta questão pretendia obter informações sobre as representações que os alunos e alunas investigados têm sobre o conflito apresentado, que agora envolve um outro contexto, colocando o próprio sujeito como protagonista da situação. Descreveremos, a seguir, os quatro modelos organizadores encontrados nas respostas dos sujeitos.

A) Modelo 1:

Encontramos dois sub-modelos dentro do modelo 1, que se caracteriza por uma certa neutralidade adotada em relação ao comportamento do(a) amigo(a) fumante. Vejamos:

Sub-modelo 1a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Opção pessoal; natural.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O uso de drogas é opção de cada um e é normal.	

No sub-modelo 1a, os sujeitos abstraem um único dado, que é o comportamento do(a) amigo(a) fumante, atribuindo ao mesmo o significado de opção pessoal, considerando também, esse comportamento natural. Estabelecem como implicações ser normal o uso de drogas e opção de cada um.

Transcrevemos exemplos ilustrativos do sub-modelo 1a :

-“Não ia achar nada disso porque hoje em dia fumar maconha é como estar fumando cigarro ou chupando uma bala.”

(S1M)

-“Não ia achar nada, pois cada um faz o que é melhor para si.”

(S23M)

Os sujeitos que empregaram o sub-modelo 1b, além de considerarem o comportamento do(a) amigo(a) fumante uma questão de opção pessoal, se identificam com este comportamento, considerando-o prazeroso.

Sub-modelo 1b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Opção pessoal; provoca identificação com o comportamento do próprio sujeito.
Comportamento do próprio sujeito	• Prazeroso.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito considera que o uso de drogas é uma opção pessoal e se identifica com o comportamento do (a) amigo (a) fumante, por considerar este ato prazeroso.	

Neste sub-modelo, os sujeitos abstraem dois dados como relevantes, o comportamento do(a) amigo(a) fumante e o comportamento do próprio sujeito. Atribuem ao primeiro dado o significado de opção pessoal e de

provocar identificação com o comportamento do próprio sujeito. Ao segundo dado abstraído - comportamento do próprio sujeito - atribuem o significado de prazeroso. Deste modo, estabelecem como implicações, que o sujeito considera ser o uso de drogas uma opção pessoal e se identifica com o comportamento do(a) amigo(a) fumante, por considerar este ato prazeroso.

Apresentamos um exemplo do sub-modelo 1b:

-"Se ele acha isso bom eu vou respeitar a opinião dele, e como eu também curto eu iria junto com ele." (S30F)

B) Modelo 2:

No modelo 2, os sujeitos abstraem um novo dado, não contemplado no modelo 1: os sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a) fumante.

Modelo 2

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Causa sentimentos negativos no sujeito.
Sentimentos do sujeito	• (dó, raiva, desprezo, tristeza, horror, pena, chateação)*
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do (a) amigo (a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.	

* Cada sujeito manifestou alguns desses sentimentos.

Neste modelo então, os dados abstraídos pelos sujeitos são: o comportamento do(a) amigo(a) fumante e os sentimentos do sujeito. O primeiro dado é significado como causador de sentimentos negativos no sujeito e em relação ao segundo dado, atribuem significados como dó, raiva, desprezo, tristeza, horror, pena e chateação. Assim, estabelecem como implicações, que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.

Seguem exemplos que caracterizam este modelo:

“Eu ficaria muito triste por ela. Eu sentiria muita pena dela, pois ela está jogando sua vida no vento.” (S28F)

“Iria sentir dó, ao mesmo tempo raiva, desprezo, tristeza pois afinal é minha amiga ia achar um horror também.” (S35F)

C) Modelo 3:

O terceiro modelo se define pela atribuição de uma valoração negativa ao comportamento do(a) amigo(a) fumante, sendo tal comportamento passível de conselho, alerta e conversa. Encontramos, aqui, dois sub-modelos:

Sub-modelo 3a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Passível de conselho, conversa.
Papel do sujeito	• Ajudar (aconselhar, conversar, alertar).
Ação do sujeito	• Está condicionada à reação do(a) amigo(a) fumante.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito condiciona sua ajuda à conduta do(a) amigo(a) fumante.	

Neste sub-modelo, os alunos e alunas investigados abstraem três dados: o comportamento do(a) amigo(a) fumante, o papel do sujeito e a ação do sujeito. Ao comportamento do(a) amigo(a) fumante é atribuído o significado de ser passível de conselho, conversa. Atribuem ao dado, “papel do sujeito”, o significado de ajudar, aconselhando, conversando e alertando. E a ação do sujeito é significada como estando condicionada à reação do(a) amigo(a) fumante. Das relações estabelecidas entre dados e significados,

extraem, como implicações, que o sujeito condiciona sua ajuda à conduta do(a) amigo(a).

Vejamos as respostas que exemplificam este modelo:

-“Eu tentaria conversar com ele e se não adiantasse, cortaria a amizade com ele.” (S21M)

-“Eu acho que isso é opinião de cada um, mas eu iria dar conselho para ela para que não fumasse mais. Mas daria conselho só se ela me ouvisse e fosse controlada.” (S33F)

O sub-modelo 3b difere do anterior pela ausência de uma condição atribuída à ação do sujeito.

Sub-modelo 3b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Negativo, passível de alerta.
Papel do sujeito	• Alertar.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito vai alertar o(a) amigo(a) fumante sobre o seu comportamento.	

No sub-modelo 3b, os sujeitos abstraem dois dados já contemplados no sub-modelo 3a: o comportamento do(a) amigo (a) fumante e o papel do sujeito. O primeiro é significado como negativo e sendo passível de alerta e, ao segundo, atribuem o significado de alertar.

Assim, as implicações estabelecidas entre dados e significados revelam que o sujeito vai alertar o(a) amigo(a) fumante sobre seu comportamento.

Como exemplos de respostas que compreendem o sub-modelo 3b temos:

-“Eu ia dizer para ela parar pois ela está se acabando aos poucos.” (S10F)

–“Chato e iria dizer para ela que isso é a pior coisa que ela está fazendo.”
(S11F)

D) Modelo 4:

O quarto modelo identificado se caracteriza pela presença de uma ação mais consistente do que a explicitada no modelo anterior, na qual os sujeitos manifestam um maior empenho em ajudar seu(sua) amigo(a). Encontramos dois sub-modelos no modelo 4:

Sub-modelo 4a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Passível de ajuda.
Papel do sujeito e dos pais *	• Ajudar
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito atuaria para recuperar seu (sua) amigo(a).	

* Apenas um dos sujeitos fez referência aos pais.

Observando o quadro acima, podemos notar que os alunos e alunas que aplicaram este modelo abstraem dois dados como relevantes: o comportamento do(a) amigo(a) fumante e o papel do sujeito e dos pais. Significam o primeiro como um comportamento passível de ajuda e o segundo como tendo o papel de ajudar. Como implicações, estabelecem que o sujeito atuaria para recuperar seu(sua) amigo(a).

Para ilustrar o sub-modelo 4a, transcrevemos o seguinte exemplo;

–“Uma loucura, mas se ela escolheu assim, o que eu posso fazer. Mas eu faria tudo que eu pudesse para tirá-la dessa.”
(S34F)

O sub-modelo 4b segue o mesmo princípio do sub-modelo 4a, defendendo a atuação do sujeito na recuperação de seu(sua) amigo(a).

Todavia difere do anterior, pela abstração de novos dados, como por exemplo, os sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a) fumante, além da ampliação da ação do sujeito, que inclui não só o papel de ajudar, como também o de comunicar os pais.

Sub-modelo 4b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Causa sentimentos negativos no sujeito; é passível de ajuda.
Papel do sujeito	• Ajudar seu(sua) amigo(a).
Ação de ajuda	• Conversar e comunicar os pais.
Sentimentos do sujeito	• Sentimentos negativos (tristeza, confusão, choque).
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do (a) amigo (a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a atuar para a recuperação do(a) mesmo(a) e a comunicar seus pais.	

Deste modo, abstraem como dados relevantes:

- o comportamento do(a) amigo(a) fumante, ao qual atribuem o significado de causar sentimentos negativos no sujeito e ser passível de ajuda;
- o papel do sujeito, que significam como devendo ajudar seu(sua) amigo(a);
- a ação de ajuda, à qual é atribuído o significado de conversar e comunicar os pais;
- os sentimentos do sujeito, que significam como sentimentos negativos tais como tristeza, confusão e choque.

Estabelecem, portanto, como implicações, que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a atuar para a recuperação do(a) mesmo(a) e a comunicar seus pais.

Representando o sub-modelo 4b, temos as seguintes respostas:

-“É meio complicado! Primeiro eu iria ficar meio confusa e chocada. Em seguida eu iria conversar com ela para ver o porquê que ela está fazendo isso, e iria usar todas as minhas armas para conseguir mudar a cabeça dela, pois é normal ver as pessoas usando drogas, mas a minha

melhor amiga é muito complicado. Mas se isso não adiantasse eu falaria com os pais dela para colocá-la num centro de recuperação.” (S29F)

–“Eu ficaria muito triste. No ato faria com que ela deixasse de fumar. Depois conversaria muito com ela e comunicaria aos seus pais.” (S32F)

1.4.1 Apresentação dos resultados da questão 1 do Contexto Pessoal:

Faremos, neste item, uma análise da distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos ao responderem à primeira questão do Contexto Pessoal, que os inclui como protagonistas do conflito apresentado.

Mostraremos uma tabela, representando os resultados encontrados em números absolutos e um gráfico contendo os resultados em porcentagem.

1.4.1.a Os Modelos Organizadores aplicados:

Tabela 4: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 1 do Contexto Pessoal:

	Modelo 1			Modelo 2	Modelo 3			Modelo 4			TOTAL	
	Σ	1a	1b	Σ	Σ	3a	3b	Σ	4a	4b		
Distribuição dos Modelos	05	03	02	03		07	05	02	04	02	02	19*

* Obs.: Dos 20 sujeitos que totalizam a amostra, um não respondeu de maneira a oferecer dados suficientes, que nos permitissem obter um modelo de organização do pensamento. Desta forma, o referido sujeito foi excluído da análise da questão 1 do Contexto Pessoal.

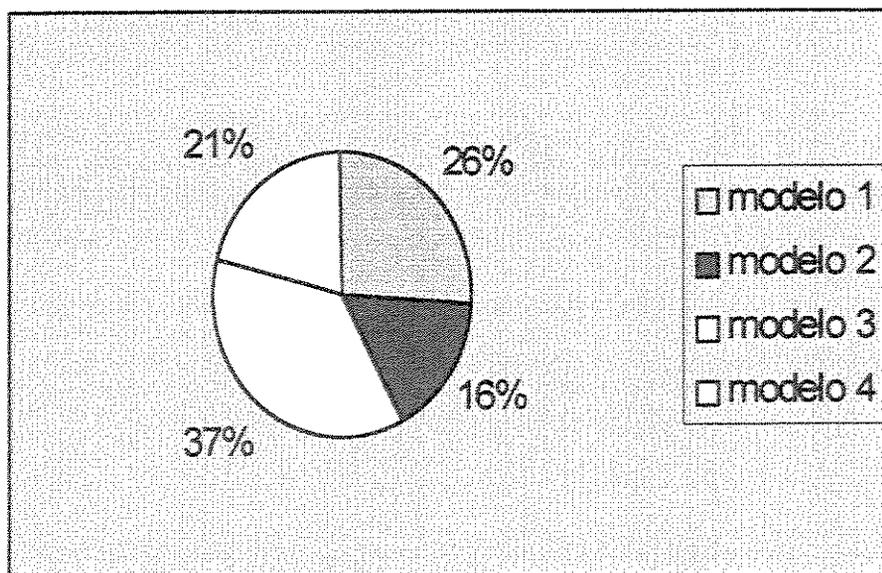
O que podemos extrair desses dados é:

- O modelo 1 foi aplicado por cinco alunos(as) (26% do total da amostra), que afirmam ser o uso de drogas uma opção pessoal. Desses cinco sujeitos, três (60%) alegam que esta opção é considerada natural hoje

em dia, caracterizando o sub-modelo 1a. Os outros dois sujeitos (40%), pertencentes ao sub-modelo 1b, além de acharem que o uso de drogas é uma opção pessoal, julgam o ato de fumar maconha prazeroso, identificando-se com o comportamento do(a) amigo(a) fumante.

- Três sujeitos (16% de toda a amostra) aplicaram o modelo 2, manifestando sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a) fumante.
- O modelo organizador 3, que foi aplicado por sete sujeitos (37% do total da amostra), envolve uma ação de ajuda (alertar, conversar, aconselhar) e uma valoração negativa do comportamento do(a) amigo(a) fumante. Cinco desses sete sujeitos (71%), empregaram o sub-modelo 3a, condicionando a atitude de ajuda à reação do(a) amigo(a) fumante. Os outros dois sujeitos (29%), que aplicaram o sub-modelo 3b, defendem a atitude de ajuda sem impor condições à mesma, o que o diferencia do sub-modelo anterior.
- Quatro sujeitos (21% de toda a amostra) aplicaram o modelo 4, que se caracteriza pela adoção de uma atitude mais consistente de ajuda do que a manifestada no modelo 3 (alerta, conselho). Desses quatro sujeitos, dois (50%) aplicaram o sub-modelo 4a, afirmando que atuariam para recuperar seu(sua) amigo(a). Os outros dois (50%), que empregaram o sub-modelo 4b, além de adotarem a mesma idéia do sub-modelo anterior, expressaram sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a) e incluíram, em seu papel, a ação de comunicar os pais.

Gráfico 4: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 1 do Contexto Pessoal:



O dado mais significativo que surge dos resultados apresentados é que apenas no modelo 1, aplicado por 26% do total da amostra, não aparece a preocupação com o(a) amigo(a) fumante. Nos modelos 2, 3 e 4, que compõem 74% de toda a amostra, todos os sujeitos expressam, embora em graus diferentes, alguma preocupação com o(a) amigo(a) fumante. Também nos chama a atenção o fato de em dois modelos (modelo 2 e sub-modelo 4b) os sujeitos terem abstraído sentimentos como dado relevante, ao serem questionados, o que não ocorreu com as questões do Contexto Impessoal, com exceção da questão 2, que justamente indaga sobre sentimentos. Seria a mudança de contexto responsável pela abstração de sentimentos, já que a situação apresentada envolve não mais qualquer aluno(a), e sim o(a) melhor amigo(a) do sujeito?

Podemos notar, ainda, que dos 14 sujeitos (74% de toda a amostra) que manifestam preocupação com o(a) fumante, 11 (58% do total da amostra) afirmam que atuariam para ajudar seu(sua) amigo(a), respondendo com uma ação à questão que solicita, a princípio, um julgamento.

Se compararmos a questão 1 nos Contextos Impessoal e Pessoal, temos o seguinte:

- a) Analisando os modelos organizadores aplicados, dos quais podemos depreender a ausência de preocupação com o(a) fumante, encontramos nove sujeitos (53% do total da amostra) no Contexto Impessoal, caindo este número para cinco sujeitos (26% de toda a amostra) no Contexto Pessoal.
- b) Considerando os modelos organizadores empregados, que explicitam preocupação com o(a) fumante, verificamos oito sujeitos (47% do total da amostra) no Contexto Impessoal, subindo para 14 sujeitos (74% de toda a amostra) no Contexto Pessoal.

Podemos notar um aumento significativo de sujeitos que manifestam preocupação com o(a) fumante, com a mudança do Contexto Impessoal para o Pessoal.

Agora, se compararmos a questão 1 nos dois Contextos, sob a perspectiva não mais da preocupação com o(a) fumante e sim da manifestação de uma ação de ajuda, temos:

- a) No Contexto Pessoal, como já mencionamos, dos 14 sujeitos (74% de toda a amostra) que se preocupam com o(a) fumante, 11 (58% do total da amostra) falam sobre uma atitude de ajuda.
- b) No Contexto Impessoal, contrariamente, encontramos apenas três sujeitos (18% de toda a amostra) que dizem se envolver em uma ação de ajuda.

Parece termos um forte indício de como o aspecto afetivo pode afetar o julgamento e a ação das pessoas. Quando se trata do melhor amigo, a maioria dos sujeitos afirma assumir uma atitude de ajuda, o mesmo não acontecendo quando se trata de um estranho ou desconhecido.

1.5 MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 2 DO CONTEXTO PESSOAL:

P.2 - O que você sentiria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta).

Esta questão tinha como objetivo identificar os sentimentos dos sujeitos investigados, em relação ao conflito apresentado, que no Contexto Pessoal envolve o(a) melhor amigo(a).

Na resolução desta questão, foram verificados quatro modelos organizadores diferentes.

A) Modelo 1:

Os sujeitos que aplicaram o modelo 1 manifestaram um sentimento de neutralidade em relação ao comportamento do(a) amigo(a) fumante, por considerarem este fato natural. Encontramos dois sub-modelos dentro do modelo 1:

Sub-modelo 1a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Natural.
Comportamento do próprio sujeito	• Está acostumado a conviver com usuários de drogas.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito considera natural o ato de fumar maconha por estar acostumado a conviver com usuários de drogas.	

No sub-modelo 1a, os sujeitos abstraem, como dados relevantes, o comportamento do(a) amigo(a) fumante e o comportamento do próprio sujeito. Atribuem ao primeiro o significado de ser um comportamento natural

e o segundo significam como estando acostumado a conviver com usuários de drogas. Estabelecem, portanto, como implicações, que o sujeito considera natural o ato de fumar maconha por estar acostumado a conviver com usuários de drogas.

Vejamos um exemplo:

-"Me sentiria como antes de entrar no banheiro, porque convivo no meio de pessoas drogadas, já me acostumei." (S1M)

Sub-modelo 1b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• É natural e causa identificação com o comportamento do próprio sujeito.
Comportamento do próprio sujeito	• Prazeroso.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito se identifica com o comportamento do(a) amigo (a) fumante, manifestando a vontade de fumar também, por considerar este ato natural e prazeroso.	

Neste sub-modelo, os sujeitos também retêm como dados relevantes o comportamento do(a) amigo(a) fumante e o comportamento do próprio sujeito. Mas, embora os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 1b tenham abstraído os mesmos dados do sub-modelo 1a, atribuem-lhes significados diferentes. Significam o comportamento do(a) amigo(a) fumante como natural e que causa identificação com o comportamento do próprio sujeito. E atribuem ao comportamento do próprio sujeito o significado de prazeroso. Assim, estabelecem, como implicações, que o sujeito se identifica com o comportamento do(a) amigo(a) fumante, manifestando a vontade de fumar também, por considerar este ato prazeroso.

Seguem os exemplos que ilustram este sub-modelo:

-"Nada de mais, porque eu já vi e não senti nada a não ser vontade de fumar também." (S30F)

-“Não sei, pois provavelmente eu estaria com ela, não somos viciadas só gostamos de curtir.”
(S31F)

B) Modelo 2:

O modelo 2 se caracteriza pela atribuição de sentimentos negativos ao sujeito, causados pelo comportamento do(a) amigo(a) fumante. Obtivemos, aqui, dois sub-modelos que são muito parecidos, distinguindo-se apenas pela valoração negativa atribuída ao comportamento do(a) amigo(a) fumante, que aparece no sub-modelo 2a:

Sub-modelo 2a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• É errado; causa sentimentos negativos no sujeito.
Sentimentos do sujeito	• Sentir-se-ia mal.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados:	
O comportamento do(a) amigo (a)	fumante causa sentimentos negativos no sujeito, por ser algo errado.

Os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 2a abstraem, como dados significativos, o comportamento do(a) amigo(a) fumante e os sentimentos do sujeito. Atribuem ao primeiro uma valoração negativa e também o significado de causar sentimentos negativos no sujeito. Significam o dado sentimentos do sujeito, afirmando que o mesmo se sentiria mal. Deste modo, estabelecem como implicações que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, por ser algo errado.

Apresentamos as respostas, que exemplificam este sub-modelo:

-“Eu me sentiria mal, pois isto é horrível, pois isto é muito ou seja, completamente errado.”
(S11F)

–“Sentiria-me muito mal. Por vê-lo fazendo o que é errado.” (S24M)

No sub-modelo 2b, os sujeitos abstraem os mesmos dados do sub-modelo 2a: comportamento do(a) amigo(a) fumante e sentimentos do sujeito. Também atribuem os mesmos significados, com exceção da valoração negativa atribuída ao comportamento do(a) amigo(a) fumante, que aparece somente no sub-modelo anterior.

Sub-modelo 2b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Causa sentimentos negativos no sujeito.
Sentimentos do sujeito	• (tristeza, pena, abalo, chateação, decepção, dor, mágoa, dó, choque, ficaria mal).*
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.	

* Cada sujeito manifestou um ou alguns desses sentimentos.

Temos, então, como significado atribuído ao comportamento do(a) amigo(a) fumante, que o mesmo causa sentimentos negativos no sujeito. Em relação ao dado “sentimentos do sujeito”, atribuem o significado de tristeza, pena, abalo, chateação, decepção, dor, mágoa, dó, choque, ficar mal. Desta maneira, as implicações estabelecidas revelam que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.

Como exemplos que integram este sub-modelo, temos:

–“Eu sentiria muita pena, muita tristeza. Eu ficaria abalada, eu seria tomada por um sentimento muito ruim.” (S28F)

–“Sentiria uma grande decepção, uma dor muito grande. Uma vontade de sumir para não ver a minha melhor amiga se acabar.” (S32F)

C) Modelo 3:

O terceiro modelo encontrado nas respostas dos sujeitos pertence ao grupo de raciocínios que defende uma tentativa de ajuda ao(à) amigo(a) fumante. Todos os sujeitos que aplicaram este modelo afirmam que tentariam aconselhar ou ajudar seu(sua) amigo(a). Esta é a principal característica do modelo 3, que se subdivide em dois sub-modelos:

Sub-modelo 3a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Destrutivo; causa sentimentos negativos no sujeito; passível de ajuda.
Papel do sujeito	• Ajudar .
Ação de ajuda	• Está condicionada à reação do(a) amigo (a) fumante.
Sentimento do sujeito	• Ficaria péssimo.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a condicionar sua ajuda à conduta do(a) mesmo(a).	

No sub-modelo 3a são abstraídos e retidos, como dados relevantes, o comportamento do(a) amigo(a) fumante, o papel do sujeito, a ação de ajuda e o sentimento do sujeito. Significam o comportamento do(a) amigo(a) fumante como destrutivo, causador de sentimentos negativos no sujeito e sendo passível de ajuda. Embora atribuam ao dado “papel do sujeito” o significado de ajudar seu(sua) amigo(a), significam a ação de ajuda como estando condicionada à reação do(a) mesmo(a). Atribuem, ainda, ao dado “sentimento do sujeito”, o significado de que ficaria péssimo. Assim, ao estabelecerem relações entre esses dados e significados, concluem que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a condicionar sua ajuda à conduta do(a) mesmo(a).

Vejamos um exemplo deste sub-modelo:

–“Sentiria péssima, mas é ela que está estragando sua vida, se ela não quer ser ajudada aí vai da consciência dela porque eu fiz o máximo possível se não quer ser ajudada então vai morrer sozinha.”

(S13F)

Sub-modelo 3b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Passível de ajuda.
Papel do sujeito	• Tentar aconselhar e tirar dessa vida.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados:	
O sujeito tentaria ajudar seu (sua) amigo(a).	

O sub-modelo 3b mantém o princípio que caracteriza o modelo 3, que é a tentativa de ajuda ao(à) amigo(a) fumante. Mas, neste sub-modelo, os sujeitos abstraem apenas dois dados como relevantes: o comportamento do(a) amigo(a) fumante e o papel do sujeito. Significam o primeiro dado como um comportamento passível de ajuda e atribuem ao segundo dado o papel de tentar ajudar, aconselhar. Diferentemente do sub-modelo 3a, neste sub-modelo os sujeitos não abstraem sentimentos como dados significativos. Desta forma, temos, como implicações estabelecidas entre dados e significados, que o sujeito tentaria ajudar seu(sua) amigo(a).

Para ilustrar o sub-modelo 3b, transcrevemos as seguintes respostas:

–“Eu tentaria retirá-la dessa vida pois não leva a nada, mas não sentiria nada.”

(S17F)

–“Tentaria aconselhar ele a sair dessa.”

(S23M)

D) Modelo 4:

Os sujeitos que aplicaram o modelo 4, diante da questão apresentada, assumem que ajudariam seu(sua) amigo(a) fumante, diferenciando-se dos sujeitos que empregaram o modelo 3, no qual defendem uma tentativa de ajuda. Os dados abstraídos e retidos como relevantes já apareceram nos modelos anteriores e a combinação entre eles, com seus respectivos significados, nos possibilitou identificar dois sub-modelos:

Sub-modelo 4a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Causa sentimentos negativos no sujeito; é passível de ajuda.
Papel do sujeito	• Ajudar seu (sua) amigo(a) (conversar, aconselhar).
Ação de ajuda	• É insuficiente para modificar o comportamento do(a) amigo(a) fumante.
Sentimento do sujeito	• Ficaria mal e se sentiria impotente.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a sentir-se impotente em sua ação.	

No sub-modelo 4a, os sujeitos abstraem como dados significativos o comportamento do(a) amigo(a) fumante, o papel do sujeito, a ação de ajuda e o sentimento do sujeito. Ao comportamento do(a) amigo(a) fumante atribuem o significado de causar sentimentos negativos no sujeito e ser passível de ajuda. Atribuem ao dado “papel do sujeito” o significado de ajudar seu(sua) amigo(a) (conversando, aconselhando). A ação de ajuda é significada como sendo insuficiente para modificar o comportamento do(a) amigo(a) fumante. E, finalmente, atribuem ao dado “sentimento do sujeito” o significado de que ficaria mal, sentindo-se impotente. Assim, nas implicações estabelecidas entre dados e significados, alegam que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a sentir-se impotente na sua ação.

Apresentamos alguns exemplos que caracterizam este sub-modelo:

–“Me sentiria mal, porque eu iria falar para ele parar com isso e ele fumando, não estava seguindo meus conselhos. Então vou achar que não sou um bom amigo.” (S3M)

–“Eu me sentiria muito mal pois eu estou vendo ela se acabar sem poder fazer nada, pois eu tenho amigas que fazem isso e não adianta falar nada pois elas não escutam.” (S10F)

Sub-modelo 4b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Causa sentimentos negativos no sujeito; é passível de ajuda.
Papel do sujeito	• Ajudar seu amigo ou amiga.
Sentimento do sujeito	• Sentir-se-ia muito mal.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a atuar pela recuperação do(a) mesmo(a).	

Os sujeitos que empregaram o sub-modelo 4b abstraem os mesmos dados do sub-modelo 4a, com exceção do dado “ação de ajuda”. Temos, portanto, como dados abstraídos, neste sub-modelo, o comportamento do(a) amigo(a) fumante, o papel do sujeito e o sentimento do sujeito. Os significados atribuídos aos dados também coincidem com os do sub-modelo 4a. Assim, afirmam que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, sendo considerado um comportamento passível de ajuda. Atribuem ao dado “papel do sujeito” o significado de ajudar seu(sua) amigo(a), sem, no entanto, atribuir a essa ação o significado de impotência, o que diferencia este sub-modelo do anterior. Desta forma, estabelecem como implicações que o comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a atuar pela recuperação do(a) mesmo(a).

Vejamos exemplos que ilustram este sub-modelo:

-"Eu me sentiria ruim e tentaria de todas as formas tirar ela dessa vida. E falaria para ela que tenha pena dela mesmo e de quem gosta dela. E se depois disso tudo ela não parar eu colocaria ela numa casa de repouso."
(S12F)

-"Me sentiria muito mal, eu iria me achar culpada de tudo, pois se sou a melhor amiga dela, ela teria que me contar o porquê que ela começou a fumar. E com certeza iria ajudar ela em tudo que precisar."
(S14F)

1.5.1 Apresentação dos resultados da questão 2 do Contexto Pessoal:

Procederemos à distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos, ao responderem sobre os próprios sentimentos, diante da situação apresentada.

Apresentaremos uma tabela com os resultados obtidos em números absolutos e um gráfico representativo dos resultados em porcentagem.

1.5.1.a Os Modelos Organizadores aplicados:

Tabela 5: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 2 do Contexto Pessoal:

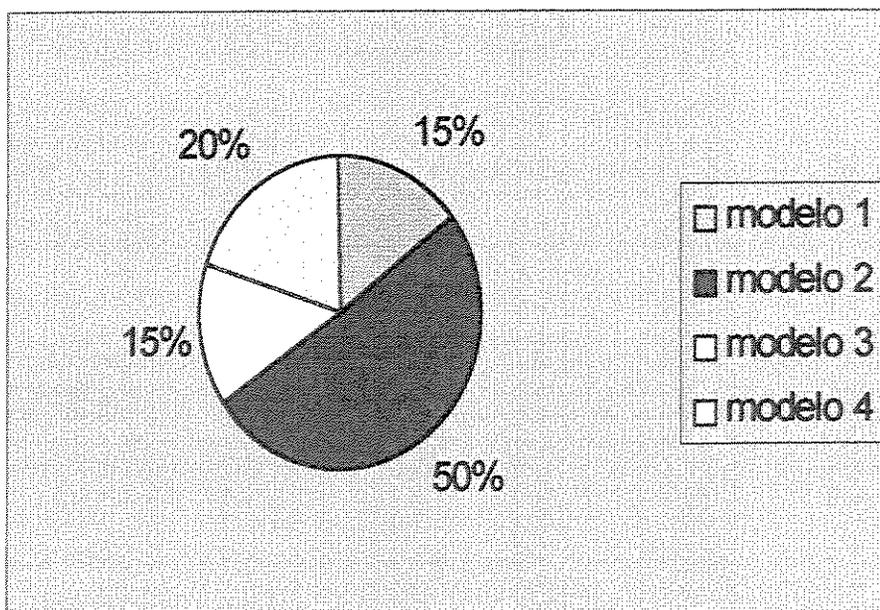
	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			TOTAL
	Σ	1a	1b	Σ	2a	2b	Σ	3a	3b	Σ	4a	4b	
Distribuição dos Modelos	03	01	02	10	02	08	03	01	02	04	02	02	20

Ao analisar esta tabela, podemos notar que:

- Dos 20 sujeitos investigados, apenas três (15% do total da amostra) aplicaram o modelo 1, que se caracteriza pelo fato de considerarem natural o comportamento do(a) amigo(a) fumante. Dentre os três sujeitos, um (33%) aplicou o sub-modelo 1a, que justifica a naturalidade atribuída ao comportamento do(a) fumante através da própria vivência, estando habituado a conviver com usuários de drogas. Os outros dois sujeitos (67%) que aplicaram o sub-modelo 1b, além de julgarem natural o comportamento do(a) amigo(a) fumante, identificam-se com ele, considerando o ato de fumar prazeroso.
- Dez sujeitos (50% do total da amostra) aplicaram o modelo 2, explicitando sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a) fumante. O sub-modelo 2a foi empregado por apenas dois sujeitos (20%), que, além dos sentimentos manifestados, atribuem uma valoração negativa ao comportamento do(a) amigo(a) fumante. Os outros oito sujeitos (80%) que aplicaram o sub-modelo 2b, explicitaram somente sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a).
- O modelo organizador 3 se caracteriza pela tentativa de ajudar o(a) amigo(a) fumante e foi empregado por três sujeitos (15% do total da amostra). Desses três, apenas um sujeito (33%) aplicou o sub-modelo 3a, que condiciona a atitude de ajuda à conduta do(a) amigo(a) fumante, manifestando, também, sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a). Os dois sujeitos (67%) que empregaram o sub-modelo 3b não impõem condições à tentativa de ajuda, como também não abstraem sentimentos como dados significativos.
- Quatro sujeitos (20% de toda a amostra) que aplicaram o modelo 4, explicitam sentimentos negativos causados pelo comportamento do(a) amigo(a) fumante e assumem que o(a) ajudariam. Dois deles (50%), embora manifestem o desejo de ajudar, sentem-se impotentes na sua ação, o que configura o sub-modelo 4a. Os outros dois sujeitos (50%) que empregaram o sub-modelo 4b não abstraem o dado - ação de

ajuda - não aparecendo, também, o sentimento de impotência atribuído à mesma.

Gráfico 5: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 2 do Contexto Pessoal:



Observando o gráfico acima, podemos notar que 15% do total da amostra aplicaram o modelo 1, que considera natural o comportamento do(a) amigo(a) fumante. 50% de toda a amostra explicitaram sentimentos negativos em relação ao comportamento do(a) amigo(a) fumante, empregando o modelo 2, o que é plenamente compreensível, já que a questão 2 do Contexto Pessoal indaga sobre sentimentos. 15% aplicaram o modelo 3, que se caracteriza pela tentativa de ajuda manifestada pelos sujeitos. Curiosamente, os sujeitos que aplicaram o modelo 3, respondem com uma ação à questão que pergunta sobre sentimentos, aparecendo estes somente no sub-modelo 3a. Da mesma forma, os sujeitos que empregaram o modelo 4 (20% de toda a amostra), responderam à questão com

sentimentos e ações, incluindo, portanto, um dado que não está explícito na pergunta.

Analisando os modelos organizadores aplicados em resposta à questão 2 do Contexto Pessoal, sob a perspectiva da manifestação de preocupação com o(a) fumante ou a ausência da mesma, verificamos que apenas no modelo 1, três sujeitos (15% do total da amostra) não expressam preocupação com o(a) amigo(a) fumante. Já nos modelos 2, 3 e 4, todos os 17 sujeitos (85% de toda a amostra), explicitam algum grau de preocupação com o(a) mesmo(a).

Em relação aos sentimentos manifestados, podemos notar que todos estão centrados no(a) amigo(a) fumante, contrariamente ao que aparece na questão 2 do Contexto Impessoal, na qual foram explicitados não só sentimentos referenciados no(a) fumante, como também, sentimentos centrados no sujeito que viu.

Comparando os modelos organizadores aplicados em resposta à questão 2, nos dois Contextos, considerando a ausência de preocupação com o(a) fumante, temos 15 sujeitos (75% do total da amostra) no Contexto Impessoal e três sujeitos (15% de toda a amostra) no Contexto Pessoal. Se compararmos a quantidade de sujeitos que manifestam preocupação com o(a) fumante, verificamos cinco sujeitos (25% de toda a amostra) no Contexto Impessoal e 17 sujeitos (85% do total da amostra) no Contexto Pessoal.

É interessante observar como os dados se invertem com a mudança de contexto.

Um outro aspecto que nos chama a atenção é a inferência de dados que não estão explícitos na pergunta. Vários sujeitos falam de ação ao responderem à questão que indaga sobre sentimentos. Temos no Contexto Pessoal, os modelos 3 e 4, nos quais aparece uma ação de ajuda ao(à) amigo(a) fumante, manifestada por um total de sete sujeitos (35% de toda a amostra). Contrariamente, no Contexto Impessoal, encontramos apenas dois sujeitos (10% do total da amostra) que falam de ação, ao aplicarem o

modelo 3. Cabe ressaltar, porém, que a ação declarada, neste contexto, é punitiva, envolvendo a denúncia do(a) fumante. Mais uma vez fica evidente como a mudança de contexto pode alterar a organização do pensamento. Voltaremos, mais adiante, a essa discussão.

1.6 MODELOS ORGANIZADORES RELATIVOS À QUESTÃO 3 DO CONTEXTO PESSOAL:

P.3 - O que você faria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola? (Explique ao máximo possível a sua resposta)

A questão 3 tencionava identificar as representações que os sujeitos têm da própria ação diante do conflito apresentado.

Ao analisarmos as respostas referentes à essa questão, detectamos apenas três modelos organizadores diferentes:

A) Modelo 1:

Os sujeitos que aplicaram este modelo revelam certa neutralidade em relação ao comportamento do(a) amigo(a) fumante, embora atribuam significados diferentes a ele. Portanto, dividimos o modelo 1 em dois sub-modelos:

Sub-modelo 1a

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Opção pessoal.
Opção do(a) amigo(a) fumante	• É de responsabilidade dele(a).
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados:	
O uso de drogas é uma opção pessoal e de responsabilidade do(a) fumante.	

Neste sub-modelo, os sujeitos abstraem dois dados como significativos: o comportamento do(a) amigo(a) fumante e a opção do(a)

amigo(a) fumante. Atribuem ao comportamento do(a) amigo(a) fumante o significado de opção pessoal, e à opção do(a) amigo(a) fumante o significado de ser responsabilidade do(a) mesmo(a). Assim, nas implicações estabelecidas entre dados e significados, os sujeitos alegam que o uso de drogas é uma opção pessoal e de responsabilidade do(a) fumante.

Segue um exemplo representativo deste sub-modelo:

-“Eu não faria nada, pois se ele escolheu essa vida azar dele.”
(S17F)

Sub-modelo 1b

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Causa identificação com o comportamento do próprio sujeito.
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito se identifica com o comportamento do(a) amigo(a) fumante, manifestando a vontade de fumar também.	

No sub-modelo 1b, os sujeitos abstraem apenas um dado como relevante: o comportamento do(a) amigo(a) fumante. Mas, no significado atribuído ao dado abstraído, revelam identificar-se com este tipo de comportamento, o que diferencia este sub-modelo do anterior. Desta forma, os sujeitos que aplicaram o sub-modelo 1b na questão 3 do Contexto Pessoal estabelecem como implicações, entre dados e significados, a identificação com o comportamento do(a) amigo(a) fumante e a manifestação da vontade de fumar também.

Transcrevemos exemplos que ilustram este sub-modelo:

-“Nada, eu só iria junto com ela.” (S30F)

-“Me juntaria a ela, afinal curtir juntas é melhor que curtir só.”
(S31F)

B) Modelo 2:

Os sujeitos que aplicaram o modelo 2 também abstraem como dado relevante o comportamento do(a) amigo(a) fumante, apesar de atribuírem um significado diferente dos que aparecem nos sub-modelos do modelo 1, considerando ser passível de denúncia o comportamento do(a) amigo(a) fumante.

Modelo 2

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Passível de denúncia.
Papel do sujeito	• Denunciar (à direção ou aos pais)*
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito denuncia o comportamento do(a) amigo(a) fumante à direção da escola ou aos pais.	

* Um dos sujeitos denunciaria à direção e o outro aos pais do(a) amigo(a) fumante.

Abstraem, então, como dados significativos o comportamento do(a) amigo(a) fumante e o papel do sujeito. Significam o primeiro como sendo passível de denúncia e, ao segundo dado, atribuem o significado de denunciar. Deste modo, estabelecem como implicações entre dados e significados que denunciariam seu(sua) amigo(a) à direção da escola ou aos pais dele(a).

Apresentamos as respostas referentes ao modelo 2:

-“Falar com os pais dele sem que ele soubesse que eu falei.” (S24M)

-“Eu pensaria muito ao tomar uma decisão precisa, mas logo eu comunicaria a direção.” (S28F)

C) Modelo 3:

O modelo 3 se caracteriza pelo papel de ajuda atribuído ao sujeito que presenciou a situação, já que consideram o comportamento do(a) amigo(a) fumante como um tipo de conduta passível de ajuda.

Modelo 3

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos aos dados
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	• Passível de ajuda.
Papel do sujeito	• Ajudar (aconselhando, conversando, explicando e mostrando o quanto isso faz mal, pedindo para parar de fumar).*
Implicações e/ou relações estabelecidas entre os dados e significados: O sujeito atuaria para recuperar seu (sua) amigo(a).	

* Cada sujeito manifestou uma ou algumas dessas ações de ajuda.

Abstraem como dados relevantes o comportamento do(a) amigo(a) fumante e o papel do sujeito. Atribuem ao primeiro o significado de ser um comportamento passível de ajuda e, ao segundo, o papel de ajudar.

Assim, nas implicações que estabelecem entre dados e significados, afirmam que atuariam para recuperar seu(sua) amigo(a).

Vejamos exemplos que representam o modelo 3:

-"Iria dar conselhos, perguntar porque ela está fazendo isso, iria tentar resolver essa história da melhor forma possível." (S35F)

-"Com certeza iria conversar muito sério com ela e perguntaria porque ela começou a fumar e com certeza iria ajudá-la em tudo o que ela precisar." (S14F)

-"Iria tentar ajudá-lo com o possível e com o impossível." (S21M)

1.6.1 Apresentação dos resultados da questão 3 do Contexto Pessoal:

Analisaremos os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos ao responderem sobre as representações que têm de suas ações, diante do conflito apresentado, ou seja, o que fariam ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola.

A distribuição dos modelos organizadores será demonstrada em números absolutos e em porcentagem.

1.6.1.a Os Modelos Organizadores aplicados:

Tabela 6: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 3 do Contexto Pessoal:

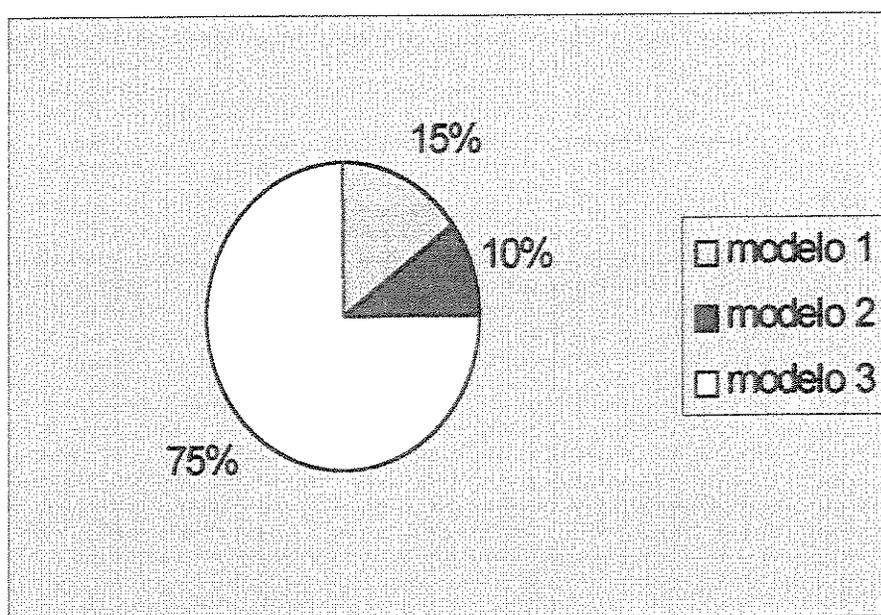
	Modelo 1		Modelo 2	Modelo 3	TOTAL	
	Σ	1a	1b	Σ		
Distribuição dos Modelos	03	01	02	02	15	20

Observando a tabela acima vemos que:

- Dos 20 sujeitos investigados, apenas três (15% de toda a amostra) aplicaram o modelo 1, que revela certa neutralidade em relação ao comportamento do(a) amigo(a) fumante. Desses três, apenas um sujeito (33%) aplicou o sub-modelo 1a, defendendo que o uso de drogas é uma opção pessoal e de responsabilidade do(a) fumante. Os outros dois sujeitos (67%) afirmam identificar-se com o comportamento do(a) amigo(a), manifestando a vontade de fumar também.
- Dois sujeitos (10% de toda a amostra) empregaram o modelo 2, alegando que o(a) amigo(a) fumante deveria ser denunciado à direção ou aos pais.

- O modelo organizador 3 se caracteriza pelo princípio de ajuda ao(a) amigo(a) fumante, presente em todas as respostas dos 15 sujeitos (75% de toda a amostra) que aplicaram o referido modelo.

Gráfico 6: Distribuição dos modelos organizadores aplicados pelos sujeitos na questão 3 do Contexto Pessoal:



Ao analisarmos a distribuição dos modelos organizadores aplicados, evidencia-se um percentual maior concentrado no modelo 3, que se caracteriza pelo papel ativo do sujeito em ajudar seu(sua) amigo(a). Nenhum modelo encontrado, considerando todas as questões analisadas nesta investigação, envolveu um número tão grande de sujeitos, cujas respostas se embasam num mesmo princípio.

Quanto aos percentuais referentes à aplicação dos modelos 1 e 2, 15% e 10% respectivamente, ou seja, 25% de toda a amostra,

contrariamente ao modelo 3, podemos constatar a ausência de preocupação com o(a) amigo(a) fumante.

Comparando os modelos organizadores aplicados em resposta à questão 3 nos dois Contextos, encontramos, quanto à ausência de preocupação com o(a) fumante, 14 sujeitos (70% de toda a amostra) no Contexto Impessoal e cinco sujeitos (25% do total da amostra) no Contexto Pessoal. Ao considerarmos a manifestação de preocupação com o(a) fumante, verificamos, no Contexto Impessoal, seis sujeitos (30% de toda a amostra) e no Pessoal, 15 sujeitos (75% do total da amostra).

Novamente, os resultados obtidos apontam para a influência do aspecto afetivo na organização do pensamento.

2 - ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA COMPLEXIDADE E OS MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO

Neste item, pretendemos evidenciar a complexidade presente nos modelos organizadores aplicados nas seis questões, envolvendo os Contextos Impessoal e Pessoal, constatada através da abstração de dados, atribuição de significados e estabelecimento de implicações frente ao conflito apresentado.

Primeiramente, gostaríamos de retomar as idéias de Morin sobre complexidade, que a define como um fenômeno que envolve uma quantidade extrema de interações e interferências entre um grande número de unidades, que desafiam nossas possibilidades de cálculo. Segundo Morin, há complexidade onde quer que se produza um tal emaranhado de ações, interações e retroações, que nem um computador seria capaz de captar todos os processos em curso. Morin defende, ainda, ser preciso substituir um pensamento que isola e separa, por um pensamento do contexto e do complexo; um pensamento que enfrente a incerteza, que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, compreendendo que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo, assim como o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes. Em outras palavras, ele afirma que, assim como as partes estão dentro do todo, o todo está dentro das partes, e um pensamento coerente com tal concepção é capaz de conceber que o todo surge a partir da interação entre seus elementos constitutivos, ao mesmo tempo que esse todo, que se constituiu, retroage sobre as partes que o constituem.

Escolhemos a teoria dos Modelos Organizadores para fundamentar nossa investigação, por considerarmos que a mesma corresponde aos pressupostos teóricos que acreditamos nos parecendo coerente com as idéias de Morin, já que busca contemplar a complexidade presente na organização do pensamento.

Podemos nos referir ao processo de abstração de dados, atribuição de significados e estabelecimento de implicações, como um fenômeno que envolve uma quantidade extrema de interações e interferências entre um grande número de unidades, que desafiam nossas possibilidades de cálculo e previsão. Deste processo, resultam os Modelos Organizadores do Pensamento.

Estabelecendo um paralelo com as idéias de Morin, talvez possamos definir cada modelo organizador como um todo que surge, a partir da interação entre seus elementos constitutivos. É a união entre a unidade e a multiplicidade. Não existem modelos organizadores sem a inter-relação entre os elementos que os constituem, assim como qualquer alteração nesses elementos leva à construção de novos modelos organizadores. Do que vimos das idéias de Morin, entendemos que existe uma ação, ou retroação, recíproca entre as partes e o todo, entre os elementos que os constituem e os modelos organizadores do pensamento.

Com o objetivo de evidenciar a complexidade dos Modelos Organizadores, que comportam, necessariamente, a mesma complexidade nas etapas que compõem o processo para a sua constituição, procederemos à demonstração de cada uma delas. Ressaltamos que o referido procedimento se justifica apenas para efeito de análise, já que as partes não existem isoladas e somente adquirem sentido em relação com as outras partes, resultando em um todo coerente.

Vejamos, então, a primeira etapa para o levantamento dos Modelos Organizadores, a qual se refere aos dados abstraídos e retidos como relevantes pelos sujeitos investigados, diante da situação apresentada.

Lembremos que, de acordo com a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, nem todos os elementos de uma determinada situação são retidos pelo sujeito, mas somente aqueles que, por motivos variados, são mais significativos para o referido sujeito. Podemos perceber os dados abstraídos a partir da delimitação da idéia central presente nas respostas dos sujeitos.

Apresentamos, a seguir, seis quadros que reúnem todos os dados abstraídos e retidos como significativos pelos 20 sujeitos de nossa investigação, que correspondem às seis questões que envolvem os Contextos Impessoal e Pessoal.

Dados da pergunta 1 do Contexto Impessoal:

P.1 – Um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha. O que você acha disso?

- Comportamento do(a) fumante
- Opção do(a) fumante
- Demais pessoas e alunos
- Saúde do(a) fumante e de outras pessoas
- Papel de quem viu
- Papel dos pais e direção

Dados da pergunta 2 do Contexto Impessoal:

P.2 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola sentiu ao ver isto?

- Comportamento do(a) fumante
- Sentimentos de quem viu
- Pensamentos e sentimentos de quem viu
- Papel de quem viu

Dados da pergunta 3 do Contexto Impessoal:

P.3 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola deveria fazer?

- Comportamento do(a) fumante
- Opção do(a) fumante
- Papel do sujeito que viu
- Comportamento do sujeito que viu
- Papel da direção da escola
- Ação do sujeito que viu

Dados da pergunta 1 do Contexto Pessoal:

P. 1 - Você entra no banheiro da escola e vê seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha. O que você ia achar disso?

- Comportamento do(a) amigo(a) fumante
- Comportamento do próprio sujeito
- Sentimentos do sujeito
- Papel do sujeito
- Ação do sujeito
- Papel do sujeito e dos pais
- Ação de ajuda

Dados da pergunta 2 do Contexto Pessoal:

P.2 - O que você sentiria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

- Comportamento do(a) amigo(a) fumante
- Comportamento do próprio sujeito
- Sentimentos do sujeito
- Papel do sujeito
- Ação de ajuda

Dados da pergunta 3 do Contexto Pessoal:

P.3 - O que você faria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

- Comportamento do(a) amigo(a) fumante
- Opção do(a) amigo(a) fumante
- Papel do sujeito

É interessante observar como, partindo de uma mesma pergunta, comum a todos os sujeitos, eles abstraem dados tão diferentes da situação. Ao perguntarmos sobre *Um(a) aluno(a) que entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha*, nossos sujeitos levaram em consideração, ou abstrairam, dados tão diversos, como: O comportamento do(a) fumante; sua opção de fazer aquilo; as demais pessoas e alunos da escola; a saúde do(a) fumante e de outras pessoas; o papel de quem viu; e o papel dos pais e direção.

Tal fato demonstra as diferentes influências que nossa mente recebe ao termos que julgar determinadas situações. Dentre tais influências, voltando à discussão das ações e retroações entre partes e todo, podemos pensar que

os modelos organizadores que os sujeitos já possuíam, naquele momento, interferiram nos dados que eles abstraíram da situação proposta, e isso pode influenciar na construção de novos modelos, a partir de outros fatores presentes nos momentos específicos dos juízos e ações.

Após o levantamento dos dados abstraídos, passaremos a considerar os significados atribuídos pelos sujeitos a cada um desses dados. Recordemos que, segundo a teoria dos Modelos Organizadores do pensamento, abstrair um dado de uma situação é diferenciá-lo do conjunto dos demais dados, o que pressupõe a atribuição de significado, em função da qual o referido dado se distingue do conjunto. A atribuição de significados é, portanto, um ato inerente a toda abstração de dados, sendo, também, condição imprescindível para que um dado seja considerado pertinente a um modelo organizador.

Novamente podemos nos remeter às idéias de Morin sobre a complexidade, ao observarmos a grande variedade de significados que podem ser atribuídos a um mesmo dado.

Verifiquemos todos os significados atribuídos a cada um dos dados nas seis questões dos Contextos Impessoal e Pessoal:

Pergunta 1 do Contexto Impessoal:

P.1 – Um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha. O que você acha disso?

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos
Comportamento do(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • Opção pessoal • Negativo • Inadequado • Causa influência • Passível de ajuda • Problemático • Destrutivo
Opção do(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • É de responsabilidade do(a) usuário(a)

Demais pessoas e alunos	<ul style="list-style-type: none"> • Passíveis de influência
Saúde do(a) fumante e de outras pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Pode ser prejudicada
Papel de quem viu	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar e/ou solicitar ajuda (dos pais e direção)
Papel dos pais e direção	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar o(a) fumante

Pergunta 2 do Contexto Impessoal:

P.2 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola sentiu ao ver isto?

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos
Comportamento do(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • Pode causar sentimentos negativos no sujeito • Pode causar identificação com o comportamento do próprio sujeito • Causa sentimentos negativos no sujeito • Demanda punição • Causa sentimentos negativos no sujeito e preocupação com o (a) fumante
Sentimentos de quem viu	<ul style="list-style-type: none"> • Estão condicionados ao fato de o sujeito estar acostumado a fumar ou a ver alguém fumando • Raiva, ódio, medo, vergonha, constrangimento • Sentiu-se assustado • Dó, tristeza, estranheza, pena, preocupação, espanto, abalo
Pensamentos e sentimentos de quem viu	<ul style="list-style-type: none"> • Ambivalência • Pode desejar fumar também
Papel de quem viu	<ul style="list-style-type: none"> • Punir

Pergunta 3 do Contexto Impessoal:

P.3 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola deveria fazer?

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos
Comportamento do(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • Opção pessoal • Pode provocar identificação com o comportamento do próprio sujeito • Passível de denúncia • Passível de conselhos • Passível de orientação
Opção do(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • Merecedora de respeito
Papel do sujeito que viu	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar o(a) fumante • Ficar quieto • Comunicar a direção da escola • Aconselhar • Orientar • Comunicar os pais do(a) fumante e/ou a direção da escola
Comportamento do sujeito que viu	<ul style="list-style-type: none"> • Está condicionado ao fato de ele gostar ou não de fumar maconha
Papel da direção da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a ordem social
Ação do sujeito que viu	<ul style="list-style-type: none"> • Está condicionada ao fato de ser ou não amigo do(a) fumante

Pergunta 1 do Contexto Pessoal:

P. 1 - Você entra no banheiro da escola e vê seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha. O que você ia achar disso?

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • Opção pessoal • Natural • Provoca identificação com o comportamento do próprio sujeito • Causa sentimentos negativos no sujeito • Passível de conselho, conversa • Negativo • Passível de alerta • Passível de ajuda
Comportamento do próprio sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Prazeroso

Sentimentos do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Dó, raiva, desprezo, tristeza, horror, pena, chateação
Papel do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Aconselhar, conversar • Alertar • Ajudar
Ação do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Está condicionada à reação do(a) amigo(a) fumante
Papel do sujeito e dos pais	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar
Ação de ajuda	<ul style="list-style-type: none"> • Conversar e comunicar os pais

Pergunta 2 do Contexto Pessoal:

P.2 - O que você sentiria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • É natural • Causa identificação com o comportamento do próprio sujeito • É errado • Causa sentimentos negativos no sujeito • Destrutivo • Passível de ajuda
Comportamento do próprio sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Está acostumado a conviver com usuários de drogas • Prazeroso
Sentimentos do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Sentir-se-ia mal • Tristeza, pena, abalo, chateação, decepção, dor, mágoa, dó, choque • Ficaria péssimo • Ficaria mal e se sentiria impotente
Papel do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar • Tentar aconselhar e tirar dessa vida
Ação de ajuda	<ul style="list-style-type: none"> • Está condicionada à reação do(a) amigo(a) fumante • É insuficiente para modificar o comportamento do(a) amigo(a) fumante

Pergunta 3 do Contexto Pessoal:

P.3 - O que você faria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

Dados abstraídos e retidos como significativos	Significados atribuídos
Comportamento do(a) amigo(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • Opção pessoal • Causa identificação com o comportamento do próprio sujeito • Passível de denúncia • Passível de ajuda
Opção do(a) amigo(a) fumante	<ul style="list-style-type: none"> • É de responsabilidade do(a) fumante
Papel do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> • Denunciar (à direção ou aos pais) • Ajudar (aconselhando, conversando, explicando e mostrando o quanto isso faz mal, pedindo para parar de fumar)

Chama-nos a atenção que um mesmo dado tenha sido abstraído por todos os sujeitos em todos os modelos aplicados em resposta às seis questões dos Contextos Impessoal e Pessoal: *comportamento do(a) fumante e comportamento do(a) amigo(a) fumante*.

Embora o referido dado tenha sido abstraído por todos os sujeitos investigados, encontramos uma grande variedade de significados atribuídos ao mesmo. Este é um elemento central que corrobora os pressupostos da teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, pois é interessante observar como um mesmo dado da realidade pode receber atribuições de significados tão diferentes, às vezes pelo mesmo sujeito. Apenas para exemplificar, dentre os significados atribuídos a esse dado, encontramos: opção pessoal; negativo; inadequado; causa influência; passível de ajuda; problemático; destrutivo; natural; causa identificação com o comportamento do próprio sujeito; errado; causa sentimentos negativos no sujeito, etc.

Neste sentido, tal fato nos ajuda a compreender a complexidade presente na organização do pensamento e a pensar como a

multidimensionalidade constituinte do psiquismo humano pode interferir na sua explicação. Isto, porém, será objeto de discussões posteriores.

Faremos referência, agora, às implicações estabelecidas que, conforme a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, surgem do significado outorgado ao dado abstraído, consistindo nas conseqüências concretas em uma determinada situação. Ou seja, dependendo dos dados abstraídos e dos significados atribuídos aos mesmos, os sujeitos elaboram implicações de diferentes ordens. É esse processo que possibilita a identificação dos modelos organizadores. Portanto, dados, significados e implicações existem numa relação de dependência recíproca, não sendo possível separá-los. Estamos procedendo desta maneira apenas para demonstrar a complexidade inerente à constituição de um modelo. Não há nada pré-determinado; os modelos surgem a partir das relações estabelecidas pelos sujeitos entre dados e significados, resultando em implicações referentes à uma situação.

Apresentaremos as implicações estabelecidas em cada uma das seis questões que envolvem os Contextos Impessoal e Pessoal, reforçando que elas surgem da coordenação entre dados e significados.

Pergunta 1 do Contexto Impessoal:

P.1 – Um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha. O que você acha disso?

Implicações e/ou relações estabelecidas entre dados e significados
<ul style="list-style-type: none"> • O uso de drogas é opção e responsabilidade de cada um. • Apesar de ser uma conduta negativa, a opção do(a) usuário(a) é de responsabilidade dele(a). • O comportamento do(a) fumante é inadequado, porque influencia/prejudica as demais pessoas. • O comportamento do(a) fumante prejudica a saúde dele(a) e de outras pessoas. • O comportamento do(a) fumante é destrutivo, sendo passível de ajuda. Assim, o sujeito que viu deve ajudá-lo(a) e/ou solicitar ajuda dos pais e direção.

Pergunta 2 do Contexto Impessoal:

P.2 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola sentiu ao ver isto?

Implicações e/ou relações estabelecidas entre dados e significados

- O comportamento do(a) fumante pode causar sentimentos negativos no sujeito que viu, dependendo do fato de ele estar acostumado a fumar ou a ver alguém fumando maconha.
- O comportamento do(a) fumante pode despertar, no sujeito que viu, sentimentos ambivalentes e a vontade de fumar também.
- O comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.
- O comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito e faz com que o mesmo tome uma atitude punitiva.
- O comportamento do(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito e preocupação com o(a) mesmo(a).

Pergunta 3 do Contexto Impessoal:

P.3 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola deveria fazer?

Implicações e/ou relações estabelecidas entre dados e significados

- O uso de drogas é uma opção pessoal e deve ser respeitada.
- O sujeito pode se identificar com o comportamento do(a) fumante e querer fumar também. Mas, se não gosta de maconha, deve ficar quieto.
- O sujeito comunica à direção da escola sobre o comportamento do(a) fumante, para que esta tome as providências cabíveis.
- O sujeito deve aconselhar o(a) fumante somente se for amigo do(a) mesmo(a).
- O sujeito deve aconselhar o(a) fumante.
- O sujeito deve orientar o(a) fumante e comunicar a direção da escola e/ou os pais do(a) mesmo(a).

Pergunta 1 do Contexto Pessoal:

P. 1 - Você entra no banheiro da escola e vê seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha. O que você ia achar disso?

Implicações e/ou relações estabelecidas entre dados e significados

- O uso de drogas é opção de cada um e é normal.
- O sujeito considera que o uso de drogas é uma opção pessoal e se identifica com o comportamento do(a) amigo(a) fumante, por considerar este ato prazeroso.

- O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.
- O sujeito condiciona sua ajuda à conduta do(a) amigo(a) fumante.
- O sujeito vai alertar o(a) amigo(a) fumante sobre o seu comportamento.
- O sujeito atua para recuperar seu(sua) amigo(a).
- O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a atuar para a recuperação do(a) mesmo(a) e a comunicar seus pais.

Pergunta 2 do Contexto Pessoal:

P.2 - O que você sentiria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

Implicações e/ou relações estabelecidas entre dados e significados

- O sujeito considera natural o ato de fumar maconha por estar acostumado a conviver com usuários de drogas.
- O sujeito se identifica com o comportamento do(a) amigo(a) fumante, manifestando a vontade de fumar também, por considerar este ato natural e prazeroso.
- O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito por ser algo errado.
- O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito.
- O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a condicionar sua ajuda à conduta do(a) mesmo(a).
- O sujeito tentaria ajudar seu(sua) amigo(a).
- O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a sentir-se impotente em sua ação.
- O comportamento do(a) amigo(a) fumante causa sentimentos negativos no sujeito, levando-o a atuar pela recuperação do(a) mesmo(a).

Pergunta 3 do Contexto Pessoal:

P.3 - O que você faria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

Implicações e/ou relações estabelecidas entre dados e significados

- O uso de drogas é uma opção pessoal e de responsabilidade do(a) fumante.
- O sujeito se identifica com o comportamento do(a) amigo(a) fumante, manifestando a vontade de fumar também.
- O sujeito denuncia o comportamento do(a) amigo(a) fumante à direção da escola ou aos pais.
- O sujeito atuaria para recuperar seu(sua) amigo(a).

Podemos observar a complexidade do funcionamento psíquico, através dos diferentes significados atribuídos aos dados que cada um dos sujeitos da amostra abstraiu e reteve como significativos, resultando em uma grande variedade de implicações estabelecidas, o que deu origem aos diversos modelos organizadores aplicados em resposta às questões propostas neste estudo.

É interessante observar como perguntas simples e objetivas geraram um universo tão rico e diversificado de respostas, revelando a complexidade da organização do pensamento, o que reflete diretamente na maneira das pessoas julgarem, sentirem e agirem. Dentre as explicações que encontramos para isso, está o processo de abstração de dados, atribuição de significados e estabelecimento de implicações, além de outros aspectos como os desejos, sentimentos e valores de cada indivíduo, e as inferências que possa fazer. Ou seja, a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento possibilita a inclusão de elementos como a imaginação e a fantasia, na explicação sobre o funcionamento mental.

Podemos recorrer a uma outra forma de entendermos a complexidade deste funcionamento, que é complementar à anterior: a multidimensionalidade do sujeito psicológico, defendida por Araújo, U. (1999). Segundo este autor, várias dimensões constituem o sujeito psicológico e afetam as relações intra e interpsíquicas que estabelece consigo mesmo e com o mundo físico, interpessoal e sociocultural em que vive. No momento em que somos solicitados a resolver conflitos, uma série de variáveis interfere em nossos pensamentos e ações, e isso descortina caminhos de indeterminação e incerteza. Para melhor compreendermos como isto ocorre, usaremos um exemplo apresentado por Araújo, U. no livro *Conto de Escola* (1999):

“O self de um determinado sujeito foi construído tendo o valor honestidade integrado a seu núcleo central. Esse sujeito encontra-se com fome, sem condições financeiras para adquirir alimentos e está

diante da possibilidade de roubar comida de um estabelecimento. Essa situação dilemática solicita uma ação baseada em seus juízos morais e envolve aspectos intra e interpessoais: o valor da honestidade, construído historicamente e organizado cognitivamente em seu self, contrapõe-se a uma necessidade biológica premente, amplificada pela presença perceptiva de um alimento. Nesse jogo psíquico dinâmico vários elementos estão presentes e a intensidade energética presente no valor em jogo (junto com outros valores que podem atuar simultaneamente) influi como regulador da ação a ser realizada. Como a honestidade é central para esse sujeito, ele poderá não roubar para não desestabilizar seu equilíbrio psíquico, ou para não experimentar os sentimentos morais (como vergonha e culpa) que poderão decorrer da ação de violar um valor que lhe é essencial. Tudo isso, porém, pode ser relativo, dependendo da intensidade da fome e das condições externas em que se encontra o alimento: quem o possui; a possibilidade de ser flagrado ou não roubando; o tipo de alimento disponível. Esses são exemplos de situações que podem influir no tipo de juízo e no tipo de ação de nosso personagem. Ele pode decidir roubar ou, dependendo da situação, encontrar outras alternativas.” (p.77).

A situação relatada acima, assim como os dados de nossa investigação, nos ajudam a entender melhor a complexidade dos modelos organizadores aplicados, ao considerarmos as inúmeras variáveis que podem interferir no julgamento dos sujeitos, na atribuição de sentimentos e na representação da ação, diante de um conflito.

Não sabemos se, dentre os sujeitos de nossa amostra, há algum dependente químico, que tenha usado drogas ou vivido esta situação com familiares e amigos. Ou, ainda, se já se sentiram ameaçados ou intimidados por usuários de drogas, o que talvez possa levá-los a deslocar o foco de suas preocupações do fumante para outras pessoas.

Assim, as relações envolvidas, as experiências pessoais, os valores e crenças, o ambiente escolar e o que ele representa para cada um, são alguns dos vários fatores que, com maior ou menor intensidade, afetam a organização do pensamento, associados à percepção de cada indivíduo, o que comporta, ainda, sentimentos, desejos e inferências que possa fazer. É este emaranhado de fatores que afeta decisivamente o juízo e a ação das pessoas, como veremos, a seguir.

3 - ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O JUÍZO E A REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO

Buscando responder à 2ª questão proposta nesta investigação, procederemos à análise das questões 1 e 3 de cada contexto, separadamente. Nossa escolha se deve ao fato de que a questão 1 indaga sobre um julgamento a respeito de uma determinada situação e a questão 3 pergunta sobre a ação do sujeito na mesma situação. Acreditamos poder estabelecer alguma relação entre os juízos e as representações que os sujeitos têm de suas ações, analisando os modelos organizadores aplicados nas duas questões em cada contexto.

Para isso, observamos semelhanças e diferenças presentes nas várias implicações estabelecidas pelos sujeitos em cada modelo. Dentre essas semelhanças, abstraímos, como elementos mais significativos, a manifestação de preocupação com o(a) fumante e a ausência de preocupação com o(a) mesmo(a), o que nos permitiu criar duas categorias de modelos:

CATEGORIA A - Composta pelos modelos organizadores que apresentam implicações das quais podemos depreender a ausência de preocupação com o(a) fumante. Nesta categoria, encontramos respostas que defendem a idéia de que o(a) aluno(a) que viu o(a) fumante não deveria fazer nada, ou deveria denunciá-lo(a), ou ainda, adotar uma atitude punitiva. Estão também incluídos na categoria A, os modelos organizadores cujas implicações expressam preocupação com a saúde ou com os sentimentos de outras pessoas, não havendo preocupação com o(a) próprio(a) fumante.

CATEGORIA B - Composta pelos modelos organizadores que demonstram, embora em graus diferentes, alguma preocupação com o(a) fumante.

Iniciando pelo Contexto Impessoal, observamos que, tanto na questão 1 como na 3, os modelos aplicados que explicitam a ausência de preocupação com o(a) fumante são o 1 e o 2, e os modelos nos quais os sujeitos manifestam preocupação com o(a) fumante são o 3 e o 4. Assim, os modelos 1 e 2 compõem a CATEGORIA A e os modelos 3 e 4 a CATEGORIA B.

Criamos um quadro para demonstrar o percentual de sujeitos, em cada questão, que se incluem nas categorias A e B, para facilitar a comparação.

Tabela 7 - Percentual de sujeitos distribuídos entre as Categorias A e B, considerando as questões 1 e 3 do Contexto Impessoal:

CONTEXTO IMPESSOAL	CATEGORIA A	CATEGORIA B
Pergunta 1 JUÍZO	53%	47%
Pergunta 3 REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO	70%	30%

Podemos perceber que, tanto na questão 1, que envolve juízo, quanto na 3, que envolve a representação da ação, há um percentual maior de sujeitos concentrados na Categoria A, ou seja, que não demonstram preocupação com o(a) fumante. Conseqüentemente, encontramos um percentual menor de sujeitos na Categoria B, nas duas questões, que explicitam preocupação com o(a) fumante. Porém, notamos, ainda, que a diferença entre os percentuais, ao compararmos as duas categorias de modelos referentes à mesma questão, é muito maior na questão 3 do que na 1. Melhor explicando,

observamos percentuais mais equilibrados na questão 1, quando se trata de julgar uma situação. Contrariamente, quando se trata de uma situação em que o sujeito é solicitado a agir, o percentual de indivíduos que não demonstram preocupação com o(a) fumante é muito maior (70%).

Acreditamos ter um indício, através dos dados apresentados, de como as pessoas julgam e agem de maneiras distintas. A manifestação de preocupação com o(a) fumante parece ser mais comum quando envolve um julgamento do que quando envolve uma ação. Isso nos traz reflexões éticas, fazendo-nos pensar a respeito do que motiva um sujeito a assumir uma atitude de ajuda e solidariedade. Talvez possamos inferir que um julgamento generoso seja influência de nossa cultura judaico-cristã, o que não se traduz, necessariamente, em gestos concretos de generosidade.

Vejamos, agora, as questões 1 e 3 do Contexto Pessoal.

Procedendo da mesma maneira, se agruparmos os modelos aplicados nas duas questões, de acordo com a perspectiva escolhida (manifestação de preocupação com o(a) fumante e ausência de preocupação com o(a) mesmo(a)), temos o seguinte:

- na 1ª pergunta, a ausência de preocupação com o(a) fumante aparece apenas no modelo 1, sendo que nos modelos 2, 3 e 4, os sujeitos manifestam preocupação com o(a) mesmo(a).
- na 3ª pergunta, a ausência de preocupação está explícita nos modelos 1 e 2, aparecendo no modelo 3, a preocupação com o(a) fumante.

Assim, temos na Categoria A, o modelo 1 da 1ª questão e os modelos 1 e 2 da questão 3. Composto a Categoria B, encontramos os modelos 2, 3 e 4 da 1ª questão e o modelo 3 da 3ª questão.

Representamos em um quadro o percentual de sujeitos em cada questão, distribuídos segundo a perspectiva escolhida.

Tabela 8 - Percentual de sujeitos distribuídos entre as Categorias A e B, considerando as questões 1 e 3 do Contexto Pessoal:

CONTEXTO PESSOAL	CATEGORIA A	CATEGORIA B
Pergunta 1 JUÍZO	26%	74%
Pergunta 3 REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO	25%	75%

Podemos notar que, tanto na questão 1, que se refere a um julgamento, quanto na 3, que implica uma ação, encontramos um percentual maior de sujeitos concentrados na Categoria B, que compreende os modelos que expressam preocupação com o(a) fumante. Inversamente, constatamos, nas duas questões, uma porcentagem menor de sujeitos na Categoria A, que engloba os modelos que não explicitam preocupação com o(a) fumante.

É interessante observar como os percentuais, nas duas categorias de modelos, se assemelham, não apresentando discrepância entre as questões 1 e 3. Segundo os dados obtidos, podemos afirmar que os sujeitos, no Contexto Pessoal, apresentam maior coerência entre os juízos que emitem e as representações de suas ações.

Para discutir o dado anterior, referente aos resultados encontrados no Contexto Impessoal, recorreremos a Araújo, U., que afirma ser *“comum encontrar nos seres humanos uma dissociação entre o que pensam, o julgamento que fazem das situações dilemáticas cotidianas com que defrontam e seu comportamento quando têm que intervir diretamente nessas situações”* (1999, p.53).

Concordamos com o referido autor quando defende a necessidade de modelos teóricos que consigam romper a dicotomia entre razão e emoção, juízo e ação, através da busca de novos paradigmas nas investigações sobre moralidade. Não acreditamos numa cisão radical entre juízo e ação, quando se trata de um mesmo sujeito que pensa e age sobre o mundo. Mas, como Araújo, U., defendemos que os aspectos psicológicos desse sujeito devam integrar as teorias sobre moralidade, incluindo os sentimentos e as emoções que também regulam a relação desse sujeito com o mundo.

Assim, Araújo, U. reforça que:

“ Os estudos sobre a afetividade e os sentimentos, sua relação com os aspectos cognitivos da razão humana e a integração desses elementos na identidade dos sujeitos psicológicos podem ser um caminho promissor para compreender a moralidade e a motivação que leva os sujeitos a agir em concordância ou não com seus juízos”
(1999, p.53)

Com base nas idéias de Araújo, U., podemos constatar que no Contexto Pessoal, o qual pressupõe a existência de um envolvimento afetivo (por ter visto o(a) amigo(a) fumando), os sujeitos demonstram maior coerência entre seus juízos e as representações que têm de suas ações. Contrariamente, no Contexto Impessoal, no qual os sujeitos foram solicitados a emitir julgamentos e atribuir ações relativas a um “estranho” ou desconhecido, observamos maior dissociação entre juízo e ação.

Parece que tais dados nos trazem evidências significativas do papel da afetividade e dos sentimentos na organização do pensamento, motivando os sujeitos a agirem em concordância ou não com seus juízos.

Na Categoria B, do Contexto Pessoal, a maioria dos sujeitos demonstra, tanto em seus julgamentos, quanto na representação de suas ações, preocupação com seus(suas) amigos(as) fumantes. Observamos, portanto, que, no referido Contexto, os julgamentos e as representações

que os sujeitos têm de suas ações coincidem, ao expressarem, igualmente, preocupação com seus (suas) amigos(as).

Talvez possamos inferir que o aspecto afetivo leva as pessoas a assumirem atitudes mais éticas, baseadas em valores como solidariedade, generosidade e responsabilidade.

4- ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CONTEXTOS IMPESSOAL E PESSOAL

Neste item, procederemos à comparação entre os modelos organizadores aplicados pelos sujeitos ao responderem às questões referentes ao Contexto Impessoal e os modelos organizadores empregados na resolução das questões que envolvem o Contexto Pessoal.

Pretendemos verificar se o julgamento, a atribuição de sentimentos e a representação da ação explicitados pelos indivíduos em relação a uma situação que apresenta um conflito moral, dentro de um Contexto Impessoal, seriam os mesmos se estes indivíduos estivessem supostamente envolvidos na referida situação.

Mantivemos os procedimentos descritos no item 3, ao analisarmos as relações entre juízo e representação da ação, agrupando os modelos organizadores em categorias, de acordo com o critério por nós escolhido. A Categoria A, compreende, pois, os modelos organizadores, dos quais podemos depreender a ausência de preocupação com o(a) fumante e a Categoria B, que engloba os modelos que demonstram preocupação com o(a) fumante.

Assim, temos os modelos organizadores aplicados em cada questão, distribuídos conforme as categorias estabelecidas.

Tabela 9 - Distribuição dos modelos organizadores nas Categorias A e B, considerando as seis questões referentes ao Contexto Impessoal e Pessoal:

PERGUNTAS		CATEGORIA A	CATEGORIA B
		modelos	modelos
CONTEXTO IMPESSOAL	1	1 e 2	3 e 4
	2	1, 2 e 3	4
	3	1 e 2	3 e 4
CONTEXTO PESSOAL	1	1	2, 3 e 4
	2	1	2, 3 e 4
	3	1 e 2	3

Segundo o quadro representativo da distribuição dos modelos organizadores aplicados em cada questão, encontramos na **Categoria A**:

- os modelos 1 e 2 da questão 1 do Contexto Impessoal
- os modelos 1, 2 e 3 da questão 2 do Contexto Impessoal
- os modelos 1 e 2 da questão 3 do Contexto Impessoal
- o modelo 1 da questão 1 do Contexto Pessoal
- o modelo 1 da questão 2 do Contexto Pessoal
- os modelos 1 e 2 da questão 3 do Contexto Pessoal

Temos na **Categoria B**:

- os modelos 3 e 4 da questão 1 do Contexto Impessoal
- o modelo 4 da questão 2 do Contexto Impessoal
- os modelos 3 e 4 da questão 3 do Contexto Impessoal
- os modelos 2, 3 e 4 da questão 1 do Contexto Pessoal
- os modelos 2, 3 e 4 da questão 2 do Contexto Pessoal
- o modelo 3 da questão 3 do Contexto Pessoal

Procederemos, neste momento, a uma análise comparativa entre as questões dos Contextos Impessoal e Pessoal, através das categorias descritas, explicitando a quantidade de sujeitos em cada uma delas.

Vejamos a pergunta 1, considerando os dois contextos:

P.1 – Um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha. O que você acha disso? (Contexto Impessoal)

P.1 - Você entra no banheiro da escola e vê seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha. O que você ia achar disso? (Contexto Pessoal)

Tabela 10 - Distribuição dos sujeitos entre as Categorias A e B, considerando a questão 1 dos Contextos Impessoal e Pessoal:

	CATEGORIA A		CATEGORIA B		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
CONTEXTO IMPESSOAL	9	53%	8	47%	17*	100%
CONTEXTO PESSOAL	5	26%	14	74%	19*	100%

*Lembramos que três sujeitos foram excluídos da análise da questão 1 do Contexto Impessoal e um sujeito foi descartado da análise da questão 1 do Contexto Pessoal.

Observando o quadro referente à pergunta 1 dos Contextos Impessoal e Pessoal, temos o seguinte:

- na Categoria A, encontramos nove sujeitos (53% do total da amostra) no Contexto Impessoal e cinco sujeitos (26% de toda a amostra) no Contexto Pessoal que, ao responderem à questão 1, não demonstram preocupação com o(a) fumante.
- na Categoria B, verificamos oito sujeitos (47% do total da amostra) no Contexto Impessoal e 14 sujeitos (74% de toda a amostra) no Contexto Pessoal que, ao responderem à 1ª questão, manifestam preocupação com o(a) fumante.

Como a questão que estamos discutindo solicita um julgamento mais aberto em relação à situação apresentada, encontramos no Contexto Impessoal, como já visto anteriormente, percentuais mais equilibrados entre as Categorias A e B. Quando se trata de um “estranho”, as opiniões parecem se dividir entre a ausência de preocupação e a manifestação de preocupação com o(a) fumante.

Contrariamente, no Contexto Pessoal, observamos que o número de sujeitos que não demonstram preocupação com o(a) fumante (26% do total da amostra), cai significativamente em relação aos que explicitam preocupação (74% de toda a amostra).

Vejamos, agora, como os sujeitos se distribuem nas Categorias A e B, frente à pergunta 2, que indaga sobre sentimentos:

P.2 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola sentiu ao ver isto? (Contexto Impessoal)

P.2 - O que você sentiria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola? (Contexto Pessoal)

Tabela 11 - Distribuição dos sujeitos entre as Categorias A e B, considerando a questão 2 dos Contextos Impessoal e Pessoal:

	CATEGORIA A		CATEGORIA B		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
CONTEXTO IMPESSOAL	15	75%	5	25%	20	100%
CONTEXTO PESSOAL	3	15%	17	85%	20	100%

Temos, na Categoria A, 15 sujeitos (75% do total da amostra) no Contexto Impessoal e três sujeitos (15% de toda a amostra) no Contexto

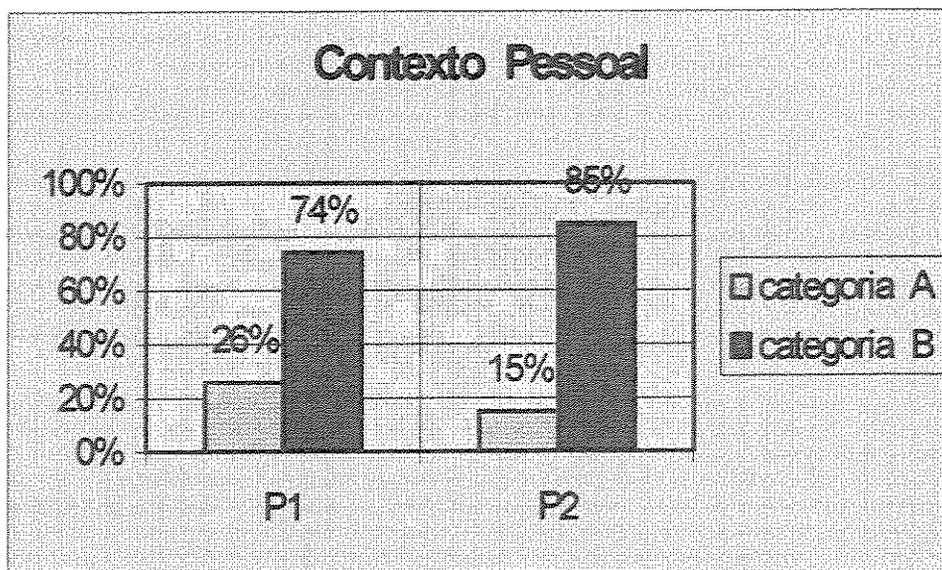
Pessoal, que não explicitam preocupação com o(a) fumante, ao responderem à questão 2.

Encontramos, na Categoria B, cinco sujeitos (25% do total da amostra) no Contexto Impessoal e 17 sujeitos (85% de toda a amostra) no Contexto Pessoal, que expressam em suas respostas preocupação com o(a) fumante.

Notamos aqui uma grande discrepância entre as categorias A e B, que apresentam resultados opostos, ao compararmos os diferentes contextos. A maioria dos sujeitos que não demonstram preocupação com o(a) fumante no Contexto Impessoal, passa a demonstrar quando mudamos para o Contexto Pessoal.

Agora, façamos a comparação entre as questões 1 e 2 do Contexto Pessoal, como demonstra o gráfico 7.

Gráfico 7 - Percentual de sujeitos nas Categorias A e B, considerando as questões 1 e 2 do Contexto Pessoal:

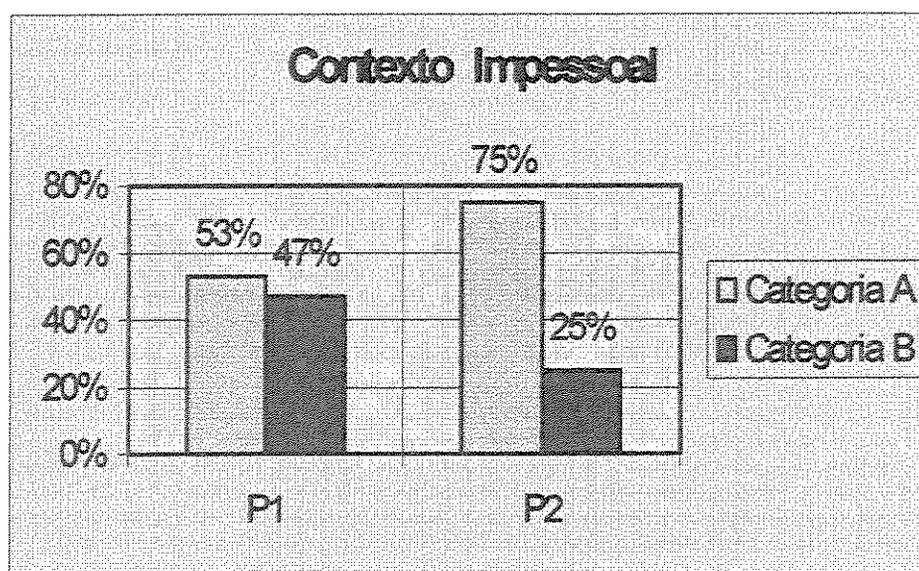


Se compararmos as questões 1 e 2, podemos observar que os resultados obtidos no Contexto Pessoal se mantêm próximos, concentrando maior número de sujeitos na Categoria B, que envolve preocupação com

o(a) fumante. Ou seja, tanto com relação ao julgamento espontâneo da situação (P1), como com relação à atribuição de sentimentos (P2), a maioria dos sujeitos expressa preocupação com o(a) amigo(a) fumante.

Os dados referentes ao Contexto Impessoal se mostram diferentes, como podemos ver no gráfico 8.

Gráfico 8 - Percentual de sujeitos nas Categorias A e B, considerando as questões 1 e 2 do Contexto Impessoal:



Enquanto temos percentuais mais equilibrados entre as Categorias A e B, quando se trata de emitir um julgamento sobre a situação (P1), ao indagarmos sobre a atribuição de sentimentos (P2), os percentuais apresentam grande diferença entre as referidas Categorias.

Reforçando a idéia que já explicitamos anteriormente, parece-nos que as pessoas são capazes de emitir um julgamento que demonstra preocupação, quando se trata de uma situação que envolve um "estranho" ou desconhecido. Mas a mesma preocupação não aparece, quando se trata da atribuição de sentimentos referenciados nesse desconhecido.

Verifiquemos os resultados da questão 3, que indaga sobre ação.

P.3 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola deveria fazer? (Contexto Impessoal)

P.3 - O que você faria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola? (Contexto Pessoal)

Tabela 12 - Distribuição dos sujeitos entre as Categorias A e B, considerando a questão 3 dos Contextos Impessoal e Pessoal:

	CATEGORIA A		CATEGORIA B		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
CONTEXTO IMPESSOAL	14	70%	6	30%	20	100%
CONTEXTO PESSOAL	5	25%	15	75%	20	100%

Na Categoria A, encontramos 14 sujeitos (70% de toda a amostra) no Contexto Impessoal e cinco sujeitos (25% do total da amostra) no Contexto Pessoal, que não demonstram preocupação com o(a) fumante.

Na Categoria B, temos seis sujeitos (30% de toda a amostra) no Contexto Impessoal e 15 sujeitos (75% do total da amostra) no Contexto Pessoal, que manifestam preocupação com o(a) fumante.

Os resultados encontrados na questão 3 se aproximam dos obtidos na questão 2. Um grande número de sujeitos que não demonstram preocupação com o(a) fumante no Contexto Impessoal, passa a demonstrar, quando se trata do Contexto Pessoal (ver gráficos 9 e 10, a seguir).

Gráfico 9 - Percentual de sujeitos nas Categorias A e B, considerando as questões 2 e 3 do Contexto Impessoal:

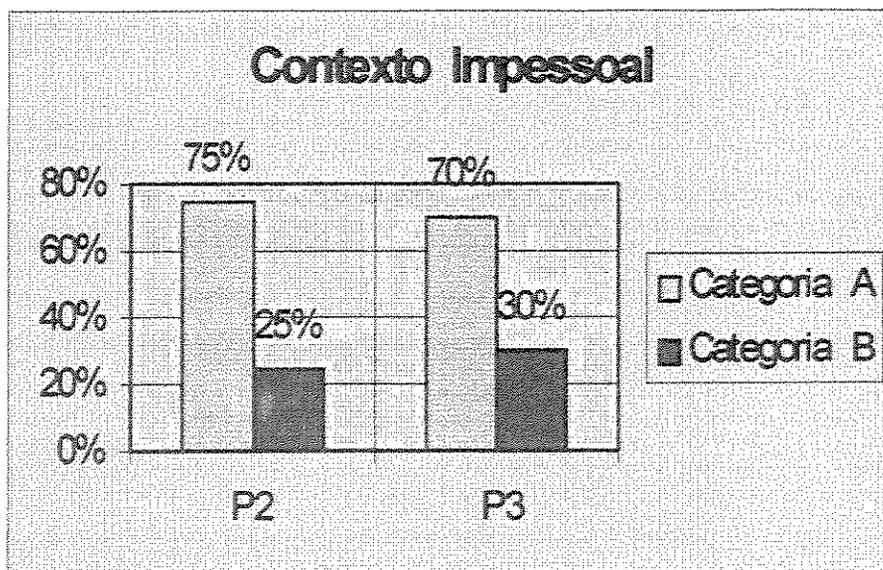
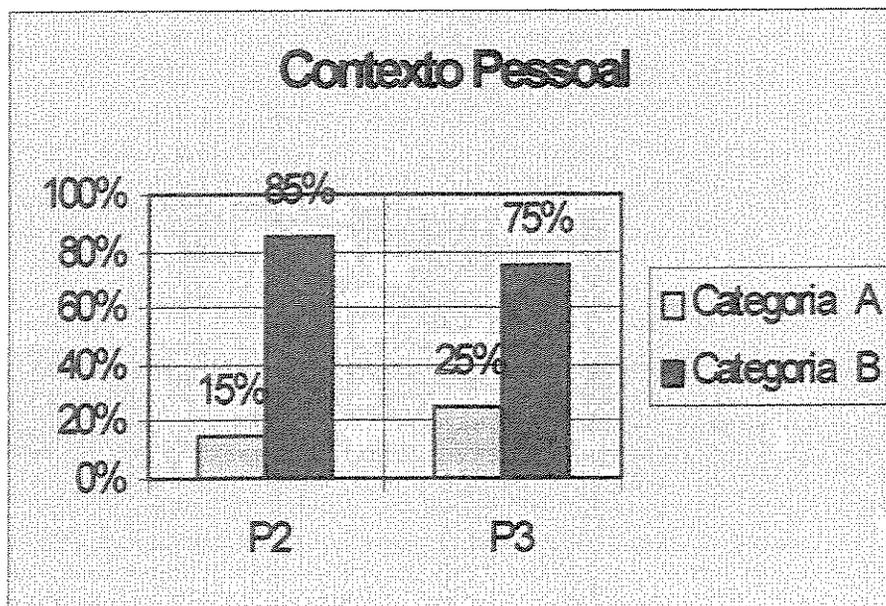


Gráfico 10 - Percentual de sujeitos nas Categorias A e B, considerando as questões 2 e 3 do Contexto Pessoal:

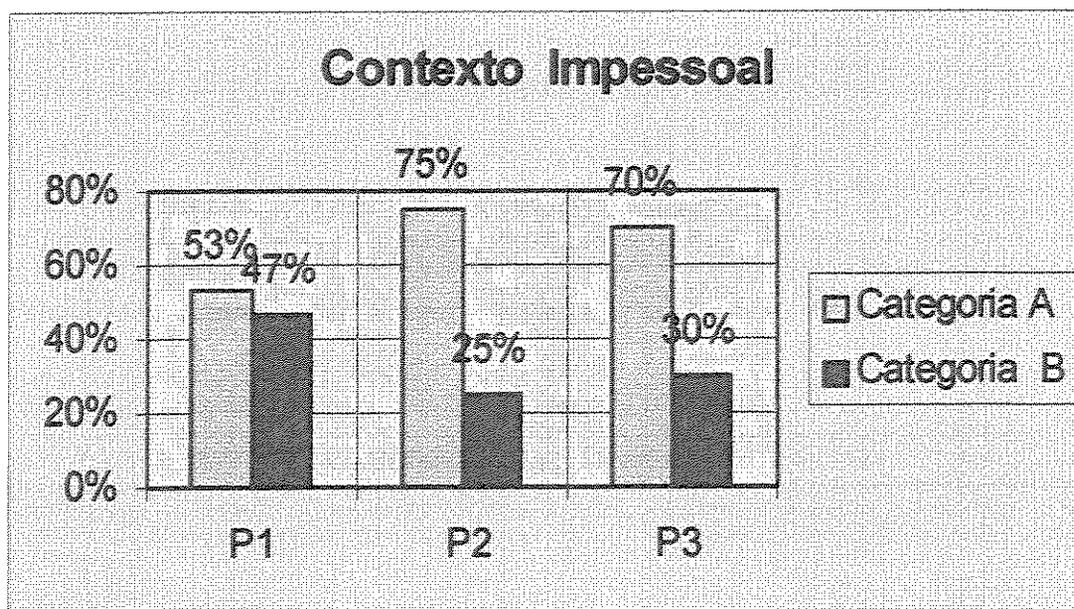


Buscando, agora, fundamentar teoricamente os resultados encontrados, podemos iniciar pela definição dos Contextos Impessoal e Pessoal.

Para nós, o Contexto Impessoal corresponde à idéia do "outro generalizado", como afirma Benhabib (apud Sastre e Moreno Marimon, 2000), em que se abstrai a individualidade e a identidade concreta das pessoas, atribuindo a todos os indivíduos os mesmos direitos e deveres. Os sujeitos, ao serem solicitados a posicionar-se frente a um conflito envolvendo o Contexto Impessoal, acabam situando-se numa perspectiva que Araújo, V. (2000) chama deontológica, explicitando juízos cuja idéia predominante se concentra no respeito aos direitos e deveres das pessoas, com base no princípio de justiça.

Façamos uma comparação entre as três questões que envolvem o Contexto Impessoal.

Gráfico 11 - Percentual de sujeitos nas Categorias A e B, considerando as três questões do Contexto Impessoal:



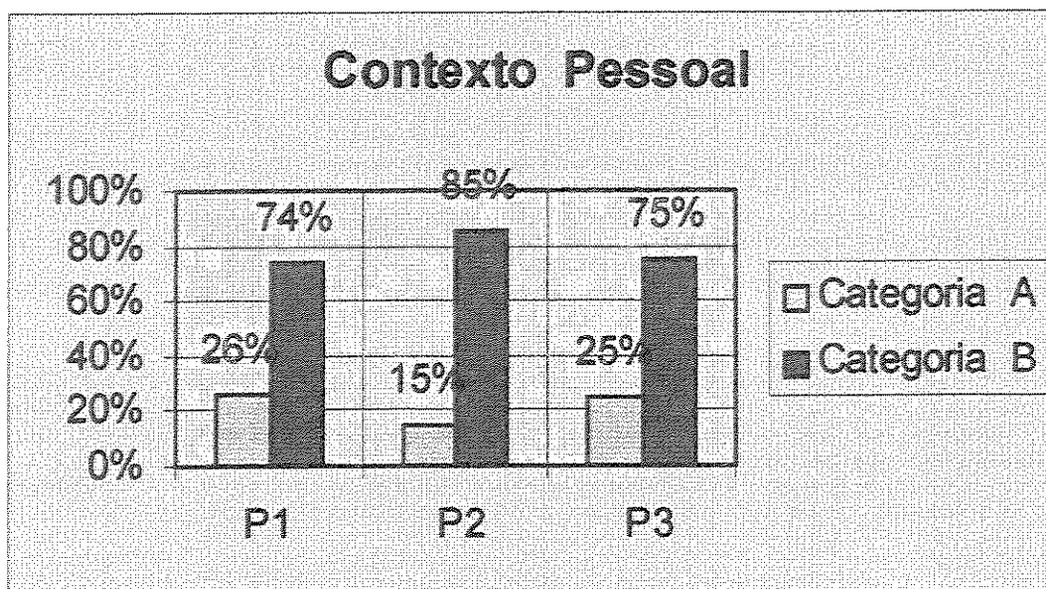
Observando o gráfico acima, notamos que apenas na 1ª questão (P1), que solicita um julgamento sobre o que pensa o personagem,

encontramos resultados mais equilibrados entre as categorias A e B. Já nas Perguntas 2 e 3, que indagam sobre a atribuição de sentimentos e a representação da ação, respectivamente, os resultados são diferentes dos obtidos na pergunta 1. Ou seja, a preocupação com o “outro generalizado” se manifesta mais no julgamento do que nos sentimentos e ações dos sujeitos.

Inversamente, o Contexto Pessoal se associa à idéia do “outro concreto”, que reconhece os seres humanos como pessoas portadoras de uma identidade, uma história e uma constituição afetiva e emocional específicas. Esta perspectiva contempla o que os seres humanos têm em comum, incluindo também a singularidade de cada indivíduo, que é o que o diferencia dos demais.

Comparando as três questões que envolvem o Contexto Pessoal, encontramos o seguinte:

Gráfico 12 - Percentual de sujeitos nas Categorias A e B, considerando as três questões do Contexto Pessoal:



Segundo o gráfico acima, podemos notar que a resolução de conflitos no Contexto Pessoal apresenta resultados semelhantes quando se trata de

juízo, atribuição de sentimentos ou representação da ação. Neste Contexto, os sujeitos tendem a demonstrar maior coerência entre esses três aspectos.

Os resultados obtidos em uma pesquisa realizada por Araújo, V. (2000), também apontam nesta direção. A autora levou grupos de professores a experienciar diferentes estados emocionais, antes de responderem a um conflito moral hipotético, envolvendo uma professora. Observou que os sujeitos, sob um estado emocional positivo, ao responderem sobre a resolução do conflito apresentado, situam a conduta da professora em um universo, no qual não há contradições entre seus desejos e deveres. Assim, tanto na perspectiva que a autora chama deontológica, em que respondem sobre o que deveria fazer a professora, quanto na perspectiva cognitivo-afetiva, em que respondem sobre os desejos dela, mantêm uma grande coerência na maneira de organizarem seu raciocínio. Ao contrário, para os sujeitos em estado emocional negativo, esses dois universos, de desejos e deveres, são vistos de forma dicotômica. Tendem a não manter a mesma coerência quando analisam os deveres e desejos da professora. Esse trabalho evidencia o papel dos estados emocionais afetando a organização do pensamento, podendo modificar a maneira das pessoas julgarem, sentirem e agirem.

No caso de nossa pesquisa, considerando o Contexto Impessoal, quando os sujeitos foram levados a responder sobre um conflito, tenderam a organizar seus pensamentos de forma mais racional, sem maiores preocupações com o "outro generalizado". No caso de situações que envolvem o "outro concreto", como no Contexto Pessoal, parece-nos evidente a tendência em organizarem de forma diferente o raciocínio, sendo possível percebermos, claramente, o papel dos sentimentos e emoções.

Desta maneira, nossos dados demonstram que as pessoas tendem a mudar os Modelos Organizadores do Pensamento que aplicam na resolução de conflitos, quando ocorrem mudanças no Contexto.

Pensamos, desta forma, ter respondido à 3ª intenção de nossa investigação que se propõe a verificar se os julgamentos, a atribuição de sentimentos e a representação que as pessoas têm de suas ações se modificam ou se mantêm com a mudança de contexto.

Ainda neste item, abordaremos a variação intrapessoal dos modelos organizadores.

4.1 VARIAÇÃO INTRAPESSOAL DOS MODELOS ORGANIZADORES

Mostraremos, a seguir, os sujeitos que aplicaram a mesma categoria de modelos organizadores e categorias de modelos organizadores diferentes nos dois Contextos, ainda buscando demonstrar que os julgamentos, a atribuição de sentimentos e a representação da ação podem se manter ou se modificar com a mudança de contexto.

Vejamos, em cada uma das três questões, quantos sujeitos aplicam a mesma categoria de modelos organizadores nos dois Contextos e quantos mudam.

Iniciemos pela questão 1:

P.1 – Um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha. O que você acha disso? (Contexto Impessoal)

P.1 - Você entra no banheiro da escola e vê seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha. O que você ia achar disso? (Contexto Pessoal)

Tabela 13 - Distribuição dos sujeitos entre as Categorias A e B, considerando a questão 1 dos Contextos Impessoal e Pessoal:

Impessoal Pessoal	Categoria A		Categoria B		Total	
	N	%	N	%	N	%
Categoria A	3	18,75%	1	6,25%	4	25%
Categoria B	6	37,5%	6	37,5%	12	75%
Total	9	56,25%	7	43,75%	16*	100%

*Lembramos que três sujeitos foram excluídos da análise da questão 1 do Contexto Impessoal e um sujeito também foi descartado da análise da questão 1 do Contexto Pessoal. Assim, quatro sujeitos não puderam ser incluídos nesta etapa de comparação.

Observando o quadro referente à distribuição dos sujeitos nas categorias de modelos organizadores aplicados em resposta à questão 1, nos dois contextos, podemos notar que:

- Nove sujeitos (56,25% do total da amostra considerada) mantêm a mesma categoria de modelos nos diferentes contextos. Desses nove (representados pela cor azul), encontramos três sujeitos (18,75%) na Categoria A e seis sujeitos (37,5%) na Categoria B.
- Sete sujeitos (43,75% de toda a amostra) aplicaram modelos de categorias diferentes em suas respostas (representados pela cor vermelha). Temos seis sujeitos (37,5%) que mudam da Categoria A no Contexto Impessoal para a Categoria B, no Contexto Pessoal e apenas um sujeito (6,25%) que muda da Categoria B no Contexto Impessoal para a Categoria A no Contexto Pessoal.

Para melhor visualizarmos os resultados desta análise, apresentaremos um gráfico com a seguinte legenda:

A - A : Compreende os sujeitos que aplicam a mesma categoria de modelos organizadores nos Contextos Impessoal e Pessoal, não manifestando preocupação com o(a) fumante.

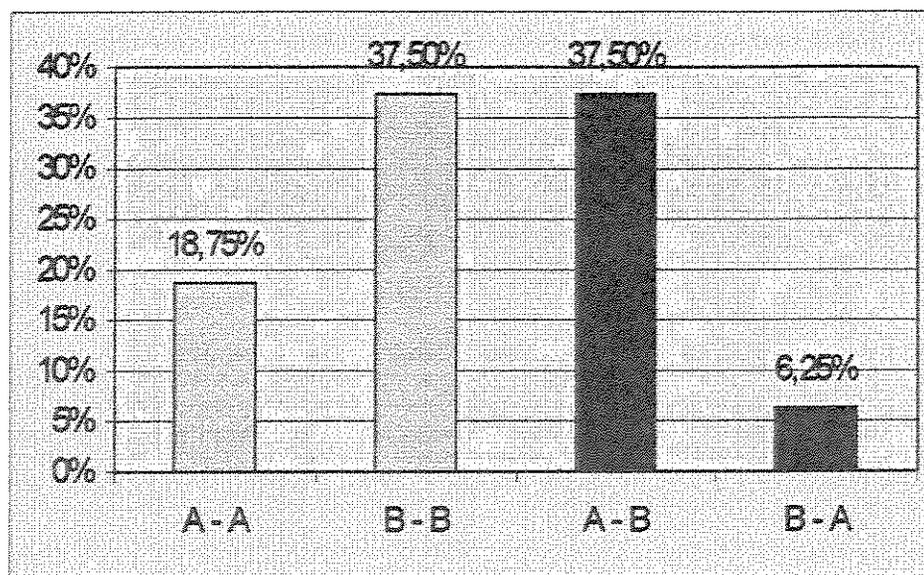
B - B: Inclui os sujeitos que aplicam a mesma categoria de modelos organizadores nos dois Contextos, e que demonstram preocupação com o(a) fumante.

A - B: Envolve os sujeitos que aplicam a Categoria A no Contexto Impessoal, não explicitando preocupação com o(a) fumante e, com a mudança para o Contexto Pessoal, passam a manifestar preocupação com o(a) mesmo(a), aplicando a Categoria B de modelos organizadores.

B - A : Engloba os sujeitos que expressam preocupação com o(a) fumante no Contexto Impessoal, aplicando a Categoria B e deixam de se preocupar quando acontece a mudança para o Contexto Pessoal, aplicando a Categoria A de modelos organizadores.

Vejamos a distribuição dos sujeitos nas categorias aplicadas em resposta à questão 1.

Gráfico 13 - Percentual de sujeitos que aplicaram a mesma categoria ou categorias diferentes de modelos organizadores, ao responderem à questão 1 nos Contextos Impessoal e Pessoal:



Reforçando o que já dissemos anteriormente, temos na Pergunta 1, que envolve um julgamento sobre o conflito apresentado, 56,25% dos sujeitos (somando-se os percentuais das colunas A-A e B-B) que mantêm a mesma categoria de modelos organizadores nos dois contextos e 43,75% (somando-se os percentuais das colunas A-B e B-A) que aplicam categorias diferentes. Podemos notar que, embora a maioria tenha mantido a mesma categoria de modelos nos dois contextos, um número significativo de sujeitos aplica categorias diferentes.

Verifiquemos a 2ª questão:

P.2 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola sentiu ao ver isto? (Contexto Impessoal)

P.2 - O que você sentiria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola? (Contexto Pessoal)

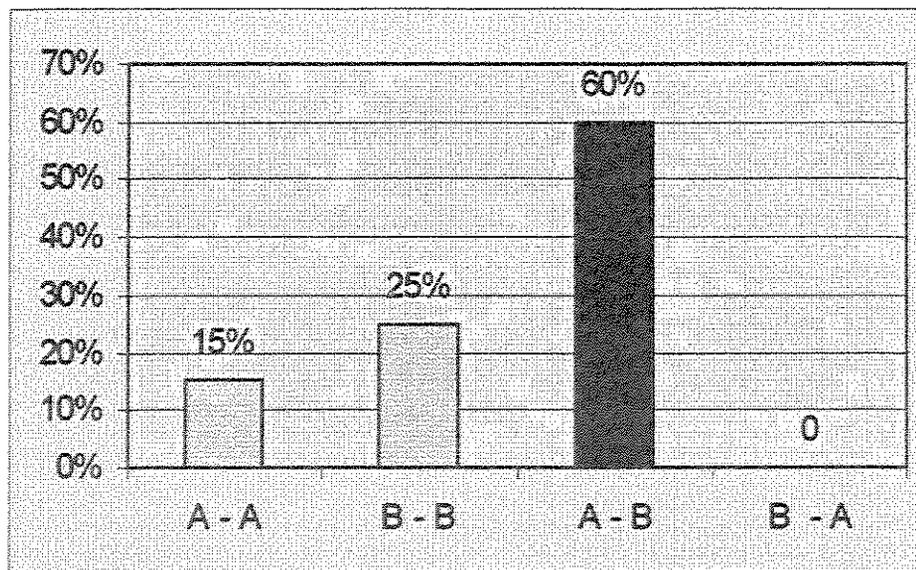
Tabela 14 - Distribuição dos sujeitos entre as Categorias A e B, considerando a questão 2 dos Contextos Impessoal e Pessoal:

Impessoal Pessoal	Categoria A		Categoria B		Total	
	N	%	N	%	N	%
Categoria A	3	15%	-	-	3	15%
Categoria B	12	60%	5	25%	17	85%
Total	15	75%	5	25%	20	100%

De acordo com a tabela acima, encontramos um total de oito sujeitos (40% do total da amostra, representados pela cor azul) que aplicam a mesma categoria de modelos nos dois contextos. Dentre eles, três (15%) aplicam a Categoria A, não explicitando preocupação com o(a) fumante e cinco (25%) a Categoria B, expressando preocupação com o(a) mesmo(a).

Em relação à mudança da Categoria A, no Contexto Impessoal, para a Categoria B, no Contexto Pessoal, temos 12 sujeitos (60% de toda a mostra, representados pela cor vermelha). Ou seja, 60% dos sujeitos que não demonstram preocupação com o(a) fumante no Contexto Impessoal, passam a demonstrá-la com a mudança para o Contexto Pessoal. Vejamos o gráfico para melhor visualização.

Gráfico 14 - Percentual de sujeitos que aplicaram a mesma categoria ou categorias diferentes de modelos organizadores, ao responderem à questão 2 nos Contextos Impessoal e Pessoal:



Quando a questão envolve atribuição de sentimentos, notamos um percentual maior de sujeitos que aplicam categorias diferentes com a mudança de contexto. Mas a mudança acontece da Categoria A no Contexto Impessoal, na qual verificamos a ausência de preocupação com o(a) fumante, para a Categoria B no Contexto Pessoal, na qual os mesmos sujeitos passam a demonstrar preocupação com o(a) amigo(a) fumante. Não encontramos, nesta questão, sujeitos que tenham aplicado a Categoria B no Contexto Impessoal e mudado para a Categoria A no Contexto Pessoal.

Parece-nos pouco provável que alguém que demonstra preocupação com um estranho ou desconhecido, deixe de se preocupar quando a situação envolve um amigo. Embora consideremos este fato pouco provável, não quer dizer que seja impossível, como pudemos observar na questão 1. Não sabemos o que pode ter levado o sujeito a mudar a organização do seu pensamento, deixando de manifestar preocupação, quando a situação envolve seu amigo. Mas certamente algum novo dado, do Contexto

Pessoal, foi abstraído e significado, resultando em novas implicações e, conseqüentemente, produzindo alterações na Categoria aplicada no Contexto anterior (Impessoal).

Analisemos, agora, a 3ª questão.

P.3 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola deveria fazer? (Contexto Impessoal)

P.3 - O que você faria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola? (Contexto Pessoal)

Tabela 15 - Distribuição dos sujeitos entre as Categorias A e B, considerando a questão 3 dos Contextos Impessoal e Pessoal:

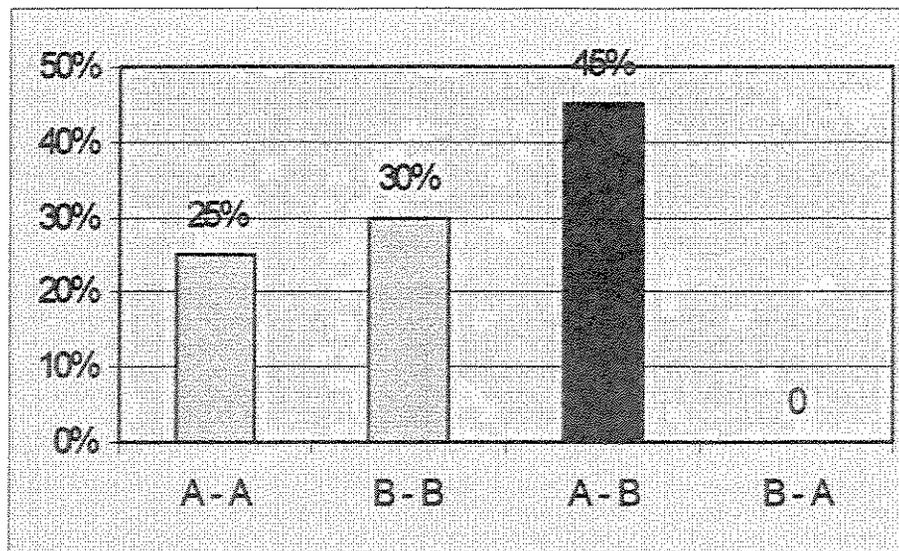
Impessoal Pessoal	Categoria A		Categoria B		Total	
	N	%	N	%	N	%
Categoria A	5	25%	-	-	5	25%
Categoria B	9	45%	6	30%	15	75%
Total	14	70%	6	30%	20	100%

Observando a tabela 15, podemos perceber, representados pela cor azul, cinco sujeitos (25%) que mantêm a Categoria A nos Contextos Impessoal e Pessoal, não explicitando preocupação com o(a) fumante e seis sujeitos (30%) que mantêm a Categoria B, manifestando preocupação com o(a) mesmo(a).

Encontramos, representados pela cor vermelha, nove sujeitos (45%) que mudam da Categoria A no Contexto Impessoal, não demonstrando preocupação com o(a) fumante, para a Categoria B no Contexto Pessoal, passando a demonstrar preocupação com o(a) mesmo(a). Igualmente à questão 2, não encontramos, na 3ª pergunta, sujeitos que tenham aplicado a Categoria B no Contexto Impessoal, mudando para a Categoria A no Contexto Pessoal.

Vejamos os resultados no gráfico 15.

Gráfico 15 - Percentual de sujeitos que aplicaram a mesma categoria ou categorias diferentes de modelos organizadores, ao responderem à questão 3 nos Contextos Impessoal e Pessoal:

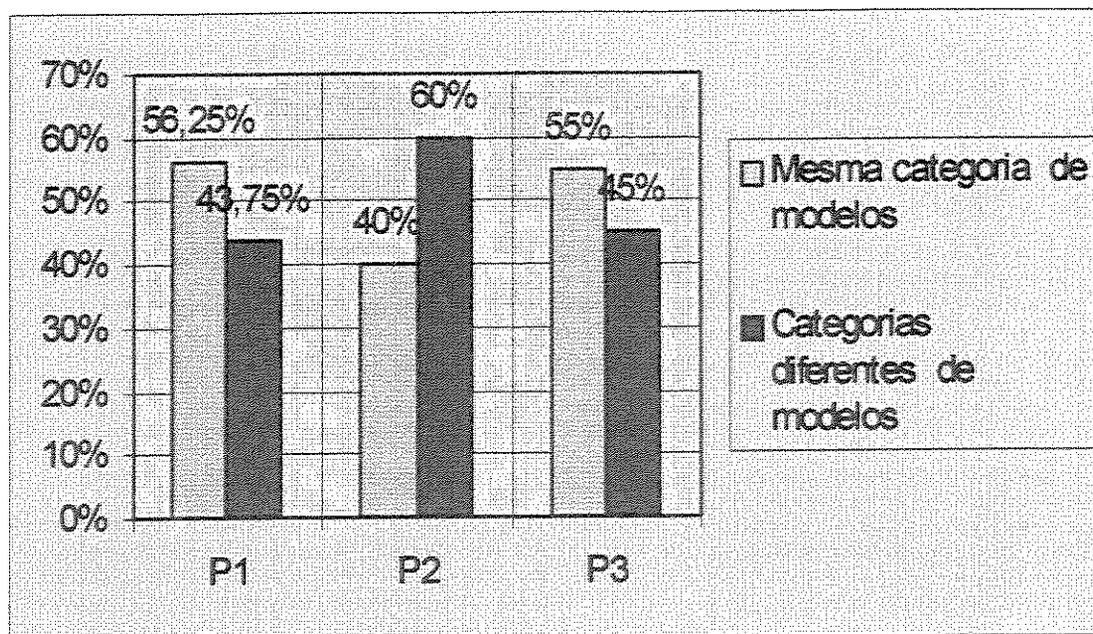


Quando a questão se refere à representação da ação, constatamos que 55% dos sujeitos (somando-se os percentuais das colunas A-A e B-B) mantêm a mesma categoria de modelos organizadores nos diferentes contextos e 45% dos sujeitos mudam da Categoria A para B com a alteração do Contexto Impessoal para o Pessoal.

É interessante notar que, nas três questões, a porcentagem de sujeitos que se concentra na Categoria A – A é inferior à Categoria B – B. Ou seja, a quantidade de sujeitos que não demonstram preocupação com o(a) fumante nos dois contextos é menor do que a quantidade de sujeitos que mantêm a preocupação com o(a) fumante nos diferentes contextos.

Façamos, agora, uma comparação entre o percentual de sujeitos que aplicam as mesmas categorias de modelos e os que mudam de categoria, considerando as três questões.

Gráfico 16 - Percentual de sujeitos que aplicaram a mesma categoria ou categorias diferentes de modelos organizadores, nos Contextos Impessoal e Pessoal, considerando as três questões:



Podemos constatar, observando o gráfico acima, que a questão 2, que indaga sobre atribuição de sentimentos, é a única que apresenta um percentual maior de sujeitos que aplicam categorias de modelos organizadores diferentes com a mudança do Contexto Impessoal para o Pessoal. Nas questões 1 e 3, que perguntam sobre juízo e representação da ação, respectivamente, encontramos um número superior de sujeitos que aplicam a mesma categoria de modelos nos dois contextos. No entanto, podemos notar nestas duas questões (1 e 3), que, embora o número de sujeitos que aplicam categorias de modelos diferentes nos dois contextos seja inferior aos que mantêm a mesma categoria, os percentuais não são discrepantes.

Temos, assim, um número considerável de sujeitos, nas três questões, que aplicam categorias diferentes de modelos organizadores, com a mudança de Contexto. Isso nos remete a várias considerações.

Primeiro, às idéias de Gilligan a respeito da ética do cuidado e da responsabilidade, que coincide, também, com o “outro concreto”, como nomeia Benhabib. Quando a situação proposta pressupõe o envolvimento de um(a) amigo(a), vários sujeitos, que não demonstram preocupação com o(a) fumante, no Contexto Impessoal, passam a demonstrá-la, com a mudança para o Contexto Pessoal.

Esta mudança se torna mais evidente na questão 2 que, como já se disse, é a única em que o percentual de sujeitos que aplicam categorias diferentes de modelos é superior ao de sujeitos que aplicam a mesma categoria. Lembremos que a questão 2 indaga sobre a atribuição de sentimentos, o que nos faz pensar que, talvez, a própria pergunta possa potencializar a dimensão afetiva na organização do pensamento.

Por fim, nos remete, também à idéia de complexidade. O fato de tantas pessoas alterarem a organização de seus raciocínios, quando ocorrem mudanças no contexto da situação a ser enfrentada, assim como a constatação de que uma pergunta sobre atribuição de sentimentos também pode provocar mudanças, demonstra como o funcionamento psíquico do ser humano é dinâmico. Qualquer transformação, nos contextos internos e externos de nossas interações, pode produzir mudanças na forma com que organizamos nossos pensamentos.

Dessa maneira, os dados encontrados, ao analisarmos a variação intrapessoal dos Modelos Organizadores do Pensamento aplicados pelos sujeitos da amostra, apontam para o relevante papel que a dimensão afetiva exerce em nossa vida, interferindo na própria organização de nossos pensamentos. Tais dados corroboram os encontrados anteriormente e auxiliam na resposta ao terceiro problema que apontamos nesta investigação. Ou seja, se os julgamentos, a atribuição de sentimentos e a representação que as pessoas têm de suas ações se modificam ou se mantêm com a mudança de contexto.

CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as discussões realizadas no quadro teórico deste trabalho, que apontam a parcialidade de importantes correntes teóricas no campo da psicologia moral, sem, no entanto, desconsiderar o avanço que representam para os estudos subseqüentes, a presente investigação tencionou evidenciar a complexidade do funcionamento psíquico, presente nos julgamentos, na atribuição de sentimentos e na representação da ação dos sujeitos diante de um conflito de natureza moral, com o objetivo último de melhor compreender as relações entre juízo e ação.

A trajetória que percorremos teve início com a abordagem de algumas teorias morais como a de Piaget e Kohlberg, que se centram num modelo de moralidade baseada no princípio de justiça, enfatizando excessivamente os fatores cognitivos em detrimento dos fatores afetivos. Em suma, seguem os pressupostos do modelo kantiano de uma moral calcada essencialmente na razão humana e nos princípios do dever e da justiça.

Várias críticas foram feitas aos trabalhos de Piaget e Kohlberg, por autores como Selman, Gilligan e Turiel, que tentaram incluir, em seus modelos de desenvolvimento moral, os aspectos sociais e afetivos, além do princípio de justiça. Embora os referidos autores tenham trazido contribuições valiosas, nem todos conseguiram romper com os princípios subjacentes às correntes teóricas formalistas, que atribuem um papel preponderante ao aspecto cognitivo no raciocínio moral.

Gilligan parece ter conseguido avançar mais, trazendo reflexões importantes relacionadas à própria redefinição do paradigma da moralidade, ao afirmar que, ao lado da ética da justiça, deve-se considerar igualmente a ética do cuidado ou da responsabilidade. Esta última comporta um maior número de variáveis que se inter-relacionam, o que contempla uma maior complexidade de pensamento.

A complexidade dos raciocínios morais nos remeteu à complexidade das ações morais, especialmente quando ambos são completamente divergentes. Como explicá-los?

Prosseguimos, então, nossa discussão, buscando referenciais teóricos que pudessem explicar a complexidade presente nos juízos e ações morais.

Passamos a considerar o papel da afetividade no julgamento e na ação das pessoas, incluindo o sistema de valores, que passa por várias definições, conforme os autores abordados.

Segundo Piaget, os valores estão relacionados à motivação das ações e vinculados à personalidade do indivíduo, desempenhando a função de regular as trocas sociais e interpessoais. Piaget defende, ainda, que a valoração é uma função do sistema afetivo e que a tomada de consciência das atividades valorativas aparece por meio dos sentimentos. Brown concorda com Piaget, quanto à intelectualização dos interesses e sentimentos levar à construção de sistemas de valores, mas discorda em relação à subordinação do aspecto afetivo ao cognitivo, que atribui à afetividade um papel secundário, de simples energia da ação. Brown alega que a afetividade, juntamente com a cognição, exercem papéis igualmente efetivos, afetando o funcionamento psíquico. Damon é um outro autor, dentre os citados no quadro teórico deste trabalho, que também abre um caminho importante para a compreensão das regulações intrapsíquicas do ser humano, ao considerar que os valores podem ser centrais ou periféricos na identidade dos sujeitos, dependendo do contexto, isto é, do conteúdo, das relações e sentimentos envolvidos no juízo e na ação das pessoas.

As idéias de Damásio também vieram instigar a nossa busca por referenciais teóricos capazes de explicar o funcionamento psíquico, integrando os aspectos afetivo e cognitivo nesse funcionamento, sem dicotomizá-los ou privilegiar um em detrimento do outro.

E a perspectiva apontada por Morin, do paradigma da complexidade, nos ajudou a entender a trama de ações e interações que afetam a organização do pensamento.

Chegamos, assim, ao modelo de explicação do funcionamento psicológico, elaborado por Araújo, U. (1999) e à teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, elaborada por Moreno Marimon, Sastre e outras (2000).

Para nós, as idéias propostas por Araújo, U. e a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento rompem com as concepções teóricas tradicionais, entendendo que pensamento e sentimentos são indissociáveis e contemplando, desta forma, a complexidade do funcionamento psíquico.

Acreditamos que a teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, em seus pressupostos teóricos e metodológicos, pode nos ajudar a entender como as pessoas compreendem a realidade, elaboram julgamentos, atribuem sentimentos e ações, dependendo do contexto, do conteúdo e das relações envolvidas em uma situação. Isso porque tais aspectos estão implícitos na concepção da referida teoria.

Elaborado o quadro teórico, buscamos demonstrar, em nossa investigação, não a regularidade, mas justamente a diversidade de julgamentos, sentimentos e ações que as pessoas manifestam diante de uma mesma situação. Em síntese, demonstrar a complexidade do funcionamento psíquico, através dos modelos organizadores, evidenciando como o aspecto afetivo pode afetar e modificar significativamente este funcionamento, e como isso interfere em nossos pensamentos e ações.

Para isso, elaboramos uma pesquisa em que oito questões foram propostas aos sujeitos investigados, envolvendo dois contextos diferentes: o Impessoal e o Pessoal, como descrevemos no Capítulo II deste trabalho. Lembremos que, das oito questões propostas, apenas seis foram escolhidas para análise.

Perguntas referentes ao **Contexto Impessoal**:

P.1 – Um(a) aluno(a) entra no banheiro da escola e vê um(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha. O que você acha disso?

P.2 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola sentiu ao ver isto?

P.3 - O que você acha que o(a) aluno(a) que viu o(a) outro(a) aluno(a) fumando maconha no banheiro da escola deveria fazer?

Perguntas referentes ao Contexto Pessoal:

P.1 - Você entra no banheiro da escola e vê seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha. O que você ia achar disso?

P.2 - O que você sentiria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

P.3 - O que você faria ao ver seu(sua) melhor amigo(a) fumando maconha no banheiro da escola?

Com estas questões, tentamos responder às indagações levantadas nesta investigação, como veremos, a seguir.

Nosso primeiro problema de pesquisa consistia em demonstrar:

- 1- A complexidade presente nos julgamentos, na atribuição de sentimentos e na representação das ações dos sujeitos, através dos modelos organizadores por eles aplicados, na resolução de um conflito moral em diferentes contextos.**

Em resposta às seis questões propostas, encontramos 23 modelos organizadores diferentes, aplicados pelos 20 sujeitos de nossa amostra, distribuídos da seguinte maneira:

- 1ª questão do Contexto Impessoal: quatro modelos e dois sub-modelos
- 2ª questão do Contexto Impessoal: quatro modelos e dois sub-modelos

- 3ª questão do Contexto Impessoal: quatro modelos e quatro sub-modelos
- 1ª questão do Contexto Pessoal: quatro modelos e seis sub-modelos
- 2ª questão do Contexto Pessoal: quatro modelos e oito sub-modelos
- 3ª questão do Contexto Pessoal: três modelos e dois sub-modelos

Assim, temos um total de 23 modelos e 24 sub-modelos.

Parece-nos evidente a diversidade das respostas, que comprovam a complexidade do funcionamento psíquico, através dos diferentes significados atribuídos aos dados que cada um dos sujeitos da amostra abstraiu e reteve como significativos, o que resultou em uma grande variedade de implicações, dando origem aos diversos modelos organizadores aplicados, como demonstramos no item 2 do Capítulo III.

Em relação ao nosso segundo problema de pesquisa, pretendíamos verificar:

2- As relações entre o juízo e a representação da ação moral.

Para responder às relações entre o juízo e a representação da ação, procedemos à comparação entre as questões 1 (que solicita um julgamento) e 3 (que indaga sobre a representação da ação), em cada contexto, como descrevemos no item 3 do Capítulo III.

Lembremos que os modelos organizadores aplicados foram agrupados em categorias, sendo que a:

- Categoria A - compreende os modelos organizadores dos quais podemos depreender a ausência de preocupação com o(a) fumante.
- Categoria B - engloba os modelos organizadores que explicitam preocupação com o(a) fumante.

Analisando primeiramente a questão 1 do Contexto Impessoal, encontramos, na Categoria A, 53% dos sujeitos que emitem julgamentos de não preocupação com o(a) fumante e 47% na Categoria B, que expressam preocupação. Quando passamos para a questão 3, que se refere a uma ação, 70% dos sujeitos se encontram na categoria A, não manifestando

preocupação com o(a) fumante e 30% na Categoria B, demonstrando preocupação com o(a) mesmo(a).

Esses dados reforçam a nossa hipótese de como as pessoas freqüentemente julgam e agem de maneiras distintas, em determinados contextos.

A diferença entre os percentuais das Categorias A e B é pequena quando se trata de emitir um julgamento. Contrariamente, a diferença entre os percentuais das Categorias A e B aumenta significativamente, quando se trata de assumir uma ação. A preocupação com o(a) fumante, no Contexto Impessoal, parece ser mais comum quando envolve um julgamento do que quando se refere a uma ação.

A mudança do Contexto Impessoal para o Pessoal nos traz também uma mudança nos resultados obtidos nas Categorias A e B, considerando as questões 1 e 3. A Categoria A concentra 26% dos sujeitos na questão 1 (julgamento) e 25% na questão 3 (representação da ação). Já a Categoria B, apresenta 74% dos sujeitos na questão 1 (julgamento) e 75% na questão 3 (representação da ação). Curiosamente, os percentuais encontrados nas Categorias A e B, do Contexto Pessoal, são praticamente os mesmos, tanto na questão 1 que envolve julgamento, como na questão 3, que envolve a representação da ação.

Parece termos encontrado evidências de como a afetividade e os sentimentos podem afetar o juízo e a ação das pessoas.

No Contexto Pessoal, os sujeitos apresentaram maior coerência entre seus julgamentos e a representação de suas ações. Inversamente, no Contexto Impessoal, encontramos maior dissociação entre o juízo e a representação da ação.

O segundo problema de pesquisa, que acabamos de discutir, já nos traz um outro dado significativo, que consiste no nosso terceiro problema a ser respondido:

3- Os julgamentos, a atribuição de sentimentos e as representações que as pessoas têm de suas ações se modificam ou se mantêm com a mudança de contexto.

Os dados obtidos nos possibilitam responder que a mudança de contexto pode influenciar o tipo de modelo organizador que os sujeitos aplicam em seu raciocínio, modificando-o.

Constatamos ter a maioria dos sujeitos aplicado modelos da Categoria A em resposta às 3 questões referentes ao Contexto Impessoal, não demonstrando preocupação com o(a) fumante. Assim, o percentual de sujeitos na Categoria A é superior ao da Categoria B, nas três questões do Contexto Impessoal (ver gráfico 11, p. 144).

Contrariamente, nas três questões do Contexto Pessoal, a maioria dos sujeitos passa a aplicar modelos organizadores da Categoria B, manifestando preocupação com o(a) amigo(a) fumante. Desta forma, temos na Categoria B um percentual de sujeitos superior ao percentual encontrado na Categoria A, em todas as três questões do Contexto Pessoal (ver gráfico 12, p. 145), como descrevemos com detalhes no item 4 do Capítulo III.

Observamos, portanto, que os resultados obtidos praticamente se invertem com a mudança de Contexto.

Isso nos mostra, mais uma vez, como os aspectos afetivos podem afetar a organização do pensamento, alterando os julgamentos, os sentimentos e as ações das pessoas.

CONCLUINDO... COM INCERTEZAS

Acreditamos que os resultados encontrados neste trabalho apontam para a necessidade de abertura a novos paradigmas, tanto nas pesquisas sobre moralidade, quanto sobre o funcionamento psicológico do ser humano,

para que possamos melhor compreender como as pessoas julgam e agem em situações de conflito ou de natureza moral.

Parece-nos que as divergências encontradas entre juízo e ação são muito próprias do funcionamento psicológico humano, não podendo ser tratadas como inconsistências, desvios ou anomalias do comportamento. É preciso considerar a complexidade presente na organização do pensamento, que resulta de um emaranhado de ações e interações, influenciadas pelas várias dimensões que constituem o sujeito psicológico: as dimensões biológica, afetiva, cognitiva e sociocultural. A complexidade do funcionamento psíquico do ser humano afeta diretamente a maneira pela qual as pessoas julgam, sentem e agem, o que talvez possamos estender a todas as situações da vida e não só às situações de conflito. Assim, nosso trabalho se encerra com mais questionamentos e dúvidas do que certezas.

Ao pensarmos nas implicações educacionais que podemos extrair deste estudo, as indagações aumentam.

Seria importante que a escola se abrisse à diversidade e à complexidade, ao invés de trabalhar exclusivamente sobre padrões. Que a escola, através de seus professores e professoras, se interessasse sobre o que alunos e alunas abstraem das situações de aprendizagem, como significam tais dados e quais implicações estabelecem. Se nos preocupássemos em ouvir o que os alunos pensam e sentem sobre os conteúdos trabalhados na escola, talvez pudéssemos ter pistas valiosas para redirecionarmos nossa ação pedagógica, ao invés de simplesmente classificarmos nossa clientela em alunos que aprenderam e alunos que não aprenderam.

Como professora, posso constatar diariamente as inúmeras interpretações que as crianças fazem de uma mesma situação, informação ou atividade proposta. Seria extremamente rico e proveitoso se conseguíssemos compartilhar e socializar as diversas maneiras de pensar e entender um mesmo fato. Enquanto a escola ignorar a complexidade da organização do pensamento, é provável que se mantenha a distância entre

as expectativas dos professores e a clientela que temos, onde ambos, muitas vezes, se sentem sozinhos e sem interlocutores.

Um outro aspecto bastante relevante diz respeito às relações em sala de aula. De acordo com os resultados de nosso trabalho, pudemos observar como o aspecto afetivo pode levar as pessoas a manifestarem julgamentos, sentimentos e ações mais éticas e solidárias em relação aos outros. Observando os gráficos 11 e 12 (p. 142 e 143), podemos notar que os julgamentos que expressam preocupação com o(a) fumante englobam 47% dos sujeitos, quando se trata do Contexto Impessoal, passando para 74%, quando o Contexto é Pessoal. Em relação à atribuição de sentimentos, encontramos 25% dos sujeitos que manifestam sentimentos de preocupação com o(a) fumante no Contexto Impessoal, atingindo 85% com a mudança para o Contexto Pessoal. E, ao indagarmos sobre a representação da ação, temos 30% dos sujeitos que dizem se envolver numa atitude de ajuda quando o Contexto é Impessoal, subindo para 75% com a mudança de Contexto. Quando se trata do Contexto Pessoal, que pressupõe o envolvimento de um(a) amigo(a), a maioria dos sujeitos expressa julgamentos, sentimentos e ações de preocupação.

É importante pensarmos que, na escola, alunos e alunas abstraem não só o que temos a intenção de “passar” a eles e elas, mas tudo o que somos como pessoas. A maneira de nos relacionarmos, de nos dirigirmos a eles e elas, de tratarmos os conflitos em classe, etc. Talvez a qualidade das relações que acontecem no ambiente escolar se constitua num outro aspecto importante a ser revisto. Parece-nos urgente a democratização das relações na sala de aula e a vivência, em todos os níveis, de valores como respeito, solidariedade, generosidade e responsabilidade. Isso pode levar à formação de pessoas mais éticas, capazes de perceber e de se preocupar com o “outro”.

Sabemos que esta não é uma tarefa fácil e que os problemas da escola não se reduzem às questões mencionadas. Acreditamos, porém, que

tais aspectos talvez possam ajudar na reflexão e na busca de novos caminhos para a construção de comunidades escolares mais justas e solidárias.

Esperamos ter conseguido, com este trabalho, trazer alguma contribuição para a compreensão da complexidade do funcionamento psíquico e suas conseqüências no julgamento, nos sentimentos e ações das pessoas.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ulisses F. *Conto de escola: a vergonha como um regulador moral*. São Paulo/ Campinas: Moderna/ Unicamp, 1999.
- _____. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, n.2, p.91-107, jul./dez. 2000.
- ARAÚJO, Valéria A. A. *Modelos organizadores na resolução de dilemas morais: um estudo intercultural com estudantes brasileiros e catalães*. Barcelona, 1998. Tese (Credits de recerca). Facultat de Psicologia da Universitat de Barcelona.
- _____. *Estados de ânimo e os Modelos Organizadores do Pensamento: um estudo exploratório sobre a resolução de conflitos morais*. Barcelona, 2000. Tese (Doutorado). Facultat de Psicologia da Universitat de Barcelona.
- _____. Cognição, afetividade e moralidade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, n.2, p.137-153, jul./dez. 2000.
- CARRACEDO, José Rubio. *Educación moral, post modernidad y democracia: más allá del liberalismo y del comunitarismo*. Madrid: Editorial Trotta, 2000.
- FREITAG, Barbara. *Itinerários de Antígona: A questão da moralidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1992.
- GILES, Thomas Ransom. *Dicionário de filosofia: termos e filósofos*. São Paulo: EPU, 1993.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In: Kant. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, 2), 1797 (edição brasileira 1974).
- KOHLBERG, Lawrence. "Estadios morales y moralización. El enfoque cognitivo-evolutivo". In: Turiel, E. et al. (orgs.). *El mundo social en la mente infantil*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- LA TAILLE, Yves. *Piaget, Vigotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- LEWIS, Michael. *Alterando o destino: por que o passado não prediz o futuro*. São Paulo: Moderna, 1999.

- MORENO MARIMÓN, M., SASTRE, G., LEAL, A. et al. *Conhecimento e mudança: os modelos organizadores na construção do conhecimento*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000.
- MORIN, Edgar. "Epistemologia da complexidade". In: Schmitman, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- _____. *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 1997.
- _____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- _____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- NUCCI, Larry. Psicologia moral e educação: para além de crianças "boazinhas". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, n.2, p.71-89, jul./dez. 2000.
- PETRAGLIA, Izabel Cristina. *Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977 (ed. orig. 1932).
- _____. *Inteligencia y afectividad*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor S.A., 2001.
- _____. *O estruturalismo*. Rio de Janeiro: Difel, 1968 (ed. brasileira 1994).
- PUIG, Josep M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998a.
- _____. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b.
- RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zélia. *Em busca do sentido da obra de Jean Piaget*. São Paulo: Ática, 1984.
- SASTRE, G., MORENO MARIMÓN, M., FERNANDEZ, T. El derecho a ser y la autorenuncia: los modelos organizadores en la preadolescencia. *Educación y Sociedad*, Madrid, n. 27/28, 1994.

SASTRE, G., MORENO MARIMÓN, M. Nuevas perspectivas sobre el razonamiento moral. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.26, n.2, p.123-135, jul./dez. 2000.

_____. *Resolución de conflictos y aprendizaje emocional: una perspectiva de género*. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2002.

SILVA, Nelson Pedro. *Entre o público e o privado: um estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

TREVISOL, Maria Teresa Ceron. *A construção do conhecimento social: um estudo dos modelos organizadores do pensamento em sujeitos entre 8 e 14 anos*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

TURIEL, Eliot et al (orgs.). *El mundo social en la mente infantil*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

WALKER, Ralph. *Kant: Kant e a lei moral*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.